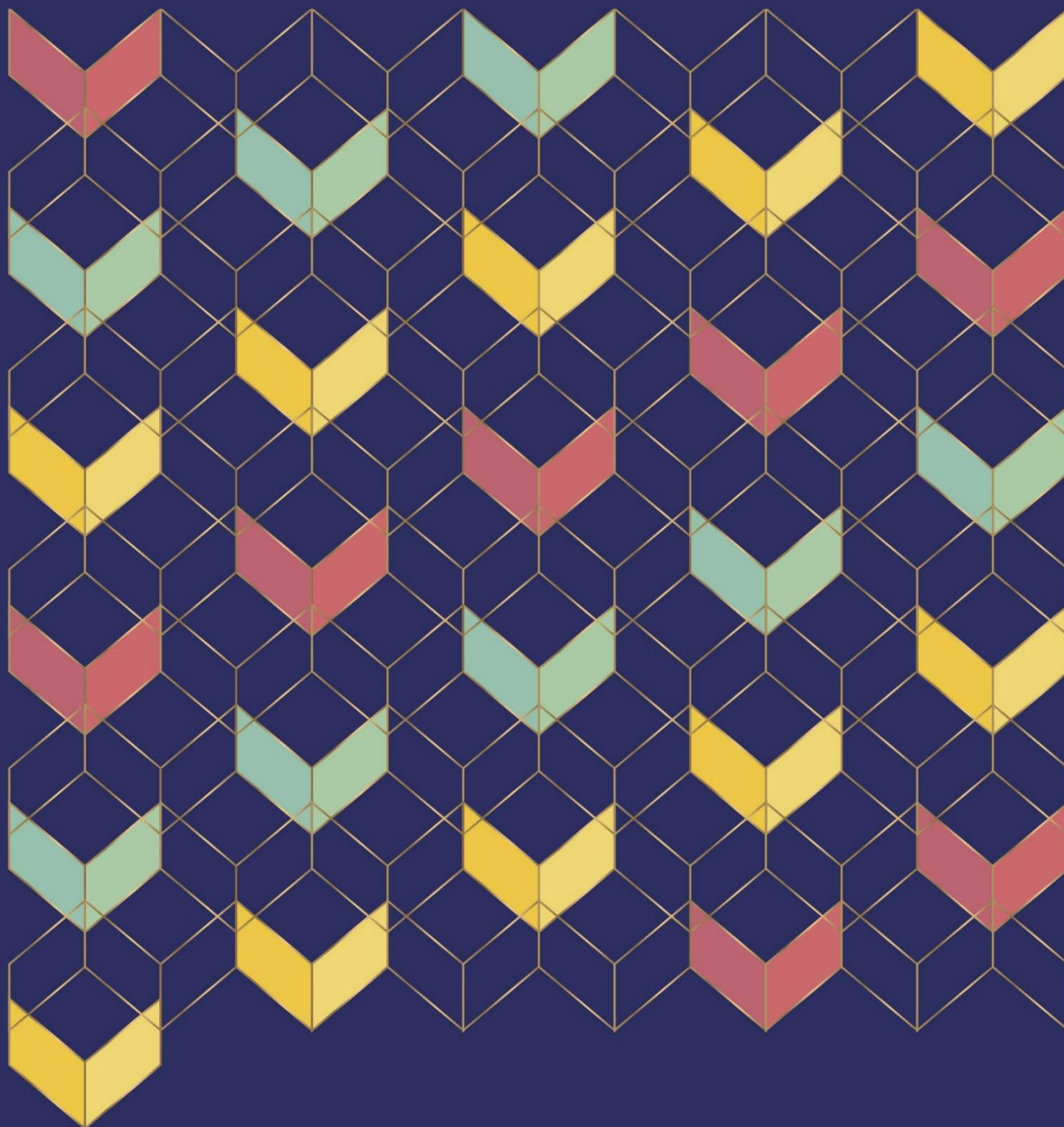


Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais

Cultivando conhecimento

2023

Volume 6, Número 1
ISSN Online: 2184-3058





FICHA TÉCNICA

- **ISSN ONLINE:** 2184-3058
- **FREQUÊNCIA:** Semestral
- **PROPRIEDADE:** Ponteditora, Sociedade Unipessoal, Lda.
- **NIPC:** 514 111 054
- **COMPOSIÇÃO DO CAPITAL DO PROPRIETÁRIO:** 10 000€, 100% detido por Ana Leite, doutoranda
- **GESTÃO (NÃO REMUNERADA):** Eduardo Leite, Ph.D.
- **LOCALIZAÇÃO:** Startup Madeira — Campus da Penteada, 9020-105, Funchal, Madeira, Portugal
- **CONTACTO PRINCIPAL:**
 - Eduardo Leite
 - Universidade da Madeira
 - +351 291 705 180
 - eduardo.leite@staff.uma.pt
- **CONTACTO DE APOIO:**
 - Ponteditora
 - +351 291 723 010
 - geral@ponteditora.org



EQUIPA EDITORIAL

EDITORAS-CHEFE

Isabel Lousada  — Ph.D. pela Universidade Nova de Lisboa. Investigadora Auxiliar de nomeação definitiva da NOVA FCSH, Portugal.

Luísa Paolinelli  — Ph.D. em Literaturas Comparadas e Agregação em Estudos Culturais. Professora Associada com Agregação da Universidade da Madeira, Portugal.

EDITORAS ADJUNTAS

Vanda de Sousa  — Ph.D. em Estudos de Cultura. Professora Adjunta Convidada da ESCS — IPL, Portugal.

Vanessa Cavalcanti  — Ph.D. em Humanidades. Professora Titular da Universidade Federal da Bahia, Brasil.

CONSELHO CIENTÍFICO

- Carlos Fiolhais  — Ph.D. em Física Teórica. Professor Catedrático da Universidade de Coimbra (Aposentado), Portugal.
- Cláudia Fernandes  — Ph.D. em Estudos Românicos. Leitora nas Universidades de Viena e Salzburgo, Áustria.
- Cristian Góes  — Ph.D. em Comunicação e Sociabilidade. Membro do Museu Virtual da Lusofonia e do Coletivo Carolina Maria de Jesus de Pesquisa em Jornalismo e Cultura, Brasil.
- Cristiano Santos  — Ph.D. em Comunicação e Cultura. Professor Adjunto na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
- Fernando Moreira  — Ph.D. em Cultura Portuguesa. Professor Catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal.
- Inês Aroso  — Ph.D. em Ciências da. Professora Auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal.
- José Eduardo Franco  — Ph.D. em História e Civilizações. Investigador Coordenador com Equiparação a Professor Catedrático e Diretor do Centro de Estudos Globais e da Cátedra UNESCO de Estudos Globais da Universidade Aberta, Portugal.
- Karin Noemi Rühle Indart  — Ph.D. em Educação (com 2 Pós-Doutorados em Linguística). Professora Convidada da Universidade Nacional de Timor-Leste, Timor-Leste.
- Maria Manuel Baptista  — Ph.D. em Cultura com Agregação em Estudos Culturais. Professora Catedrática da Universidade de Aveiro, Portugal.



- Moisés Lemos Martins  — Ph.D. em Ciências Sociais. Professor Catedrático e Diretor da Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação (FCAATI) do Centro Universitário do Porto da Universidade Lusófona, Portugal.
- Raquel Varela  — Professora Auxiliar com Agregação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Regina Brito  — Ph.D. em Linguística. Investigadora em Letras. Coordenadora da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil.
- Roberto della Santa  — Ph.D. em Ciências Sociais. Investigador Integrado do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta (CeG-UAb), Portugal.
- Roberval Teixeira e Silva  — Ph.D. em Linguística Aplicada. Professor e Pesquisador do Departamento de Português da Universidade de Macau, China.
- Rute Costa  — Ph.D. em Linguística. Professora Associada com Agregação da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Sandrina Teixeira  — Ph.D. em Comunicação, Publicidade e Relações Públicas. Professora Adjunta do Instituto Politécnico do Porto, Portugal.
- Sara Jona Laisse  — Ph.D. em Estudos Portugueses. Professora Auxiliar da Universidade Católica de Moçambique, Moçambique.
- Virgínia Camillotti  — Ph.D. (com Estágio e Pós-Doutorado) em História. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista, Brasil.

CONSELHO EDITORIAL

- Ana Leite  — Doutoranda em Políticas Económicas. Investigadora, FEUC/ISCTE/ISEG, Portugal.



ESTATUTO EDITORIAL

I — A **Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais (NAUS)** é uma publicação periódica. Propriedade: Ponteditora.

II — Aberta a novos mundos e caminhos, reforçando a sua missão, de longo prazo, de reunir e disseminar conhecimento e aproximar as comunidades científicas dedicadas à cultura e comunicação lusófonas. A **NAUS** publica, preferencialmente, em português e inglês, mas aceita outras línguas sempre que a publicação o justificar. A **NAUS** aceita contribuições em português anterior ao Acordo Ortográfico (AO) e pelo AO, em conformidade e respeito pela intenção expressa pelos/as autores/as em nota de intenção expressa nos artigos científicos submetidos.

III — A linha editorial da **NAUS** publica textos dedicados às práticas e representações da comunicação e culturas lusófonas, em áreas que se consideram em três grandes abordagens: comunicação social (jornalismo, informação), comunicação estratégica para inclusão (publicidade, marketing, relações-públicas, administração, ciência política, direitos humanos) e comunicação cultural (filosofia, antropologia, sociologia, história, artes e design, cinema e literatura).

IV — A missão da **NAUS** é promover o estudo da cultura lusófona e estimular a pesquisa e a elaboração de estudos e ensaios a nível global.

V — A **NAUS** é publicada semestralmente em formato digital (acesso aberto).

VI — Os números da **NAUS** terão aproximadamente de 80 a 180 páginas A4.

VII — A **NAUS** apresenta um conselho editorial técnico, aberto a académicos, investigadores/as, profissionais e executivos de diversas organizações e empresas relacionadas com a pesquisa das práticas e representações das culturas lusófonas, assumindo-se como uma plataforma internacional, global e englobante que visa a promoção destas práticas e representações.

VIII — A **NAUS** publica e revê artigos académicos e científicos originais, ensaios e resenhas, de acordo com critérios de relevância e qualidade científica.

IX — A aprovação de manuscritos para publicação é regulamentada por critérios de relevância, interesse, qualidade científica e respeito pela pluralidade de perspetivas. A **NAUS** assume-se como independente de qualquer poder político, ideológico ou económico, sendo orientada por critérios de rigor, isenção e inclusão.

X — A **NAUS** publica em português e inglês, sendo aceites outras línguas se o texto for submetido em versão bilíngue e/ou em caso de um número especial cuja temática o justifique. Cada artigo inclui um título, resumo e palavras-chave.



XI — A **NAUS** edita tanto Números Regulares como Números Especiais, confiados a investigadores credenciados nas respetivas áreas de especialização (Diretrizes para Revisores/as por Pares), sob a supervisão e aprovação da Equipa Editorial. Toda a colaboração está sujeita a um processo de seleção e revisão exigente com base na arbitragem científica de duas maneiras, por dupla revisão anónima ou aberta por pares.

XII — Visando os mais elevados padrões éticos na publicação, a Equipa Editorial da **NAUS** inspira o seu Código de Ética nas diretrizes estabelecidas pelo Committee on Publication Ethics ([COPE](#)); Declaração de Helsínquia ([WMA](#)); International Committee of Medical Journal Editors ([ICMJE](#)); Animal Research: Reporting of In Vivo Experiments ([ARRIVE](#)). Este código define as responsabilidades de todas as partes envolvidas no ato de publicação na **NAUS**.

XIII — A **NAUS** pretende promover a troca de ideias, experiências e projetos entre autores/as e editores/as, contribuindo para a reflexão das suas editoriais a nível global.

XIV — A **NAUS** disponibiliza Diretrizes para Autores/as para a apresentação e publicação de artigos.

XV — A Equipa Editorial da **NAUS** está empenhada em garantir o respeito pelos princípios éticos e ética profissional dos/as jornalistas, bem como pela boa fé dos/as leitores/as, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º da Lei da Imprensa.



ÍNDICE

PÁGINA	TÍTULO	AUTOR(ES)
1	EDITORIAL — 2023: O ANO DE UM RECOMEÇAR	Isabel Lousada Luísa Paolinelli Vanda de Sousa Vanessa Cavalcanti
3	MAYOMBE, O TEXTO COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO E IDEALIZAÇÃO DA NAÇÃO ANGOLANA	Elisangela Steinmetz
11	FAMINTOS... E AS MARCAS DE SUBVERSÃO NA ESCRITA DE CARMEN DE FIGUEIREDO	Ana Oliveira Aldinida Medeiros
25	O PENSAMENTO LIMINAR E A <i>TENSIONALIDADE PRETEXTUAL</i> NO HORIZONTE DA LITERATURA COMPARADA	Geraldo Cáffaro
35	DE AEROPORTOS, AVIÕES E NUVENS: LEITURA PÚBLICA EM BIBLIOTECAS PLURIFUNCIONAIS DE PORTUGAL E DO BRASIL	Valéria Andrade Leandro Almeida
49	ELEMENTOS COESIVOS A SERVIÇO DA MANUTENÇÃO E DA PROGRESSÃO TEMÁTICA NO GÊNERO TEXTUAL PROJETO DE DOCUMENTÁRIO	Eliane Oliveira Lúcia Assis
61	RIO NEGRO, RIO IÇANA, RIO SOLIMÕES E AS MULHERES INDÍGENAS NA LUTA PELOS SEUS TERRITÓRIOS — AMAZONAS / BRASIL	Rita Machado Hemily Marinho Marcela Barbosa
69	A SOCIALIZAÇÃO FEMININA E A IDEALIZAÇÃO DOS RELACIONAMENTOS: GÊNESE DE FRUSTRAÇÕES, CONFLITOS E VIOLÊNCIAS	Maria Soares Patrícia Merlo
87	PIER PAOLO PASOLINI, 100 ANOS. COORDENAÇÃO E TRADUÇÃO DE RITA MARNOTO E ANA BEATRIZ ANDRADE (2023)	Martina Matozzi
91	MULHERES — TRILOGIAS E OUTROS CONTOS, DE ROSABELA AFONSO. EDITORIAL NOVEMBRO (2023)	Luísa Fresta



EDITORIAL

2023: O ANO DE UM RECOMEÇAR

[10.29073/naus.v6i1.877](https://doi.org/10.29073/naus.v6i1.877)

Isabel Lousada , NOVA FCSH, Portugal, isabel.lousada@fcsb.unl.pt.

Luísa Paolinelli , Universidade da Madeira, Portugal, marinho@staff.uma.pt.

Vanda de Sousa , ESCS-IPL, Portugal, vsousa@escs.ipl.pt.

Vanessa Cavalcanti , Universidade Federal da Bahia, Brasil, vanessa.cavalcanti@ufba.br.

Não há altura certa para recomeçar. Importa antes retomar o fio para continuar uma publicação que se revela de grande importância em vários domínios do conhecimento. O ano de 2023 trouxe consigo o repto para retomar um trabalho interrompido em 2020, em virtude de uma pandemia cujas consequências se fizeram sentir até ao momento. É, pois, com grande satisfação que trazemos a público no corrente ano o volume 6.1. da *NAUS: Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais*, sendo que em simultâneo aparecerão os números respeitantes aos anos 2020, 2021 e 2022. Esta tarefa hercúlea só foi possível porque este recomeço encontrou eco na comunidade científica a que se dirige, tendo obtido colaboração, em rede, por parte de várias dezenas de autora(e)s e revisora(e)s pertencentes a distintas instituições académicas portuguesas e brasileiras.

Tornar exequível este projecto exigiu o trabalho de uma direcção alargada composta por 4 editoras responsáveis, que se dedicaram a dar-lhe forma. Esta diversidade manifestar-se-á no editorial de cada um dos números sendo por todas assinados. Importa ainda lembrar a inestimável contribuição redactorial de Giuseppe Abate, por parte da Ponteditora, cuja disponibilidade foi decisiva, sendo de sobrelevar a firme decisão do editor Eduardo Leite e a confiança em nós depositada. Convocámos especialistas a fim de validar a qualidade dos artigos oferecidos ao público. São a(o)s revisores científicos o garante da exigência característica de publicações desta natureza, sendo de sublinhar o carácter empenhado e voluntário deste meritório trabalho.

Quanto ao conteúdo deste número podemos situá-lo na grande formulação *Literatura e Sociedade*. Para tal, valemo-nos de uma citação de Antonio Candido, na obra de título homónimo:

“Nada mais importante para chamar a atenção sobre uma verdade do que exagerá-la. Mas também, nada mais perigoso, porque um dia vem a reacção indispensável e a relega injustamente para a categoria do erro, até que se efectue a operação difícil de chegar a um ponto de vista objetivo, sem desfigurá-la de um lado nem de outro. É o que tem ocorrido com o estudo da relação entre a obra e o seu condicionamento social, que a certa altura do século passado [séc XIX] chegou a ser vista como chave para compreendê-la, depois foi rebaixada como falha de visão — e talvez só agora comece a ser proposta nos devidos termos. Seria o caso de dizer, com ar de paradoxo, que estamos avaliando melhor o vínculo entre a obra e o ambiente, depois de termos chegado à conclusão de que a análise estética precede considerações de outra ordem.” (p. 5)

Cientes de que não devemos abdicar da perspectiva histórica na análise da crítica literária e do muito que se foi postulando até hoje sobre esse posicionamento, incluímos uma panóplia bastante alargada de artigos e escolas de pensamento assentes na premissa de que a cultura subjaz e informa a literatura e a sociedade tal como as/os nossa(o)s autora(e)s, com abordagens diversas, no-la apresentam.

O número é inaugurado por **“Mayombe, o texto como espaço de reflexão e idealização da nação angolana”**. Neste, a autora leva os leitores por uma análise da obra de Pepetela, explorando as intrincadas ligações entre a narrativa ficcional e a História, utilizando referências de conhecidos estudiosos. É feita uma abordagem reflexiva sobre as



práticas sociais na sociedade angolana e a influência da literatura destaca a relevância do texto na construção da identidade nacional.

No segundo artigo, **“Famintos... e as marcas de subversão na escrita de Carmen de Figueiredo”** é-nos oferecida uma análise crítica de uma autora portuguesa ainda hoje pouco conhecida, realçando a escrita subversiva da mesma. Este texto contribui para a visibilidade da escrita de autoria feminina e das personagens femininas, durante a ditadura, num período que é objecto de investigação em várias universidades.

“O pensamento liminar e a tensionalidade pretextual no horizonte da literatura comparada” é o título do terceiro artigo no qual nos é proposto um debate sobre a noção de liminaridade em diferentes formas do pensamento em teoria literária.

Passamos depois a **“De aeroportos, aviões e nuvens: leitura pública em bibliotecas plurifuncionais de Portugal e do Brasil”** que ocupa a quarta posição. Nele são apresentados os resultados de um estudo sobre o papel das bibliotecas na formação de leitores e se destaca a importância desses espaços na construção da identidade cultural e no exercício da cidadania tendo em vista a promoção e o acesso à informação e à democratização do conhecimento.

“Elementos coesivos a serviço da manutenção e da progressão temática no género textual projeto de documentário” aparece em quinto lugar. Nele se reflecte sobre a coesão textual tendo por base um projeto semifinalista da Olimpíada de Língua Portuguesa brasileira.

O sexto artigo, **“Rio Negro, Rio Içana, Rio Solimões e as mulheres indígenas na luta pelos seus territórios — Amazonas / Brasil”** trata de uma pesquisa teórica evidenciando a contribuição de três pensadoras indígenas fornecendo uma perspectiva valiosa sobre o conhecimento ancestral dos territórios indígenas do Amazonas.

“A socialização feminina e a idealização dos relacionamentos: gênese de frustrações, conflitos e violências” é o sétimo artigo com o qual encerramos a série de estudos. Aqui são abordados as questões da violência contra mulheres e sua contextualização.

A fechar o número inaugural da NAUS incluímos duas resenhas, também elas de amplitude muito ampla. A primeira, assinada por Martina Mattosi, assinala uma efeméride: a passagem do centenário, no passado ano, do cineasta, pintor e poeta italiano, cuja versatilidade marcou o panorama cultural das áreas em que se movimentou e extravasou fronteiras, **Pier Paolo Pasolini, 100 Anos. Coordenação e tradução de Rita Marnoto e Ana Beatriz Andrade (2023).**

Concluimos a nossa apresentação convidando à leitura da obra **Mulheres — Trilogias e Outros Contos, de Rosabela Afonso. Editorial Novembro (2023)** cuja resenha, pelo punho da escritora Luísa Fresta, dá conta de muitas das vivências das mulheres de ontem e de sempre, tantas vezes marcadas pela violência mas a quem é também dada a esperança. Resta-nos desejar a toda(o)s Feliz Ano Novo e bons (re)começos, deixando na linha do horizonte o gosto e a fruição pelos livros e a leitura, em modalidades complementares.

REFERÊNCIAS

Candido, A. (2000). *Literatura e Sociedade* (8.ª ed.). Publifolha, p. 5.

Esteves, J. M., Jesus, I. H. de, & Almeida, T. de S. (Eds.) (2023). *Escritoras portuguesas no tempo da Ditadura Militar e do Estado Novo* (Vol. 3). Peter Lang.

DECLARAÇÃO ÉTICA



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.



MAYOMBE, O TEXTO COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO E IDEALIZAÇÃO DA NAÇÃO ANGOLANA

MAYOMBE, THE TEXT AS A SPACE FOR REFLECTION AND IDEALIZATION OF THE ANGOLAN NATION

[10.29073/naus.v6i1.840](https://doi.org/10.29073/naus.v6i1.840)

RECEÇÃO: 29 de novembro de 2023.

APROVAÇÃO: 8 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 28 de dezembro de 2023.

AUTOR/A: Elisangela Steinmetz , Universidade de Lisboa, Portugal, lizestein@yahoo.com.br.

RESUMO

O presente artigo visa abordar o modo como em *Mayombe*, de Pepetela, o texto promove um profícuo espaço de reflexão e, também, de idealização sobre a nação angolana; a obra surge revelando os intrincados laços que podem ser estabelecidos entre a narrativa ficcional e os domínios do mundo em que vivemos, vale dizer, entre a História e a Literatura. Para tal são referências, entre outros, Edward Said, Ana Mafalda Leite e Inocência Mata. Dessa forma, pretendemos pensar reflectir e interrogar as relações que envolvem as práticas sociais de determinadas das sociedades com a literatura produzida no seio de cada sociedade, em particular, na sociedade angolana e no texto *Mayombe*, de Pepetela, ainda equacionamos as possíveis influências que daí resultam, reconhecendo à narrativa ficcional uma “função extratextual” (Mata, s.d.).

PALAVRAS-CHAVE: Ficção; História; Literatura; *Mayombe*; Pepetela.

ABSTRACT

This article aims to address how in *Mayombe*, by Pepetela, the text promotes a fruitful space for reflection and also for idealization about the Angolan nation. The work reveals the intricate ties that can be established between fictional narrative and the domains of the world in which we live, that is, between History and Literature. To do so, references are made to, among others, Edward Said, Ana Mafalda Leite, and Inocência Mata. In this way, we intend to think, reflect, and question the relationships that involve the social practices of certain societies with the literature produced within each society, particularly in Angolan society and in Pepetela's text, *Mayombe*. Additionally, we consider the possible influences that result from these relationships, acknowledging a “extratextual function” to fictional narrative (Mata, n.d.).

KEYWORDS: Fiction; History; Literature; *Mayombe*; Pepetela.

O romance *Mayombe*, de Pepetela permite, ao leitor, para além do deleite e dos atributos que os bons textos literários propiciam, a observação e a reflexão sobre as relações que envolvem simultaneamente um contexto ficcional e o contexto de um espaço não ficcional. Assim, analisando o enredo e as estratégias narrativas, abordaremos alguns desses enlaces entre História e Literatura que o romance mencionado permite perceber. Complexo, o ser humano constrói sua identidade na soma de muitos *rios*: carga genética e demais aspectos biológicos, aspectos psíquicos, relações pessoais e com o meio e a cultura que o cerca. Tudo constrói, tudo reflete: o que e quem ele é, as escolhas que têm a sua disposição e as que faz.

Quanto a esse carácter em formação, sopram muitos ventos que contribuem para uma imagem e um comportamento apresentados pelo indivíduo. Sem dúvida, a arte é um desses sopros, desses ventos, que põem diante de seus olhos um passado, e mesmo um estado de coisas atuais, e perspectivas futuras, que devem ser vistas e exploradas, na



medida das reflexões e sensações que despertam. O crítico Edward Said atenta para o fato de que a “leitura e a interpretação dos grandes textos culturais metropolitanos”, em contrapartida com o trabalho de “escritores e estudiosos do mundo ex-colonizado que têm imposto suas diversas histórias, têm mapeado suas geografias locais nos grandes textos canônicos do centro europeu. E dessas interações sobrepostas, mas divergentes, *estão começando a aparecer às novas leituras e conhecimentos*¹.” (Said, 1999, p. 89). É sob a roupagem do lúdico (que não deixa de ser provocativa e desafiadora) que, muitas vezes, descobrimos o exterior e um interior ainda ocultos; é no domínio da arte, e em especial particular na literatura, que podemos encontrar os fios que, junto a outros, engendram a tessitura do que se pode chamar de alma, ou espírito humano e nisso congregasse, também, a dimensão social. Não pretendemos, com isso, restringir a arte a um aspecto de formação social; sem dúvida, as esferas sobre as quais se desenrola ultrapassam tal ponto de vista. Pretendemos, no entanto, afirmar que ela se liga, mesmo que inconscientemente, a toda *massa* formadora do indivíduo e do social — pela *presença* ou *ausência* que exerça no meio em questão. Isso porque, conforme nos aponta Said, há uma conexão entre “a longa e sórdida crueldade de práticas como a escravidão, a opressão racial e colonialista, o domínio imperial e, [...] a poesia, a ficção e a filosofia da sociedade que adota tais práticas” (Said, 1999, p. 14). Logo, podemos pensar que se soma à identidade do ser, literalmente, o conjunto de textos que o cercam. Aquele aos quais ele tem acesso. Ele é, dessa forma, feito um pouco, também, de tinta e de papel. Mas que tinta e que papel? O que pode ser lido e de que maneira, nas linhas e entrelinhas que o homem constitui em sua trajetória, e que é produto, em certa medida, dele próprio e de suas intenções, claras e obscuras. Que tanto podem sugerir continuidade ou mudança no contexto social. Daí sua importância e a possibilidade que menciona Said: “o surgimento de uma nova consciência intelectual e política” (Said, 1999, p. 26).

Em *Ficção e História na literatura angolana — o caso de Pepetela*, Inocência Mata, entre muitos outros aspectos, atenta para o fato de que em Angola devido às questões surgidas pela situação colonial, mesmo após a independência, a literatura apresenta uma “função extratextual”:

[...] é minha convicção de que, numa sociedade — como a angolana — recém-saída do jugo colonial e marcada pela precariedade de (auto-) reflexão e de instituições que a possam impulsionar (academias, associações profissionais que funcionem sem constrangimentos, agremiações, fóruns reguladores), a imagem do país continua a construir-se ainda com o subsídio da literatura, e esta continua a desempenhar um papel que vai além da sua significação estética e simbólica. (Mata, s.d., p. 15)

Desse modo, a relação entre história e ficção existente em Angola encontra-se intrinsecamente ligada à formação da nação angolana e cumpre relevante função extratextual num país que está “a pensar-se nação moderna, e necessariamente plural” (Mata, p. 16), estabelecendo um constante diálogo reflexivo e questionador sobre o passado, o presente e os projetos de uma possibilidade de futuro desejável “enquanto manifestação de uma visão do mundo e do país” (Mata, p. 27), “numa sociedade que ainda vive um processo de construção identitária” (Mata, p. 49); sendo assim, a relação entre a cultura, a arte e as relações de poder que se estabelecem entrelaça-se.

Em *Mayombe* (1980), de Pepetela, o texto dialoga com a história, ilumina-a, traz à tona a memória de um passado, problematiza o seu conhecimento e provoca a sua percepção por um novo viés. A narrativa está contundentemente ligada à realidade histórica da sociedade angolana, evoca uma época e um espaço que são reconfigurados na criação ficcional, mas, ao tratar desse contexto, mostra a sua complexidade, as subjetividades que existem e as implicações ideológicas que o permeiam, conduzindo o leitor a um importante espaço de reflexão sobre as questões abordadas na narrativa.

¹ Grifo nosso.



Com vocação simultaneamente semântica e pragmática, a épica africana visa, ao mesmo tempo, efeitos estético-didáticos ao procurar simbolizar uma identidade-modelo (cultural, étnica, nacional) no seio da comunidade onde se desenvolve [...]

Tal finalidade aproxima-se da intenção ético-moral-educativa-ideológica do romance de Pepetela, que desenvolve, ainda, a vertente programática de criação do conceito identitário de nação, procurando-se, nessa perspectiva, esbater no interior do texto, os conflitos étnicos pela união na luta por um objetivo comum, a libertação da pátria angolana, pátria de todas as etnias em jogo” (Leite, 1995, p. 170).

Cabe salientar que, no caso particular do romance citado, o próprio escritor vivenciou, enquanto membro do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), situações da ordem de tensões que podemos encontrar ao longo do enredo. Vejamos:

Pepetela, nome por que é conhecido Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, [...]

Em 1963, torna-se militante do MPLA — Movimento Popular da Libertação de Angola,

[...] Em 1969, é integrado na luta armada na Frente de Cabinda, com funções na área da Informação e da Educação, ao mesmo tempo que participava na guerrilha. [...] Durante as pausas da guerra, nos anos de 70 e 71, como prolongamento pessoal de um comunicado de guerra, escreve Mayombe, que só seria editado após saturada reflexão pessoal, em 1980 (Mata, p. 383).

Nesse caso, para além da pesquisa de dados e fontes a qual recorre um escritor que se debruce à elaboração de um universo ficcional com profundo vínculo com os âmbitos da história, o autor tem à sua própria experiência de vivência pessoal e social. Fato que, se não indica maiores relações biográficas, não pode ser desconsiderado, visto que a imaginação, nesse caso, bebe, na fonte de uma experiência, de uma experiência consciente, que se quer ativa na elaboração de uma Angola livre:

No presente trabalho, Inocência Mata explora as relações entre a literatura, a história, o repensar da Nação Angolana e da sua criação, na minha obra. Como autor, devo dizer que muito dificilmente seria de outra maneira. A minha geração foi privilegiada por ter tido que fazer opções dramáticas. Em contraponto, encontramos outras gerações que perdem os objectivos ou que nunca chegam a ter algum, o que me parece um vácuo demasiado doloroso, simplesmente desumano. Por ter de fazer esse tipo de opções (lutar ou não lutar contra a situação colonial, pegar em armas ou trabalhar no exílio frio, desertar ou continuar num exército de ocupação colonial, etc, etc) a literatura da minha geração está “contaminada” por essas opções pessoais. Daí o socorrer-se do passado para pensar o presente e perspectivar o futuro, daí o interesse pelos problemas que fracturam a sociedade, daí a ligação quase indiscutível com o facto político. Os meus livros não podiam ser excepção. (Pepetela, in Mata, p. 12).

Mayombe, por sua vez, põe em cena um conjunto de personagens que revisitam um passado histórico não muito distante — “a história do movimento de resistência nacionalista e de guerrilha” (Mata, p. 45) — no entanto, embora a trama apresente algumas cenas de combate e de luta, o que prevalece no romance é um intenso debate de ideias que revelam as tensões no interior do Movimento (MPLA), algumas bastante acirradas entre os combatentes, cujo grupo, sob o comando de Sem Medo, é formado por integrantes de diferentes etnias, “os heróis se dividi(em) entre a acção bélica, propriamente dita, e a luta dialógica” (Leite, 1995, p. 180). Assim, na obra em questão, as diferentes etnias sobressaem como um dos fatores geradores de conflitos. Devido às várias etnias, entre outros fatores (mas esse sobressai), criam-se problemas de desentendimento envolvendo, para além dessas diferenças, opiniões e interesses pessoais que entram em cena, formando um complexo quadro. Como se pode observar no fragmento a seguir:



Lutamos não estava de acordo com a proposta do chefe de grupo Verdade. Mal o Comandante surgiu, Lutamos disse:

— *Camarada Comandante, o camarada Verdade acha que devíamos apanhar os trabalhadores da exploração e fuzilá-los, porque trabalham para os colonialistas. Diz que é isso que se decidiu fazer.*

[...]

— *Deixa lá, pá! — disse Muatiânvua. — Esses trabalhadores são cabindas, é por isso que te chateias. Mas são mesmo traidores, nem que fossem lundas ou kimbundos...*

— *Como é? — disse Lutamos, nervoso. — E os trabalhadores da Diamang? E os da Cotonang? São traidores? Têm de trabalhar para o colonialista...*

— *São, sim, pá — disse Muatiânvua. [...] É só varrer, pá!*

Milagre esperou a reacção de Lutamos. Como este, ofendido, não respondia, Milagre falou para o Comissário:

— *Que é que o camarada Comissário pensa?*

— *Penso que devemos partir, por isso não há mais papos. Discutiremos depois. Mas aí de quem tocar num trabalhador ou num homem do povo sem que se dê ordem. Ai dele! (Pepetela, 2017, p. 22).*

Por um lado, une-os o desejo de uma Angola livre. Em contrapartida, chocam-se interesses pessoais e, também, o modo particular como cada um compreende o melhor trajeto para tal intento. Daí surgem conflitos internos no grupo, aos quais se somam os conflitos com a direcção do Movimento (MPLA), acrescidos de desejos e aspirações pessoais, que não podem ser plenamente satisfeitos (como, por exemplo, a história de amor entre o Comissário e Ondina, que sofre consequências, também, por conta do MPLA); cada personagem tem um mistério, uma angústia, uma dor, uma lembrança, um estado particular que a torna única em si mesma:

Teoria sentia que o Comandante também tinha um segredo. Como cada um dos outros. E era esse segredo de cada um que os fazia combater, frequentemente por razões longínquas das afirmadas. Porquê Sem Medo abandonara o curso de Economia, em 1964, para entrar na guerrilha? Porquê o Comissário abandonara Caxito, o pai velho e pobre camponês arruinado pelo roubo das terras de café, e viera? [...] Porquê o Chefe de Operações abandonara os Dembos? Porquê Milagre abandonara a família? Porquê Muatiânvua, o desenraizado, o marinheiro, abandonara os barcos para agora marchar a pé, numa vida de aventura tão diferente da sua? E porquê ele, Teoria, abandonara a mulher e a posição que podia facilmente adquirir? Consciência política, consciência das necessidades do povo! Palavras fáceis, palavras que, no fundo, nada diziam. Como age em cada um deles essa dita consciência? (Pepetela, 2017, p. 17) (Isso é uma citação)

Então, será, em meio a muitas indagações, numa atmosfera tumultuada por desconfianças, preconceitos, expectativas e indiscutível heterogeneidade, que o grupo irá resistir e unir-se, enfrentando também as adversidades da geografia do Mayombe, para combater um inimigo comum — *os tugas*, os invasores. Mas como revela a diegese, para além de vencer o inimigo comum, esses homens precisam superar as suas diferenças e construir um espaço comum com respeito, buscando o desafiante equilíbrio entre a expressão de uma existência individual (e/ou de um grupo menor) e a conquista de uma nação livre e unida que zela pelo bem-estar comum. “Os guerreiros do *Mayombe* encontram-se incumbidos de uma dupla missão: repor a ordem com as armas e refazer o cosmos angolano, transformando-o em pátria; o seu papel é, em simultâneo, de luta e de reconstrução” (Leite, 1995, p. 171–172).



Ao longo da narrativa, mais do que o embate da guerrilha, predominam as discussões éticas e ideológicas. Como agir em cada situação? Matar ou não matar? Roubar? Punir com a morte os integrantes do próprio grupo, quando agem em forte desacordo com o pretendido, ou abrandar a pena? E para além dessas questões surgem outras de ordem pessoal, como, por exemplo, o complexo que Teoria sofre em relação a sua origem mestiça (mãe negra e pai português branco), o envolvimento sexual entre Ondina e André, ou ainda a relação, aparentemente carregada de culpa, entre Sem Medo e a sedutora Ondina. Há, ainda, questões de ordem econômica que causam transtornos: a falta de recursos e até de alimentos para o grupo de combatentes e a forma duvidosa como André gerencia os recursos do Movimento também integram a trama, gerando dúvidas quanto à direção do MPLA. Os desentendimentos por conta das distintas etnias (por exemplo: Milagre é kimbundo, Muatiânvua é filho de mãe kimbundo e pai umbundo, Lutamos é cabinda). Todos esses pontos tornam-se o centro de conversas e reflexões. E com a exuberância da floresta do Mayombe, desponta, igualmente, a paisagem das ideias.

À medida que as discussões e o pensamento individual se vão elaborando, acrescidos do desafiante ambiente do Mayombe, que “com toda a vitalidade de floresta cerrada, impõe-se como força anímica, mãe natureza que desafia o avanço dos militares” (Leite, 1995, p. 175), em conjunto com as exigências das incursões bélicas, esse grupo de homens vai se modificando, crescendo, superando medos, encontrando respostas e, também, novas dúvidas em relação ao futuro que almejam e que, alguns sabem (por exemplo, Sem Medo), divergente do esperado e constituindo motivo de luta e (re)construção constantes no processo de construção de uma Angola liberta.

— *Ora! Vamos tomar o poder e que vamos dizer ao povo? Vamos construir o socialismo. E afinal essa construção levará 30 ou 50 anos. Ao fim de cinco anos, o povo começará a dizer: mas esse tal socialismo não resolveu este problema e aquele. E será verdade, pois é impossível resolver tais problemas, num país atrasado, em cinco anos. E como reagirão vocês? O povo está a ser atingido por elementos contra-revolucionários! O que também será verdade, pois qualquer regime cria os seus elementos de oposição* (Pepetela, 2017, p. 113).

As tensões e reflexões perpassam todo o tecido textual e as construções/e/ou/modificações no individual e no coletivo vão, simultaneamente, acontecendo. Então, observamos atos que, em princípio do romance, não seriam viáveis, mas que, ao longo da trajetória, se tornam possíveis entre os sujeitos daquela mesma terra que se deseja *nação*: “— Lutamos, que era cabinda, morreu para salvar um kimbundo. Sem Medo, que era kikongo, morreu para salvar um kimbundo” (Pepetela, 2017, p. 247).

Destacamos que, assim como o enredo, a estratégia narrativa² abre espaço para colocar em evidência as diferenças, fazendo o relato compor um diverso conjunto de vozes, sempre destacadas em itálico, que narram e dão visões particulares acerca das situações e dos homens, segundo a opinião de determinada personagem:

Eis-me no comboio, a caminho de Brazzaville, a caminho do desterro, sentado à frente dum homem que não responde senão por monossílabos, grave como deve ser um membro da Direcção. A pasta vai ao lado dele, fechada à chave, cheia de documentos que me hão-de comprometer. Basta ver a sua cara para saber se o processo me será desfavorável. [...]

Rio quando lembro a cara do membro da Direcção, ao saber que o Ingratidão escapou da cadeia. Estávamos na estação com o Sem Medo. O dirigente olhou Sem Medo duramente. Saberá que foi Sem Medo que não o quis fuzilar? (Pepetela, 2017, p. 171).

² “As estratégias organizam simultaneamente o material do texto e as condições em que ele deve ser comunicado. [...] Elas envolvem a estrutura imanente do texto e os atos de compreensão desse modo suscitados no leitor” (Iser, in Reis, 2018, p. 117).



Além de apresentarem, por vezes, um conjunto de informações mais detalhadas das personagens, acentuando suas individualidades: “Vejam a injustiça. Eu, Milagre, vim de Quibaxe, onde os homens atacavam o inimigo só com catanas e a sua coragem, eu vim de longe, o meu pai foi morto, a cabeça levada pelo tractor” (Pepetela, 2017, p. 64).

Na obra *A modalização épica nas literaturas africanas*, Ana Mafalda Leite revela um esmerado e profundo estudo, entre outros elementos, sobre o romance *Mayombe*. A Autora atenta para tais aspectos: a presença do individual e do coletivo, e a multiplicidade de narradores:

A dimensão heróica em Mayombe revela-se através de uma manifestação individual,³ de que o Comandante Sem-Medo é um caso paradigmático, porque reúne as condições necessárias à formação de uma personagem mítica, ou de um herói à escala épica; em simultâneo, verificamos que o romance oferece um outro tipo de herói, colectivo, pela participação de cada personagem no mesmo ideal de luta, e também pelo acesso que a maioria tem à voz narrativa.

[...]

Constata-se, então, no decorrer do romance, a existência de vários narradores, que se apresentam como narradores-personagens, assumindo alternadamente o papel do narrador. Por conseguinte, desde o primeiro capítulo que somos confrontados com narradores diferentes e, neste caso, por seis vezes se mostra o narrador, na personagem de Teoria e de Milagre, dois dos combatentes. O segundo capítulo é introduzido e encortado pela presença de três narradores, por duas vezes a personagem Mundo Novo e uma única vez Muatiânvua. Já o terceiro capítulo convoca apenas dois narradores, bem como o último capítulo, o quinto, e a voz cabe a André, ao chefe de Depósito, a Lutamos e ao comissário Político. O quarto capítulo oferece apenas um, o Chefe das Operações (Leite, 1995, p. 180, 181).

Essa fragmentação no discurso espelha também as diferenças existentes, a heterogenia do grupo, além de refletir a tensão entre o individual e o coletivo. Mas, apesar das intrusões de diferentes vozes na narrativa, predomina a articulação de um narrador onisciente que, frequentemente, cede o discurso às personagens, tanto através dos diálogos como do monólogo interior (do qual Sem Medo é notável exemplo). Essa estratégia narrativa faz com que o processo de mimese se intensifique, pois essas várias vozes no relato aumentam a concretude do mesmo. O que nos leva a considerar a focalização do romance como onisciente:

Entende-se por focalização onisciente aquela representação da história em que o narrador, como agente de focalização, evidencia um conhecimento potencialmente ilimitado acerca da história, facultando as informações que entende pertinentes para o conhecimento pormenorizado das personagens, das suas motivações, dos meandros da ação, da composição e mapeamento do espaço, etc. Assim, adotando uma focalização onisciente, o narrador coloca-se numa posição de transcendência em relação à história [...] se em certas circunstâncias ele respeita o campo de consciência de uma personagem e limita o âmbito da perspectiva à focalização interna, noutras pode exceder o que a personagem sabe acerca da história, e o ainda mais restrito domínio do exterior observado em focalização externa. [...] (cabe na prerrogativa da sua onisciência operar essa variação). (Reis, 2018, p. 180, 181).

O que destacamos, para além dos aspectos já mencionados, é que devemos dar uma especial atenção ao grafismo utilizado no texto para marcar essas alternâncias de vozes; pois sempre que uma das personagens se apresenta como sendo o narrador, as suas colocações surgem escritas em itálico:

³ Grifos nossos.



EU, O NARRADOR, SOU O CHEFE DO DEPÓSITO.

É a segunda noite que não vou dormir, por causa dos presos. Se adormecer, eles fugirão.

Fui combatente na Primeira Região, servi de guia aos grupos que do Congo entravam em Angola ou saíam para o Congo. Fui para o interior de novo [...]. E tudo fiz. (Pepetela, 2017, p. 187)

E, em seguida, a escrita retorna à forma predominante (sem o itálico). O que percebemos é que essa sequência narrativa que, aparentemente, poderia ser considerada como sequência da mesma voz que se destaca em itálico, não é.

Consideremos o seguinte fragmento, que surge logo após a primeira intrusão da personagem que se apresenta como “EU, O NARRADOR, SOU TEORIA”. (Pepetela, 2017, p. 14):

“O Chefe de Operações contemplava as sombras das árvores, deitado na lona. Ouvia a conversa dos outros, pensando⁴ na chuva que iria cair dentro de momentos e na casa quente de Dolisie, com a mulher a seu lado” (Pepetela, 2017, p. 15). E, mais adiante, ainda com Teoria como suposto narrador, temos: “O cheiro de elefante era persistente. Pena que não viemos caçar, pensou Ekuikui⁵, o caçador; daria comida para muito tempo. E, ao atravessarem de novo o rio, depararam com uma manada de elefantes. Instintivamente, Ekuikui levantou a arma” (Pepetela, 2017, p. 23).

Como vemos, nos trechos destacados, o narrador tem conhecimento tanto dos pensamentos do Chefe de Operações quanto dos pensamentos de Ekuikui, o que é possível, conforme os eventos são apresentados nesse caso, através da exposição de um narrador onisciente e não através de outra personagem, no caso Teoria; portanto, a voz que está narrando não é a mesma que se apresenta em itálico como sendo o narrador. Confirmando o que registramos: a presença de um narrador onisciente, que é intercalada com a intrusão destacada da voz das personagens, ao longo da trama.

Exemplo da mesma ordem encontra-se entre o final do capítulo I e a sequência do capítulo II: considerando a última intrusão realizada por Milagre “EU, O NARRADOR, SOU MILAGRE” (Pepetela, 2017, p. 64), temos “Acabas de chegar, de entrar na guerrilha, *pensou*⁶ Sem Medo” (Pepetela, 2017, p. 79).

Logo, o que temos quanto à estratégia narrativa é a presença de um narrador que domina e simboliza os aspectos do coletivo, e a intrusão de personagens que se articulam, momentaneamente, como narradores, trazendo à tona aspectos de percepção particular e individual — ainda que recaia numa observação sobre aspectos também pertencentes ao coletivo. Assim, essas vozes entrelaçam e entrecruzam-se ao longo do discurso. Um dos possíveis efeitos causados com a utilização de tal estratégia é a intensificação da problematização acerca do passado histórico, do discurso que o circunda e do próprio discurso da narrativa que o retoma; contestando e questionando, a partir de dentro, a forma como esse passado pode ser compreendido “segundo um programa em que o “país ideal” ainda se pensa, mas com novos ingredientes e estratégias” (Mata, s.d., p. 16). Cumprindo, ao nosso entender, a “intenção ético-moral-educativa-ideológica do romance de Pepetela” (Leite, 1995, p. 170). Em face do que a escrita de Pepetela se revela importante, tanto para que o leitor tenha acesso a um amplo conjunto de informações, bem como possa sobre elas refletir, considerando a história, a memória e a condição humana. Porque é, sobretudo, da condição humana, das relações humanas que o autor nos fala.

⁴ Grifo nosso.

⁵ Grifo nosso.

⁶ Grifo nosso.



REFERÊNCIAS

Leite, A. M. (1995). *A modalização épica nas Literaturas Africanas*. Vega.

Mata, I. (s.d.). *Ficção e História na Literatura Angolana — o caso de Pepetela*. Edições Colibri.

Pepetela (2017). *Myombe*. Dom Quixote.

Reis, C. (2018). *Dicionário de estudos narrativos*. Almedina.

Said, E. (1999). *Cultura e imperialismo*. Companhia das Letras.

DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anónima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.



FAMINTOS... E AS MARCAS DE SUBVERSÃO NA ESCRITA DE CARMEN DE FIGUEIREDO
FAMINTOS... AND THE SUBVERSION MARKS IN CARMEN DE FIGUEIREDO'S WRITING

10.29073/naus.v6i1.806

RECEÇÃO: 23 de novembro de 2023.

APROVAÇÃO: 8 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 28 de dezembro de 2023.

AUTOR/A 1: Ana Oliveira , Universidade Estadual da Paraíba, Brasil, flaviaoliveirapb@gmail.com.

AUTOR/A 2: Aldinida Medeiros , Universidade Estadual da Paraíba, Brasil, aldinidamedeiros@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo é um estudo sobre o romance *Famintos...* (1950), da escritora Carmen de Figueiredo. Pouco conhecida dos leitores de sua época e dos contemporâneos, a autora tem obras marcantes publicadas no período da ditadura em Portugal. O objetivo é analisar os fatores que tornam sua escrita subversiva e de que forma essa subversão contribui para dar maior visibilidade às personagens femininas. A análise é desenvolvida a partir do método da crítica textual e, como embasamento teórico-crítico, valemo-nos, dentre outros, das concepções de Melo, 2017; Tavares, 2011; Zolin (2019a e b; 2010); Silva (2010; 2011); Pedrosa (2017); e Ferreira (1996). Nossa leitura pretendeu mostrar como a mulher é representada nesta obra, em época de regime político ditatorial, dissonante dos estereótipos femininos determinados pela ideologia do patriarcado.

PALAVRAS-CHAVE: Autoria Feminina; Carmen de Figueiredo; Representação da Mulher; Subversão.

ABSTRACT

This article is a study about the novel *Famintos...* (1950), written by Carmen de Figueiredo. Almost unknown to readers of her time, the author has notable works published during the dictatorship period in Portugal. The goal is to analyze the factors that make your writing subversive and how this subversion contributes to giving greater visibility to female characters. The analysis is developed based on the method of textual criticism and, as a theoretical-critical basis, we use the conceptions, among others, of Melo, 2017; Tavares, 2011; Zolin (2019a e b; 2010); Silva (2010; 2011); Pedrosa (2017) e Ferreira (1996). Our reading was intended to show how women are represented in this work, at a time of dictatorial political regime, dissonant from female stereotypes determined by the ideology of patriarchy.

KEYWORDS: Carmen de Figueiredo; Feminine Authorship; Representation of Women; Subversion.

1. INTRODUÇÃO

A entrada de escritoras no mercado literário mostra-se fundamental para tornar pública a presença marcante das mulheres na e para a sociedade, uma vez que a escrita de autoria feminina tem ido de encontro ao discurso e a representação dessas mulheres vistas, até então, sob a perspectiva da escrita do homem, do historiográfico ao literário. Isto porque, a escrita masculina, oriunda e orientada pelo patriarcalismo, “não dá conta da realidade da sua presença [da mulher] [...]. O discurso não a mostra, inventa-a, define-a através de um olhar culto (logo masculino) que não consegue senão subtraí-la a si própria” (Farge; Davis, 1991, p. 9, acréscimo nosso). Ao longo de séculos, muitas autoras, seja nos versos ou na prosa de ficção, procuraram romper com os papéis fixos designados à mulher



pelo pensamento patriarcal, apresentando uma escrita em que esse ser, considerado frágil por muitos, tem várias possibilidades de identidades, com múltiplas questões que podem ser problematizadas: raça, classe social e orientação sexual.

Buscando, então, contribuir com pesquisas de análise literária que tem o foco na escrita de autoria feminina, este artigo destaca aspectos de transgressão no romance *Famintos...* (1950), da escritora portuguesa Carmen de Figueiredo. O objetivo é analisar os fatores que podem levar sua escrita a ser considerada subversiva e de que forma essa suposta subversão contribui para dar visibilidade às personagens femininas, situando-as no centro das relações familiares, essas com largo enfoque na figura das mulheres, que destoam de padrões por não se adaptarem aos estereótipos femininos de boa dona de casa, esposa submissa e mãe dedicada. Tomamos para esta reflexão, a subversão como categoria teórico-metodológica, a partir da perspectiva adotada por Antônio de Pádua Dias da Silva (2010), como uma oposição à ordem falocêntrica e do patriarcado, não deixando de considerá-la, também, uma insubordinação às normas sociais estabelecidas pela classe dominante.

É importante destacar que o espaço que as escritoras vêm conquistando está intimamente ligado às lutas políticas e sociais ocorridas na História em defesa dos direitos das mulheres. Como prova disso, podemos citar o movimento feminista, originado na década de 60. Segundo a afirmação de Lúcia Ozana Zolin, “A crítica literária feminista, bem como o feminismo entendido como pensamento social e político da diferença, surge, nesse contexto, com o intuito de desestabilizar a legitimidade da representação, ideológica e tradicional, da mulher na literatura canônica” (2010, p. 185). Compreendemos, assim, que essa desestabilidade ocorre porque a ficção de autoria feminina passa a representar a mulher fora do espaço orquestrado pela ideologia masculina. Isso porque, após a década de 1960,

As escritoras, partindo de suas experiências pessoais, e não mais dos papéis sexuais atribuídos a elas pela ideologia patriarcal, debruçam-se progressivamente sobre temas como sexualidade, assédio sexual, maternidade, relações familiares, mercado de trabalho, autoconhecimento, entre tantas outras angústias que circundam os universos femininos. (Zolin, 2019a, p. 224)

Como bem pontua a estudiosa supracitada, a literatura feita por mulheres passa a uma nova figurativização após a década de 60, entretanto, é a partir dos anos 70, com o surgimento da crítica feminista, que obras literárias de autoras — seus enredos, temáticas e personagens — só para citar alguns aspectos, passam também a ser objeto de grande interesse de pesquisa de críticos de literatura. Vários/as “críticos/as feministas, principalmente na França e nos Estados Unidos, tem promovido, desde 1970, debates acerca do espaço relegado à mulher na sociedade, bem como das consequências, ou dos reflexos daí advindos, para o âmbito literário” (Zolin, 2019a, p. 212). Ressaltamos que tal recorte deixa evidente a predominância desses debates apenas a partir da década de 70, ou seja, muito recentemente, se considerarmos os longos séculos de literatura escrita por mulheres.

Em Portugal, conforme Tavares (2010), a década de 70 também é marcada por investigações de natureza bibliográfica que objetivavam resgatar mulheres do esquecimento, dar-lhes a devida visibilidade, a exemplo do que afirma Isabel Alegro de Magalhães (1995). Quando direciona seus estudos para a escrita feminina — de acordo com a referida autora, aqui entendemos escrita feminina como escrita produzida por mulheres —, Magalhães (1995) delimita como *corpus* de sua pesquisa obras publicadas posteriormente à Revolução de 25 de Abril¹ ocorrida naquele país, considerando, desse modo, as obras produzidas a partir de 1974, embora já se observassem marcas de desconstruções ideológicas anterior ao ano da Revolução dos Cravos. A pesquisadora afirma que:

¹ Também denominado de Revolução dos Cravos, foi um movimento político e social que derrubou o regime ditatorial salazarista do governo português, em 25 de abril de 1974. A ditadura salazarista durou 48 anos e que, segundo Fernando Rosas: “A repressão é a resposta para a minoria que não respeita os sinais, as regras explícitas ou implícitas, as rotinas do enquadramento, da submissão, da conformação à ordem estabelecida” (Rosas, 2012, p. 17).



Será importante fazer notar o facto de, nas últimas décadas [do século XX], ter surgido um tão elevado número de escritoras — e tantas delas de valor incontestável — e um tão vasto corpo de obras de ficção narrativa. Facto que se torna particularmente expressivo num país onde não houve (nem há) movimentos sociais de mulheres significativos e onde praticamente se não fez uma reflexão teórica consistente sobre questões relativas à identificação de uma identidade do feminino. (Magalhães, 1995, p. 24, acréscimo nosso)

É importante destacar que produções literárias de 1950 já traziam características dessa escrita subversiva, ideia defendida em nosso estudo. Por esta perspectiva, essa abordagem no âmbito ficcional se fez presente no território português antes mesmo da década de 1970. Tais características podem ser observadas quando se transita pelas obras de Carmen de Figueiredo, como se observa em *Famintos...* (1950), *Vinte anos de manicómio!* (1951) e, em certa medida, no romance *Criminosa...* (1954). Nesse sentido, temos uma escritora com produções ficcionais tão significativas quanto as estudadas a partir das investigações acerca da escrita de autoria feminina com aspectos subversivos, desenvolvidas em Portugal a partir dos anos de 1970.

Ao nosso ver, o fato de haver uma predominância da crítica literária em debruçar-se sob produções das últimas décadas do século XX acaba por excluir obras igualmente importantes de períodos anteriores com os mesmos traços presentes em obras contemporâneas, como acontece com os romances de Carmen de Figueiredo, escritora que teve sua produção mais exponencial nos anos 50 do século passado. É certo que muitas das temáticas e problemas abordados em romances contemporâneos estão mais próximos e/ou voltados para as lutas feministas de modo mais direto e reflexivo. Isto, porém, é fruto das longas pautas reivindicadas e conquistadas nos meios culturais, artísticos, acadêmicos, jornalísticos, entre outros.

A partir disso, buscamos em *Famintos...* (1950) as marcas de subversão que podem apontar a escrita de Carmen de Figueiredo como uma escrita que transgredir a uma ideologia falocêntrica, patriarcal e sociocultural estabelecida pelos códigos sociais vigentes na sua época. Nossa abordagem centra-se em estudos acerca dos temas, realizado através de pesquisa bibliográfica, pautada em uma análise de interpretação textual, aplicando as reflexões críticas ao estudo do texto literário escolhido como *corpus* e buscando respeitar as suas particularidades estéticas. Para embasar a análise, nos valemos dos estudos teóricos, dentre outros, de Zolin (2019a e b; 2010); Silva (2010; 2011); Pedrosa (2017) e Ferreira (1996).

2 SOBRE A AUTORA E SUA PRODUÇÃO LITERÁRIA

Carmen de Figueiredo é o pseudônimo de Carmelinda Miolet Morena de Figueiredo, nascida em 1916, conforme registro do *Dicionário de Escritoras Portuguesas*, organizado por Flores, Duarte e Moreira (2009). Apesar da considerável produção literária e da atenção recebida pela mídia por ocasião das suas publicações, ela é mais uma entre tantas escritoras que foram esquecidas pelo grande público:

A autora teve uma produção literária extensa (quinze romances, três livros de contos, uma novela) e publicou mais de doze mil contos na imprensa portuguesa, regra geral no “Diário de Lisboa” e no “Diário Popular”, tendo ainda escrito regulamente no “Diário de Notícias” (durante vinte e sete anos) e em publicações como o “Diário Ilustrado”, “A Capital” ou “O Correio do Minho”. Para além disso, fundou a “Mosaicos-Revista”, onde foi editora e directora, e onde fez trabalhos de maquetagem e paginação, tendo ainda feito desenhos, contos e artigos, alguns publicados com o seu nome literário, outros com pseudónimos que adoptou. (Pedrosa, 2017, p. 122)

Como podemos constatar, os anos 50 revelam, portanto, as mais significativas produções de Carmen de Figueiredo, pois foi neste período que a autora recebeu o Prêmio Ricardo Malheiros conferido pela Academia das Ciências de Lisboa, pela publicação do romance *Criminosa...*, publicado em 1954, além de ter escrito, nessa década, os romances *Famintos...* e *Vinte anos de manicómio!*.



Os temas abordados em *Famintos...* já nos direcionam para uma escrita subversiva, uma vez que perturba a ordem estabelecida, recusa e infringe a estrutura patriarcal da família. Prova disso é que o romance foi censurado pela PIDE² — Polícia Internacional e de Defesa do Estado, responsável pela repressão de todas as formas de oposição ao regime político da ditadura militar portuguesa — por ferir a moral e os bons costumes familiares, e por abordar temáticas e questões que ferem os princípios defendidos pela ideologia do Estado Novo. A censura pela PIDE apontou³ a obra como uma forma de representação da vida cotidiana presente no enredo que destoava da realidade, principalmente, no que se refere aos desejos e vida sexual das personagens narrados nos espaços familiares da época que, sob um alto nível de tabu, passam por um processo de anulação, negação:

as narrativas que leva a cabo alternam os momentos de descrições com os de acções e as personagens veiculam uma série de acções que podem permitir a reflexão sobre as questões quotidianas. A prosa de Figueiredo — simples, de enredo escorreito, sem grandes malabarismos retóricos — acabou por activar os serviços censórios graças, [...], às descrições sexuais explícitas, que, como a PIDE o dirá, e ainda que acompanhem a narrativa, não tem nela um papel crucial. Afinal, as narrativas, sem estas cenas que levaram à proibição das duas obras, permaneceriam as mesmas. (Pedrosa, 2017, p. 125)

É importante destacar que, apesar de ter sido publicado primeiro, a proibição de *Famintos...* ocorreu em 1952, logo após a censura de *Vinte Anos de Manicómio!*, publicado em 1951. Isso porque, com a constatação da PIDE em relação às transgressões cometidas pela autora nesta última obra, outros romances foram investigados, chegando-se a identificar as mesmas características subversivas na narrativa de 1950.

Apesar das descrições sexuais não terem esse papel crucial para o desenvolvimento da narrativa, tal como afirma Pedrosa (2017), são justamente elas, somadas às paixões proibidas, conforme mencionadas, que faz com que a obra ficcional de Carmen de Figueiredo não dialogue com o então contexto da sociedade portuguesa, algo que é significativo no romance escolhido para estudo, pois não apresenta os temas “ideais” para a sociedade vigente, que não reconhece na mulher um indivíduo possuidor de direitos e a considera inferior ao homem. A romancista confere às mulheres desse romance uma subjetividade dotada de desejos, destinando ao homem, em alguns casos, o papel de ser compassivo. Além do mais, vale salientar a importância de ser uma mulher a escrever sobre sexo, aborto e outras questões, que por si só já eram tabus, em uma sociedade de dominação masculina, na qual não se concebia que estas temáticas fossem abordadas por uma mulher. Nesse sentido, a escritora não só transgredir os ideais patriarcais, como também toda uma ideologia de gênero que repreendia qualquer manifestação feminina ao falar de sexo, por exemplo, ainda mais de forma tão explícita.

Em *Famintos...* (1950), o enredo é desenvolvido em volta da personagem António Luíz, casado com Ana Lúcia, filha de D. Lídia. O casal são os pais das gêmeas Maria Tereza e Manuela. Integram também essa história, a ama Felipa, mulher que amamentou as gêmeas quando crianças, em virtude de Ana Lúcia ter sido acometida por uma crise de demência após o parto; e Cristina, irmã de Antónia, que participa ativamente da criação das meninas. O romance apresenta ainda, entre outros aspectos, as paixões proibidas de Manuela por Maria Tereza; do tio padre, Rodrigo, irmão de António por Manuela e de Felipa por Manuel Tendeiro.

Pensando o erotismo ou a existência da sexualidade como uma das marcas de subversão presente na escrita de autoria feminina, conforme ideia defendida por Silva (2010), podemos observar essa presença no romance em

² De acordo com Rosas (2012, p. 13), o salazarismo passou por três etapas, “a Ditadura Militar (1926–1933), o Estado Novo salazarista que dela saiu (1933–1968) e a ponta final do marcelismo [...] (1968–1974)”. A PIDE, portanto, teve sua atuação e vigor no auge do Estado Novo.

³ De acordo com Pedrosa (2007), além de Carmen de Figueiredo, também foram censuradas obras de Maria Archer, Maria da Glória, Nita Clímaco, Natália Correia, Fiam H. P. Brandão, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno, para citar apenas uma pequena mostra.



análise. Devemos recordar, no entanto, que Silva (2010) direciona seu estudo para escritoras brasileiras contemporâneas. No que diz respeito à romancista portuguesa, estamos nos referindo a um romance da década de 50, publicado em uma época em que predominava um sistema de governo opressor. Por isso, por mais que a sexualidade aí seja subliminar, se torna de grande relevância no que tange à subversividade, em virtude do cenário sociocultural em que é levado ao público.

3 A SUBVERSÃO EM CONTEXTO DE REPRESSÃO: DESCONSTRUÇÃO E ESCRITA SUBVERSIVA

Ao levarmos em consideração o pensamento de Silva que vê a escrita feminina como um lugar em que se permite “a revolta, a transgressão, o questionamento dessa ordem de alocar as mulheres em espaços e atividades de menor prestígio” (Silva, 2010, p. 39), vemos que tais características podem ser identificadas na escrita da portuguesa Carmen de Figueiredo, mais especificamente em *Famintos...* (1954). Podemos observar essas questões presentes no romance a partir das descrições dos encontros amorosos entre Filipa e Manuel Tendeiro, em que a mulher “logo se entregava inteira e nua, numa onda forte e ardente de estrangulador desejo. Era a fêmea, na revelação total do seu extinto sexual exacerbado por longos anos de áspera renúncia. Tudo esquecia” (Figueiredo, 1950, p. 84). Além da cena descrita, outro aspecto que pode configurar como um escândalo para a sociedade portuguesa daquele momento é o fato de Manuel Tendeiro ser um homem casado e com muitos filhos. Nessas descrições, a autora retoma o estilo naturalista do qual sofre influência, estilo esse que lhe renderam críticas. Para Artur Portela, Figueiredo “aborda a vida com uma sensualidade que, nos seus primeiros romances, se refletia quase carnalmente. *Depois houve uma viragem para melhor. Deixou de ser tão crua e cruel*” (Portela, 1955, [s.p.], grifos nosso). Percebemos o quanto a recuperação dessa herança literária torna-se questionável, uma vez que as produções escritas por mulheres valorizadas pela crítica e pelo público são aquelas que se inserem em um padrão de escrita considerada “bem-comportada”.

Ainda sobre Filipa, o narrador a descreve como “uma mulherça roliça e alta, de ancas quadradas, parideiras, como dizem as mulheres do campo, profundas entendedoras dessas misérias da carne” (Figueiredo, 1950, p. 33). Viúva, com um filho já adulto e por “fazer parte” de uma família respeitada — visto que é considerada como mãe das gêmeas, por ter amamentado e cuidado das irmãs da infância até a vida adulta —, deveria manter uma postura adequada perante a sociedade, uma vez que a mulher que se envolve afetivamente com homens casados é condenada, socialmente, como detentora de mau caráter. Essa postura, consoante Ferreira (1996), teria por objetivo conservar os papéis de esposas e de mães, sem colocar em risco a sagrada instituição da família, desejo do sistema político da época.

A relação resultou em uma gravidez e, conseqüentemente, em um aborto. Esse, que é um tema tabu para aquele momento, uma vez que a maternidade é colocada como uma das principais funções da mulher. Essa temática, assim como a sexualidade e o prazer da mulher — que igualmente levaram à censura de *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, em 1972 — eram consideradas condenáveis, porque afetavam as estruturas sociais impostas pela ditadura. No caso de Filipa, a situação figura-se mais complicada, pois o aborto tem por finalidade livrar-se das provas de um relacionamento que não seria aceito pelo corpo social.

Sem querer ninguém junto de si, a mulher esteve durante semanas a esvairar-se em sangue. E, todas as noites, ela própria fazia a operação macabra. Levantava-se, por essas horas mortas em que as próprias fontes dormem e, tropeça aqui, cai ali, lá ia, presa às sombras vacilantes dos caminhos solitários, [...] té ao ribeiro de cascalho barrento, em cujas margens a terra era areenta e solta. Aí, [...] começara de abrir com as descarnadas mãos um buraco fundo [...].

[...] A meio da operação tormentosa quase desfalecia. Mas reagindo, num esforço titânico, erguia os braços e continuava alargando a abertura, aprofundando o orifício pastoso, onde mais uma vez ficariam pedaços



do seu terrível segredo. A trouxa que penosamente alombara lá ficava no fundo [...]. (Figueiredo, 1950, p. 166–1667)

Por não ter direito sobre seu próprio corpo, a mulher acaba padecendo ao cometer práticas, como aborto, de forma silenciosa, já que não possui a liberdade de vivenciar a sua própria sexualidade. O conflito vivido pela personagem revela a situação de carência e inferioridade em que ela se encontra. O seu sofrimento é ignorado por todos a sua volta e a solidão que sente é consequência de uma série de eventos que marcaram, negativamente, a vivência da ama: que vai desde uma vida pobre, a um marido alcoólatra e um filho degenerado, a exemplo do pai.

Nestas circunstâncias, o aborto praticado não só esconderia seu “erro”, mas, sobretudo, seria uma forma de evitar um sofrimento ainda maior, porque “a triste da vida, para ela andara sempre às avessas, e nem sabia muitas vezes o que havia de cosinhar [sic], para acudir às revoltas surdas e impetuosas da barriga a estalar com fome [...]” (Figueiredo, 1950, p. 33). É visto que tal prática é recorrente, já que a personagem engravida várias vezes, realizando abortos em sequência. Como podemos perceber, Filipa enviuvou ainda jovem e teve que criar o filho sozinha.

Helena Pereira de Melo acrescenta que, “por vezes, a mulher aparece como autora de certos crimes, com frequência, associados à função reprodutora, sendo a sua responsabilidade atenuada se os tiver cometido para ‘ocultar sua desonra’. Assim sucede com os crimes de aborto e de infanticídio” (Melo, 2017, p. 133). Dessa forma, o que podemos constatar, a partir do excerto, é que a Lei Penal supostamente beneficiaria a mulher praticante de crimes cuja intenção seja preservar sua honra ao reduzir sua pena, porém, tais condutas não deixam de ser consideradas criminosas. Também é digna de nota a contradição do sistema político da época em relação ao discurso de proteção às mulheres, sendo que, na ocasião de suas prisões, eram espancadas sem a menor consideração, mesmo se estivessem grávidas. A exemplo disso, Maria da Piedade Gomes dos Santos foi uma “das mulheres que teve graves problemas de saúde, pois na altura em que foi presa estava grávida e acabou por abortar na cadeia, tendo ficado com uma infecção de tal forma grave, que tiveram de a levar de ambulância para o julgamento” (Tavares, 2011, p. 117).

Por isso, ao voltarmos a nossa atenção para a questão do aborto, também na narrativa, evidenciamos que tal ação é realizada de forma clandestina, isto é, com a mulher em total abandono, em que as mais humildes — que não tinham condição financeira de contratar um serviço médico —, muitas vezes, não sobreviviam, fazendo com que elas se tornassem, de certa forma, vítimas da própria Lei, como aconteceu com Filipa.

No entanto, o narrador deixa claro o seu olhar de simpatia ou de compadecimento em relação à condição de amante vivida pela ama, expondo, através da fala de Maria Tereza, a hipocrisia que comumente podia ser vislumbrada, tratando-se do comportamento de mulheres que se passam por exemplares, principalmente quando tinham uma boa posição social. Para estas, a sociedade fingia não vê os “erros” cometidos:

— É assim mesmo. Fosse ela bem “apadrinhada” e nada disso acontecia. Vê, observa, o que faz a Letícia, a Aida, a Gabriela, a Hermínia, a Lourdes, e tantas outras desavergonhadas, dessas muitas bem casadas e bem colocadas na vida! E isso é aqui na vila. Mas nas grandes cidades?! Lá são maiores, esses cancros ignóbeis, recobertos com a trama dourada da mentira, da ignomínia, da podridão descarada! Afinal, só são infames as que abertamente, dando um pontapé em torpes preconceitos, tomam sobre si a responsabilidade dos seus actos, sozinhas, sem arrimo. As outras, as devassas, as que enganam e tripudiam — são respeitadas, aduladas! Pobre, desgraçada Filipa... (Figueiredo, 1950, p. 170–171)

Dessa forma, percebe-se que a voz da autora, fazendo-se ouvir por meio de suas personagens, torna-se um instrumento de crítica, ocupando uma função política, uma vez que problematiza, de forma reflexiva, a condição da mulher e questiona o comportamento da sociedade ao tratá-la de maneira diferente, dependendo da sua condição socioeconômica. Podemos acrescentar, ainda, que a traição ao marido por parte da mulher “virtuosa” pode



representar uma tentativa de se libertar da reclusão doméstica a que estava submetida, contudo, sempre serão consideradas devassas e desavergonhadas.

De acordo com o narrador, “António não pertencia ao número daqueles que observavam uma mulher definindo-a apenas como tipo. A mulher para ele era a mãe, a irmã a esposa, a companheira, o símbolo admirável duma realidade santa que se deveria adorar e nunca achincalhar” (Figueiredo, 1950, p. 12). Talvez por essa razão não tenha tido a capacidade de se impor como o patriarca da família, pois, diferente das abordagens tradicionais, a personagem, em seu papel de homem da casa, não se sobressai em meio às ações das personagens mulheres.

Por morar na casa da sogra, ele fica refém de suas vontades. Nesse caso, a chefe da família é D. Lídia e a principal decisão a qual ele se submete é a da internação da esposa. O desejo do marido não é aceito pela matriarca, prevalecendo a vontade dela: “consultados especialistas de nomeada, estes aconselharam o internamento imediato numa boa casa de alienados, onde a cura seria rápida. Mas D. Lídia opusera-se tenazmente. Sua filha não estava louca!” (Figueiredo, 1950, p. 13). O genro reconhecia “que não podia opor-se à vontade tiranizante de D. Lídia” (Figueiredo, 1950, p.13). Viúva, ela é descrita como uma mulher boa, fina e diplomata, mas de vida banal e triste. Contudo, comandava a sua casa com firmeza, sendo respeitada por todos a sua volta.

À vista disso, nos deparamos com a inversão de papéis feita pela romancista ao longo de sua narrativa. Aqui, ao invés de o homem ter o domínio sobre sua família, D. Lídia é quem o tem, inclusive sobre ele. Ou seja, a escritora utiliza do recurso “ironia” como uma tentativa de subverter a ordem patriarcal. Ordem esta, conforme relata Edfeldt (2006), marcada, sobretudo, pela desigualdade sexual. Isto configura-se em mais um aspecto que mostra a escrita subversiva da romancista portuguesa. A mulher viúva tinha o direito de assumir, em certa medida, as funções do marido. No entanto, D. Lídia toma decisões sobre a família de António, sem que ele possa interferir, perdendo totalmente o controle de “seu lar”, até mesmo quando o assunto é relacionado às filhas do casal.

Nas suas particularidades, a matriarca é apresentada como uma pessoa religiosa e temente a Deus: “a imperturbável D. Lídia, era também duma religiosidade absorvente, crente em Deus e nos vários santos que as ‘folhinhas’ assinalavam milagreiros de bastas virtudes” (Figueiredo, 1950, p. 11). No entanto, essa personagem guarda seus mistérios porque, através de Altina, tomamos conhecimento de que tudo não passa de uma falsa religiosidade. Altina a critica disfarçadamente “— Fuíinha! Bem te conheço... Bem te conheço... Sabes viver, é o que é... quanto mais rezas, mais pecas...” (Figueiredo, 1950, p. 28). Como empregada de longa data da casa, Altina conhece bem a rotina daquele lar e da família e convive mais de perto com a sogra de António, por esse motivo, considerava-a uma avarenta, pois sabia das suas “manobras” para esconder a sua verdadeira personalidade, subtendida, na narrativa, como sendo uma mulher de falsos princípios.

No que se refere à convivência com as gêmeas, na primeira idade, as meninas não frequentaram a escola e, por decisão da avó, foram morar na casa da ama.

Outra rabugice fantasista de D. Lídia, que Antônio nunca levava a bem, mas que jamais ousara reprovar energicamente, dada a sua timidez nata; ter longe as gêmeas, a pretexto de que elas deviam respirar a resina dos pinheiros, como se a sua casa não fosse bem melhor do que todas as seivas de pinheirais, [...]. Bem escrevera nesse sentido, fazendo ver à sogra que a tagarelice das pequenas, ajudá-la-iam a passar as horas sombrias, sendo também, possivelmente, elemento precioso para reavivar a memória de Ana Lúcia. Em vão. Obstinada, D. Lídia opusera-se sempre a que uma estranha ali se instalasse [...]. (Figueiredo, 1950, p. 32)

As netas cresceram longe dos pais e até por volta dos dez anos moraram com a ama em uma casota humilde. Com o retorno do pai, elas voltaram a morar na casa da avó, junto com Filipa e os demais familiares. Desde criança, Teresa



é descrita como mais comunicativa e encorpada do que Manuela que, por sua vez, aparece como fraca, acanhada e triste.

Depois de algum tempo, as meninas seguiram para o colégio. Elas não tiveram uma educação primária formal, tampouco receberam a educação familiar tão defendida pelo sistema de governo vigente. Partindo desta perspectiva, observamos que a romancista coloca em cena o fato de que nem todos, seja por qual motivo for, desfrutaram das normas estabelecidas pelo Estado. Visto que o ensino primário era obrigatório em Portugal na época retratada na obra, estabelecido pela Constituição Política da República Portuguesa desde 1933, que “atribui, com efeito, um papel primordial na educação à família” (Melo, 2017, p. 21). Ou seja, contrariando as prerrogativas do momento histórico em que foi produzida, a narrativa destoa do que era imposto no regime ditatorial. Temos, portanto, outro elemento que configura a escrita subversiva de Carmen de Figueiredo (1950).

Quando retornaram do colégio já adolescentes, Terezinha se mostrava uma mulher de mente aberta, apoiando Filipa no episódio de expulsão da casa dos pais, ficando do seu lado e cuidando daquela que a considerava como mãe até o dia da sua morte. Inclusive, foi ela a primeira a falar com a ama sobre os rumores que se espalhavam sobre seu envolvimento com um homem casado:

— Sabes o que andam a dizer ama? [...] que o Manuel Tendeiro sai do teu quarto todas as noites... [...]. Mais baixinho ainda do que até ali, quase num sopro, perguntou então, com o seu extraordinário impudor virginal habituada a ouvir conversas picantes entre a criadagem. (Figueiredo, 1950, p. 84–85, grifos nossos)

Por mais de uma vez, o narrador ressalta a maturidade de Teresa aos 16 anos e a sua visão de indiferença em relação aos julgamentos da sociedade. De acordo com este narrador, ela não se importa com “os preconceitos bolorentos da mísera sociedade” (Figueiredo, 1950, p. 108). Sociedade esta que sempre se manifesta de forma negativa, considerando mulheres como Filipa como sendo de moral duvidosa, o que Teresa não aceitava.

Se chegava a ela [Filipa], a animava, **ouvia** suas queixas tintas pelo travo amargo do desespero, e lhe amenizava as dores marais e físicas com a ternura magnífica das suas palavras de virgem que das maldades e abominações do mundo começava a aprender alguma coisa. (Figueiredo, 1950, p. 108, grifos da autora)

A maturidade de Tereza demonstra um perfil de uma mulher que não se enquadra em padrões pré-estabelecidos, um sujeito feminino que, mesmo sendo tão jovem, não se deixa influenciar pelas convenções sociais. Além de se tornar um instrumento através do qual se faz ouvir a voz do oprimido. Nem após o casamento ela se submeteu à dominação do marido Armando, que é médico e a auxiliou nos cuidados com Filipa. Embora surpreso com a postura firme da esposa, ele a admira. Das personagens femininas presentes na narrativa, Maria Teresa é a porta voz para as críticas à sociedade no tocante ao tratamento conferido às mulheres que cometiam “erros”. Para ela, a sociedade era miserável e não tinha o direito de julgar ou desprezar mulheres desprotegidas como a ama. Conforme o narrador, Maria Teresa é:

Mulher de altíssimos sentimentos, mulher sem egoísmos, mulher, **enfim, no sentido mais lato da palavra, a que sente e sofre com o drama alheio, vendo e sentindo os problemas angustiantes do seu tempo, mas ainda asfixiada entre as grades ferrugentas de velhas teorias, falsas como certas aparências condenáveis!** Temperados os seus rijos nervos de homem numa luta aberta de choques contraditórios, alma lavada, ansiosa pelas grandes surpresas do futuro, Armando sentia-se como fanático em presença do ídolo: assombrado! Maria Teresa era bem a companheira ideal com que sonhara... (Figueiredo, 1950, p. 171–172, grifos nossos)

A partir do trecho citado, observamos a problematização sobre a situação da mulher e uma reflexão sobre uma nova forma de pensamento e posicionamento da autora em relação às questões sociais que envolvem o universo feminino.



Isso porque Teresa, ao contrário do que se espera socialmente, não é indiferente aos problemas existentes a sua volta, assim como não se cala diante das injustiças sofridas por suas semelhantes. Assim sendo, a personagem se apresenta como uma representante da desconstrução do perfil de mulher idealizada pelo Estado Novo, visto que, para a época, como pondera Tavares (2011), esperava-se que a mulher fosse dócil e não questionasse a ordem familiar, como as heroínas representadas nos filmes “cor-de-rosa”. Ademais, a índole de Armando também difere da ideologia do patriarcado, já que a apoia e a admira, mesmo ela não tendo o comportamento em conformidade com as exigências da sociedade.

Desse modo, acreditamos que a romancista faz uso de sua escrita para contrapor o ideal de mulher dependente, sem vontade própria e que demonstra a necessidade de permissão para expressar os seus sentimentos de contrariedade. No contexto de produção da obra, uma mulher detentora de opinião própria significava uma afronta ao sistema. Se as tinha, deveria calar para não correr o risco de ser perseguida pela família, sociedade e pelo sistema político.

Percebemos, ainda, mais uma crítica à sociedade que vive de aparências e sob falsas concepções de “certo” ou “errado”, apesar de estes pensamentos serem legalmente constituídos, como ocorria com os “falsos” programas de proteção à mulher, elaborados pelo governo daquela época. Falsos, porque, ao invés de conceder-lhe maior liberdade, confinava-a ainda mais entre as paredes do lar. Isso posto, observamos que a escrita de Carmen de Figueiredo (1950) reforça a ideia de que

o século XX é igualmente o século em que mulheres, cada vez mais mulheres, tomam a palavra e o controle das suas identidades visuais; sublinhando o desafio político da representação, elas tentam quebrar os estereótipos e propõem múltiplas vias de realização pessoal. (Thébaud, 1991, p. 09)

Partindo dessa perspectiva, compreendemos que outra personagem que quebra os estereótipos propagados pela sociedade é Ana Cristina. Irmã de António Luís e Rodrigo, ela colaborou com a educação das crianças após o pai das gêmeas retornar do Brasil. Conselheira dos irmãos, abandonou os estudos para viver com os pais na quinta. “Cristina, conseguia com sua desafectada graça de sua natural exuberância, cativar gregos e troianos” (Figueiredo, 1950, p. 56). O “escândalo” que cerca a vida da moça é ter casado com João Torres, jovem que abandonara o Seminário para unir-se a ela. “Maria Cristina, que no calcar de velhos e estafados preconceitos encontrara o caminho da mais santa e perfeita felicidade, mulher de acção enérgica, dedicada, que não hesitava em seguir a rota que a si própria traçava” (Figueiredo, 1950, p. 135). Considerada pelo pai uma mulher de um temperamento irrefletido e exaltado, ela assume, junto com o marido, as lidas e os negócios da chácara onde mora. Assim como Tereza, a tia não se prende e nem se deixa subjugar-se aos padrões sociais. Cristina não tinha um bom relacionamento com a “sogra”, que “não levava a bem o casamento do sobrinho; destinara-o para padre, ciosa e cheia de fé. Mas aparecera *aquela tentação*, como a triste senhora dizia, e Joaninho perdera a cabeça” (Figueiredo, 1950, p. 216, grifos da autora). No entanto, a irmã de Luís não se importava com o julgamento da mãe de João Torres e vivia o seu casamento expressando de forma intensa sua sexualidade.

Como podemos verificar no seguinte fragmento referente as cenas das relações entre o casal, a romancista recorre, mais uma vez, àquele realismo cru, expresso por Portela (1955), e que causa tanto desconforto aos críticos daquela época.

Beijaram-se em religioso silêncio, tombando de seguida, enfebrezidos, presos ao mesmo abraço, confundidos no cacho humano dum desejo vermelho, sobre a palha perfumada, enquanto os olhos semi-cerrados gritavam alto a rebeldia da carne. Estrangulados de emoção, vencidos pelo mesmo desejo bruto e másculo que é afirmação da vida no instante crucial de posse [...]. (Figueiredo, 1950, p. 215,216)

Ao falar de posse, o narrador demonstra considerar se tratar de uma troca entre homem e mulher no ato sexual, e não uma relação de poder e dominação dele sobre ela. É essa troca que faz com que ela possa expressar livremente



os seus desejos e vivenciar igualmente o seu prazer. A linguagem utilizada denota o deleite do desejo da mulher em comunhão com o desejo do homem, revelando as particularidades de um amor sensual e erótico.

Já no que se refere à sua relação com Rodrigo, para Cristina, ao aconselhar Rodrigo em relação ao amor que sente por Manuela, fica subentendido, em um primeiro momento, que o impedimento maior para a relação dos dois seria mais o fato de ela ser homossexual do que serem tio e sobrinha. Dessa forma, o peso do julgamento social é maior do que o amor e o desejo.

Dirigindo-se ao irmão, ela afirma: “Manuela não é um ser normal. Mesmo que tu não estivesses amortilhado nessa batina negra, não era mulher que te conviesse. [...] achas natural os zelos que ela sempre tem por Tereza? E as cenas que ela faz ao Armando?!” (Figueiredo, 1950, p. 141). Vejamos que a personagem considera a homossexualidade da sobrinha uma aberração. Aparentemente, espanta-a o fato de a sobrinha está apaixonada por uma mulher e não que essa mulher seja sua irmã. Como mencionamos anteriormente, a homoafetividade entre mulheres é uma das marcas de subversividade da escrita de Carmen de Figueiredo, não só por se tratar de uma relação afetiva entre mulheres, mas também pelo fato de ser uma abordagem feita por uma escritora. Isso porque o enfoque erótico nos textos literários do século XIX e primeira metade do século XX é, sobretudo, de autoria masculina. Para a mulher: “falar sobre sexo é objeto de profundo recalque. Mesmo George Sand, de costumes tão livres, guarda silêncio, [...] se recusa a qualquer confidência íntima. [...] Fala-se ainda menos da homossexualidade feminina, em razão dos tabus que a dissimulava” (Perrot, 2019, p. 67). Sabemos que, mesmo atualmente, todas essas questões relacionadas à sexualidade feminina, principalmente quando expressas por escritoras, continuam sendo algo condenável, socialmente falando.

Seguindo a narrativa, mais adiante, é que Cristina considera os laços sanguíneos como impedimento para a relação de tio e sobrinha.

Sabes bem que entre ti e ela não existe apenas o abismo feito pelo hábito que tomastes há tantos anos, e por essa coleira estreita, mas que estrangula uma vida; há mais. Há tudo! Mesmo livre, António nunca consentiria que Manuela casasse contigo. [...] nunca admitiria um casamento entre tio e sobrinha. Crê, não conseguiria e eu dou-lhe plena razão. Seria um crime! (Figueiredo, 1950, p. 143)

A partir do trecho supracitado, o narrador, por meio da fala da personagem, coloca o impedimento da consanguinidade como sendo maior do que o fato de ele ser padre, pois as regras sociais que prezam pela harmonia familiar se sobressaem, se comparadas às normas sacerdotais, visto que, para um padre, é possível renunciar à sua “vocação” para poder constituir família.

A referida personagem também critica o sistema educacional e o descaso que a família tivera com a educação das gêmeas. Para ela, a culpa por Manuela não ser uma “pessoa normal”, primeiro, é em virtude da “estupidez da ama, depois do desprendimento da avó, e mais tarde a cegueira de Luís” (Figueiredo, 1950, p. 141–142), fatores que

foram terreno esplêndido para que a tara se desenvolvesse sem peias. Ninguém refreou seus primeiros ímpetos de selvagem anormalidade. Na idade crítica meteram idiotamente as raparigas num colégio, esquecendo sempre que a educação da futura mulher requer mais do que esses ambientes apropriados, mas talhados em moldes sem garantia de êxito... (Figueiredo, 1950, p. 141–142, grifos nosso)

Sabemos que, nessa configuração, o papel das escolas e das educadoras era o de preparar as meninas para os papéis sociais de esposa e mãe, ou seja, torná-las aptas para o casamento, deixando de lado qualquer assunto que não fosse dessa natureza, principalmente os referentes à sexualidade. Uma vez que os textos sobre estes temas tinham publicação e circulação proibidas por serem vistos como algo que poderia corromper a população.



Nessa perspectiva, Cristina questiona a eficácia dessa educação escolar limitada e a importância que viria a ter a família como responsável por uma educação que pudesse contribuir para a formação da mulher cidadã, conhecedora de si e de seus direitos, como deveria ser, também, na sociedade além da ficção. Ela se torna exemplo da ideia que defende, aspecto que fica evidente quando o narrador relata a admiração que Rodrigo sente pela irmã. “Mais do que nunca, ele admirou a sólida inteligência da irmã. Mulher de rápidas e acertadas decisões! Mulher varonil e forte! Por isso era feliz” (Figueiredo, 1950, p. 144).

No entanto, na narrativa, o colégio é retratado como um espaço que pode violar a conduta das jovens. Em conversa com Maria Tereza, Manuela afirma ter iniciado nesse local a sua atração por mulher, conforme verbaliza dizendo: “E olha que o grande mal veio do tempo do Colégio... Crê... Foi aí...” (Figueiredo, 1950, p. 201). Em seguida, ela acrescenta:

— Foi no colégio, sim. Lembras-te da Amparo? Aquela espanhola que mais tarde foi expulsa... Olha, ensinou-me coisas abjectas, monstruosas. Desconhecia eu, totalmente, o que ela sabia. E pensei em te! Tinha-te a meu lado, dormíamos juntas. Amparo insinuava sensações espantosas. Pobre de mim, só as vislumbravas em te... Abraçava-te, e sentia logo o que Amparito me segredava nos corredores, metendo-me ouvidos dentro o seu hálito escaldante; e não só nos corredores, era também nos intervalos, no recreio e na própria rerete, onde ia ter comigo, iludindo as professoras, trazendo sempre escondida no bibe uma fita amarela, a fita que posta a tiracolo, permitia a andança pelos corredores, caminho das “casinhas”, como lá se dizia... Adorei-te, foi isso. (Figueiredo, 1950, p. 202)

Entendemos que, mais do que justificar uma situação e buscar culpados, a romancista coloca em questionamento a eficácia de um sistema educacional que, pautado em uma ideologia sem “garantia de êxito”, mais reprime do que “prepara” as suas “educandas”. As afirmações de Cristina levam-nos também a refletir sobre a invisibilidade da mãe no ambiente familiar. Ana Lúcia, longe de ser a esposa perfeita e a mãe ideal é representada, na verdade, como o elemento desestabilizador da ordem da casa. Se para a sociedade o papel da mulher era ser uma boa mãe, esposa e dona de casa, Aninhas não consegue desempenhar nenhuma das três funções. Ela “fora duma feminilidade verdadeiramente sedutora. E, num enleio crescente, sem quebra de interesse, desfazendo o vulgar e errado conceito de que a posse mata o amor, se tinha casado... enfim, sob a bênção de Deus” (Figueiredo, 1950, p. 25).

Portanto, pensar *Famintos...* como um romance que traz à cena temáticas que provocam escândalo em um espaço dominado por concepções patriarcais, governado por um regime totalitário e opressor, é conferir à escrita de Figueiredo um posicionamento crítico, que busca dessacralizar o ideal de sociedade que preza pela ordem social, sustentada, assim, pela célula familiar. Neste sentido, retomamos o que afirma Medeiros, no que concerne às obras de Sara Beirão, pois assim também acontece com os romances de Carmen de Figueiredo:

Ora, vejamos bem: mudam os enredos de cada romance, mudam os casais protagonistas, mudam as ações, mas as discussões em torno dos direitos da mulher continuam presentes e, frise-se isto, os diálogos vão se tornando mais assertivos por parte das mulheres tanto quanto mais avançam as datas das publicações de cada obra. (Medeiros, 2021, s.p.)

Lembremos, por conseguinte, que a escritora desenvolveu a sua atividade em um contexto sociocultural criado pelo governo de Salazar, que viabilizou o estabelecimento de “uma série de Organizações — a Obra das Mães pela Educação Nacional, por exemplo — cujo objetivo era o de manter a mulher dependente da tutela do marido, dedicando-se exclusivamente ao cuidado da casa e dos filhos” (Ferreira, 1996, p. 149), e tendo os ensinamentos da religião católica como sua base para a educação moral e cívica da sua população.

3 ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES



Dentro dessa escrita subversiva trazida à tona por Figueiredo (1950), verificamos que a figura da mulher, enquanto personagem, aparece como sujeito desestabilizador da ordem institucional: Filipa, com a sua exuberância, seduz e deixa-se seduzir por um homem casado; e, Manuela, com a sua delicadeza de jovem virginal, desperta o amor e o desejo do padre que também é seu tio. Ademais, ela se enamora da irmã por quem mantém ardentes desejos, dos quais só se liberta através da morte. “Cortara-se alfim o cordão umbilical que as unira sempre; assim findava, com o seu passamento inesperado, o trágico conflito em que vivera desde a puberdade, a gêmea de singulares caprichos, nascida sob um signo dum complexo terrível” (Figueiredo, 1950, p. 223–224). D. Lídia é a sogra e a avó que não admite ser contrariada em sua decisão. Maria Tereza, uma defensora das mulheres desprotegidas. Cristina se mostra uma apaziguadora dos conflitos familiares, e Ana Lúcia, o centro das atenções da mãe e do marido. Em síntese, todas são mulheres que não dependem da presença do homem para se sobressaírem dentro do enredo. E, mesmo que elas encarnem arquétipos associados à mulher: A *femme fatale*, a virgem, a matrona, a mãe, a protetora, que são traços, possivelmente, herdados do melodrama e do folhetim. Todavia, a atualização desses elementos se torna subversivo. Porque, agora, estão postos de uma perspectiva que faz da mulher algo que tem outra relevância, por estar em outro momento da História.

Quando aborda em sua pesquisa a representação da mulher em escrita de autoria feminina na contemporaneidade, no contexto brasileiro, Silva (2010) demonstra que as personagens que transgridem a ordem falocêntrica e do patriarcalismo, em busca de autonomia, sempre haverão de pagar um preço, e o custo a ser pago é a solidão. Em *Famintos...* (1950) igualmente observamos essa espécie de punição paga pelas personagens transgressoras.

A punição para as mulheres é que pagam seus “erros” com a própria vida. Visto que, assim como Manuela, que morre por não suportar ver partir sua irmã e imaginar entregar-se ao marido, Felipa, após ser descoberta sua relação proibida, é expulsa de onde vivera durante anos e morre em decorrência do aborto provocado no anseio de amenizar a sua “culpa”. “A trouxe pesa-lhe como nunca. Mas tem que ser, tem que ser... [...] São talvez os últimos coágulos do seu sangue, que ela já pouco sangue tem [...]” (Figueiredo, 1950, p. 173–174). Apesar do fim ser punitivo para a mulher, compreendemos um avanço desta obra em relação a muitas outras do Neorromantismo, pois as figurações femininas trazem temas polêmicos e expõem situações que, lembrando uma grande voz do Realismo-naturalismo situam “no manto diáfano da fantasia” a forte nudez da difícil realidade da vida.

REFERÊNCIAS

- Beauvoir, S. de. (2016). *O segundo sexo: fatos e mitos* (3.ª ed.). (S. Milliet, Trad.). Nova Fronteira.
- Farge, A., & Davis, N. Z. (1991). Introdução. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna* (pp. 9–18). Edições Afrontamentos.
- Ferreira, A. P. (1996). Um casamento infeliz ou Os neo-realistas e o feminismo. *Colóquio-Letras*, (140–141), 147–155. Disponível em <http://coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/issueContentDisplay?n=140&o=s>.
- Figueiredo, C. de. (1950). *Famintos...* (Coleção Portuguesa, n.º 64). Editora Domingos Barreiro.
- Flores, C., Duarte, C. L., & Moreira, Z. C. (2009). *Dicionário de Escritoras Portuguesas: das origens à atualidade*. Editora Mulheres.
- Magalhães, I. A. de. (1995). *O sexo dos textos e outras leituras* (pp. 15–54). Editorial Caminho.
- Medeiros, A. (2021). Quando a romancista é ativista pelos Direitos Humanos e feminismo: Sara Beirão e suas protagonistas. *Revista Incomunidade*, Dezembro, 1. Disponível em <https://www.incomunidade.pt/quando-a-romancista-e-ativista-pelos-direitos-humanos-e-feminismo-sarah-beirao-e-suas-protagonistas-alদিনida-medeiros/>
- Melo, H. P. de. (2017). *Os direitos das mulheres no Estado Novo: a Segunda Grande Guerra*. ALMEDIA.



Pedrosa, A. B. M. (2017). *Escritoras portuguesas e Estado Novo: as obras que a ditadura tentou apagar da vida pública* (Doctoral dissertation). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/183612/PICH0178-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>

Perrot, M. (2019). *Mulheres. Minha história das mulheres* (2.ª ed.). (A. M. S. Correia, Trad.). Contexto.

Portela, A. (1955). Romance *Janelas Proibidas, por Carmen de Figueiredo*. In *Fabulísticas, as mulheres são assim! Carmen de Figueiredo*. Disponível em <https://mulheresilustres.blogspot.com/search?q=carmen+de+figueiredo>.

Rosas, F. (2012). *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Tinta da China.

Silva, A. de P. D. da. (2011). A diferença na autoria feminina. In L. O. Zolin & C. M. Gomes (Eds.), *Deslocamentos da escritora brasileira* (pp. 231–245). Ed. Eduem.

Silva, A. de P. D. da. (2010). *Mulheres representadas na literatura de autoria feminina: vozes de permanência e poética da agressão*. EDUEPB.

Tavares, M. (2011). *Feminismos: percursos e desafios (1947–2007)*. Texto Editores.

Thébaud, F. (1991). Introdução. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das mulheres no Ocidente: o século XX* (Vol. 5, pp. 9–23). Afrontamento.

Woolf, V. (2020). *Profissões para mulheres*. In *Profissão para mulheres e outros artigos feministas* (pp. 9–19). L&PM.

Xavier, E. (2007). *Que corpo é esse?: o corpo no imaginário feminino*. Editora Mulheres.

Zolin, L. O. (2010). Questões de gênero e de representação na contemporaneidade. *Letras, Santa Maria*, 20(41), 183–195. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12166>

Zolin, L. O. (2019a). Crítica Feminista. In T. Bonnici & L. O. Zolin (Eds.), *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas* (4.ª ed., pp. 211–237). EDUEM.

Zolin, L. O. (2019b). Literatura de autoria feminina. In T. Bonnici & L. O. Zolin (Eds.), *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas* (4.ª ed., pp. 319–330). EDUEM.

DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anônima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.





**O PENSAMENTO LIMINAR E A *TENSIONALIDADE PRETEXTUAL* NO HORIZONTE
DA LITERATURA COMPARADA**
***THE LIMINAL THOUGHT AND PRETEXTUAL TENSIONALITY ON THE HORIZON OF
COMPARATIVE LITERATURE***

[10.29073/naus.v6i1.851](https://doi.org/10.29073/naus.v6i1.851)

RECEÇÃO: 8 de dezembro de 2023.

APROVAÇÃO: 15 de dezembro 2023.

PUBLICAÇÃO: 28 de dezembro de 2023.

AUTOR/A: Geraldo Cáffaro , Unimontes, Brasil, gmcaffaro@yahoo.com.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma discussão da noção de liminaridade a partir da perspectiva de diferentes expressões do pensamento no campo da teoria literária e da literatura comparada. Em especial, a discussão se atém aos seguintes conceitos: o *entre-lugar* de Silviano Santiago, o *hibridismo* de Néstor García Canclini, o *hibridismo selvagem* de Alberto Moreiras, o *além* de Homi K. Bhabha e a *gnose liminar* de Walter D. Mignolo. A avaliação das especificidades e limites de tais conceito abre caminho para a proposição do conceito de *tensionalidade pretextual* entendido como dispositivo crítico para a leitura de prefácios autográficos. Por sua vez, o conceito de *tensionalidade pretextual* permite esboçar um projeto de leitura dos prefácios de Nathaniel Hawthorne, Henry James e Charles Dickens, o que amplia o escopo de compreensão sobre o limiar e suscita reflexões de interesse para o comparatismo e para a análise das fronteiras textuais e genéricas.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Comparada; Pensamento Liminar; Prefácio Autográfico; *Tensionalidade Pretextual*.

ABSTRACT

This paper presents a discussion of the notion of liminality from the perspective of different expressions of thought in the fields of theory and comparative literature. Chiefly, the discussion is centered on the following concepts: Silviano Santiago's *the space in-between*, Nerstor García Canclini's *hybridity*, Alberto Moreira's *radical hybridity*, Homi Bhabha's *beyond*, and Walter D. Mignolo's *liminar gnosis*. The evaluation of the specificities and limitations of these concepts paves the way for the proposition of the concept of *pretextual tensionality*, understood as a critical tool for reading autographic prefaces. In turn, the concept of *pretextual tensionality* helps sketch out a project of analysis of the prefaces of Nathaniel Hawthorne, Henry James, and Charles Dickens, which broadens the scope of comprehension regarding the *liminal* and invites reflections of interest to comparatism and to the analysis of textual and generic boundaries.

KEYWORDS: Autographic Preface; Comparative Literature; Liminal Thought; *Pretextual Tensionality*.



1. INTRODUÇÃO: O PENSAMENTO LIMINAR E A TENSIONALIDADE PRETEXTUAL

O pensamento liminar¹ tem ocupado lugar de destaque dentro dos estudos em Literatura Comparada. Tal pensamento emerge, entre outras coisas, em resposta ao descentramento dos discursos e à flexibilização das fronteiras epistêmicas promovida pelas teorias pós-estruturalistas. A liminaridade assume, nesse contexto, características distintas de acordo com a teoria ou conceito utilizado para explicá-la, mas as questões da identidade cultural e da localidade mantêm-se presentes. Não obstante a relevância indiscutível de tais questões, pensar o limiar a partir de um ponto de vista textual pode significar uma abertura para gêneros comumente vistos como subsidiários ou derivados, como o prefácio. Por outro lado, ao comparar prefácios de autores de diferentes campos literários deparamo-nos com a inelutável situação intervalar do nosso *locus* de enunciação em relação ao objeto de estudo. Assim, uma perspectiva dupla que contemple tanto o limiar textual quanto a diferença cultural oferece a possibilidade de ao mesmo tempo repensar conceitos críticos do pensamento liminar e contribuir para uma visão do pesquisador latino-americano como produtor de conhecimento sobre literaturas do “centro”.

A discussão do pensamento liminar proposta aqui inclui os seguintes conceitos: o *entre-lugar* de Silviano Santiago, o *hibridismo* de Néstor García Canclini, o *hibridismo selvagem* de Alberto Moreiras, o *além* de Homi K. Bhabha, e a *gnose liminar* de Walter D. Mignolo. Após avaliar as especificidades e limites de tais conceitos, apresentarei o conceito de *tensionalidade pretextual* como dispositivo crítico para a leitura de prefácios. Como pretendo argumentar, a *tensionalidade pretextual* difere dos outros conceitos do pensamento liminar por não buscar nenhum tipo de confluência ou superação de categorias antagônicas ou conflitantes. Trata-se, na verdade, de uma abordagem da literatura como um campo de forças em que elementos como o escritor, o campo literário, o valor estético e a busca pelo reconhecimento junto ao público leitor, formam múltiplos pontos de tensão que o texto encena no limiar da obra. Por meio do conceito de *tensionalidade pretextual*, pretendo esboçar um projeto de leitura dos prefácios de Nathaniel Hawthorne, Henry James e Charles Dickens, e refletir sobre a relevância de tal projeto no horizonte da Literatura Comparada. Como o *corpus* escolhido é constituído exclusivamente por autores de língua inglesa, também será necessário pensar sobre as implicações de tal projeto tendo em vista a diferença cultural e o *locus* de enunciação, como já mencionei.

2. CONCEITOS CRÍTICOS DO PENSAMENTO LIMINAR

O substantivo “limiar” e o adjetivo derivado “liminar” encerram uma notável multiplicidade de sentidos, o que os tornam termos de grande potencial heurístico. O liminar pode indicar tanto início, passagem ou abertura, quanto limite, fronteira e lei (como em “medida liminar”).² Além disso, o liminar pode sugerir tanto uma relação espacial quanto temporal. Em todo caso, o liminar (em suas diversas versões) tem sido empregado para colocar dois elementos distintos em perspectiva: um aqui e um lá, um antes e um depois, um interior e um exterior, etc.

Uma das versões mais difundidas do pensamento liminar no Brasil é a noção de *entre-lugar* introduzida por Silviano Santiago. No texto *Apesar de dependente, universal* (1980), o autor retoma essa noção, originalmente apresentada em *Uma Literatura nos Trópicos* (1978), no intuito de descrever a “constituição” da inteligência do intelectual brasileiro e latino-americano: resultado da imposição da imagem do colonizador europeu e de uma “alteridade indígena recalcada” (p. 3). Do ponto de vista da produção de bens culturais, essa peculiar ambivalência do colonizado teria sido responsável pela assimilação e cópia de modelos europeus, sendo que esses últimos seriam sempre vistos como superiores dentro de uma leitura unidirecional e eurocêntrica baseada no paradigma fonte e influência. A

¹ Embora o termo “pensamento liminar” tenha sido usado de forma mais sistemática por Walter Mignolo em seu livro *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003), sigo a tendência de utilizá-lo de modo a incluir outras teorizações que abordam a diferença cultural e a questão das fronteiras/limites, sejam elas espaciais, temporais ou conceituais.

² Cf. definições para os verbetes em: Houaiss, A. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Objetiva, p. 1758–9.



dependência cultural torna-se assim o fator distintivo da produção do colonizado. No entanto, Santiago identifica no modernismo brasileiro três movimentos capazes de subverter tal dependência, a saber, a antropofagia, a “traição da memória” e o “corte radical”. De acordo com o autor:

Em todos os três casos não se faz de conta que a dependência não existe, pelo contrário frisa-se a sua inevitabilidade; não se escamoteia a dívida para com as culturas dominantes, pelo contrário enfatiza-se a sua força coerciva; não se contenta com a visão gloriosa do autóctone e do negro, mas se busca a inserção diferencial deles na totalização universal. Ao mesmo tempo, não se deixa perder no limbo das elucubrações etnocêntricas a possível originalidade do produto criado. A hierarquização pelos critérios de “atraso” e de “originalidade” cai subitamente por terra, pois se subvertem esses valores. Subversão esta que não é um jogo gratuito de cunho nacionalista estreito, tipo integralismo dos anos 30, mas compreensão de que, apesar de se produzir uma obra culturalmente dependente, pode-se dar o salto por cima das imitações e das sínteses enciclopédicas etnocêntricas e contribuir com algo original. (p. 5).

Assim, esse modelo de liminaridade baseia-se em uma tomada de consciência da configuração histórica do autóctone-dominado e no potencial disruptivo que essa mesma configuração pode oferecer.

É interessante notar que Santiago considera a possibilidade de produção de “algo original” a partir da assimilação “traidora” da cultura dominante. Contudo, o próprio critério de originalidade é visto como um valor hierarquizante em relação ao discurso etnocêntrico. Sem um questionamento desse valor em todos os âmbitos, a subversão acaba se transformando em uma busca por equiparação com a “fonte”, o que reproduz o mesmo processo legitimador que Santiago parece querer combater.

Essa aparente contradição ilustra os impasses e limites do pensamento liminar, questão central à reflexão de Moreiras, como veremos adiante. Vale registrar que o grande mérito do *entre-lugar* de Santiago é seu reconhecimento de uma constituição híbrida da inteligência do colonizado, embora os elementos dos dois lados da fronteira — a cultura dominante e a cultura dominada — pareçam entidades rigidamente definidas ou essencializadas. O esforço de Santiago, no entanto, é claramente de caráter político, e pode ser entendido como uma reação a séculos de dominação cultural e econômica das nações européias nas Américas.

Enquanto o *entre-lugar* de Santiago identifica-se com o caráter de fronteira da liminaridade, o hibridismo de Néstor García Canclini tende à abertura. Sua definição no capítulo introdutório de *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*³ deixa claro essa tendência. Na verdade, Canclini se atém ao processo de hibridização em detrimento da categoria hibridismo, já que seu objetivo é relativizar a noção de identidade: “*Entendo por hibridização processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, existindo anteriormente de forma separada, são combinadas de modo a gerar novas estruturas, objetos ou práticas*” (p. xxv)⁴. É preciso ressaltar que o livro supracitado foi originalmente lançado em espanhol em 1989, e Canclini teve tempo suficiente para incorporar respostas às críticas feitas até a edição de 1995 que foi traduzida para o inglês.

Uma das críticas feitas ao conceito de Canclini em sua primeira edição era a de que o híbrido seria entendido como uma estrutura harmoniosa e coesa, onde não haveria tensão entre os elementos constituintes. Em sua introdução à edição de 1995, Canclini ajusta seu discurso a essa crítica, citando François Laplantine e Alex Nouss, de acordo com os quais no processo de hibridização “não há apenas ‘fusão, coesão, osmose, mas também confrontação e diálogo’”

³ Citações do livro de Canclini serão traduções minhas da versão em inglês: *Hybrid Cultures: strategies for entering and leaving modernity* (University of Minnesota Press, 1995).

⁴ Em itálico no original. “*I understand for hybridization sociocultural processes in which discrete structures or practices, previously existing in separate form, are combined to generate new structures, objects, and practices*”.



(p. 32).⁵ Outra crítica que recebe atenção por parte de Canclini é a de que as chamadas “estruturas discretas” que entrariam em processo de hibridização seriam consideradas puras. Canclini reconhece então que tais estruturas também podem ser resultados de hibridizações anteriores, oferecendo uma visão mais flexível do híbrido. Nessa visão as diferenças não são simplesmente obliteradas e as categorias não são fixas, o que torna o conceito de Canclini uma ferramenta útil para se pensar diversos fenômenos numa perspectiva do liminar.

Ainda assim, Alberto Moreiras adverte contra o perigo da utilização do hibridismo cancliniano pelo discurso hegemônico, especialmente pela política neoliberal. Tal hibridismo poderia mascarar as desigualdades e a desintegração sob os rótulos carismáticos da diversidade e diferença (2001, p. 314). Após argumentar que qualquer tentativa de combate ao discurso hegemônico acaba sendo absorvida pela própria ideologia que governa tal discurso, Moreiras apresenta sua própria versão de hibridismo, o *hibridismo selvagem*. Tal hibridismo é ao mesmo tempo crítico do discurso hegemônico e dos particularismos. Trata-se de um pensamento que quer ir além de qualquer fechamento ou reificação em torno de posições bem definidas, ou ontologias, como o autor as define. Por outro lado, o *hibridismo selvagem* reconhece a impossibilidade desse além; nas palavras do autor:

Nos termos de nossa discussão, a incapacidade da noção cultural de hibridismo de alcançar um fechamento lógico, isto é, a incapacidade do híbrido de se apresentar como uma ordem estável de subjetivação, cria a possibilidade de um conceito crítico de híbrido como objetivo teleológico do pensamento em sua tentativa de capturar a totalidade social. Se o híbrido é um abismo em que a imaginação teme perder-se, esse abismo pode ser transformado no local “apropriado” de uma política subalternista. O hibridismo selvagem é o campo da universalidade ideal de Balibar e do minimalismo transcendente de Walzer. É o lugar (im)possível ou não-lugar articulatório da articulação dupla subalternista. (p. 349)

Aqui testemunhamos um pensamento liminar que é ao mesmo tempo abertura, fronteira, horizonte e limite. Entretanto, os elementos postos em relação ainda configuram uma polaridade (política hegemônica/política subalternista), o que de certa forma — e inesperadamente — aproxima Moreiras e Santiago.

O mesmo horizonte aporético revelado pelo além de Moreiras surge no pensamento de Homi K. Bhabha em sua introdução ao livro *O local da cultura* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998). Antes de analisarmos como isso ocorre, vale a pena notar que a ideia de *além* a ser discutida aqui não deve ser vista como um conceito propriamente dito. Contudo, o tratamento que Bhabha confere ao termo apresenta grande relevância como reflexão sobre a liminaridade. O autor inicia o texto supracitado, intitulado *Vidas na fronteira: a arte do presente*, com a constatação de que o “além” define a condição do indivíduo no fim do século 20. Esse além, no entanto, “[...] não é nem um novo horizonte, nem um abandono do passado...” (p. 19). Como o autor comenta logo a seguir: “[...] encontramos-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão” (p. 19). Tais figuras constituiriam, na visão de Bhabha, instâncias privilegiadas de subjetivação articuladas em oposição aos discursos dominantes.

De forma análoga a Moreiras, Bhabha vê tais instâncias de subjetivação inseridas em estruturas de poder que as alimentam. A ruptura com essas estruturas só pode ser concebida como uma (im)possibilidade que escorrega para o além. Contudo, tal (im)possibilidade é potencializada pelo resgate do passado, que imprime a descontinuidade no contínuo da história, desmontando a aparente naturalidade do poder e dando voz às minorias excluídas dos projetos totalizantes, como o da nação. Se por um lado a versão de liminaridade de Bhabha carrega muito das outras discutidas aqui, sua inovação diz respeito à ênfase dada por ele ao aspecto temporal como operador de diferenças e disjunções nos discursos identitários.

⁵ “there is not only ‘fusion, cohesion, osmosis, but confrontation and dialogue’”.



Mais preocupado com a desigualdade na geopolítica do conhecimento, Walter D. Mignolo apresenta reflexões sobre a liminaridade que focalizam a emergência de novos *loci* de enunciação vindo das margens. Esses novos *loci* de enunciação produzem o que ele chama de *pensamento liminar* ou *gnose liminar*, ou “[...] uma nova modalidade epistemológica na interseção da tradição ocidental e a diversidade de categorias suprimidas sob o ocidentalismo [...]” (2003, p. 137). Esse pensamento busca combater o privilégio epistemológico dos discursos eurocêntricos ao articular sua própria subalternidade. Porém, tal esforço quer superar a subalternidade, promovendo a descolonização das mentalidades, e consequentemente, a descolonização política e econômica.

Para Mignolo, a América Latina não deve mais ser vista como mero objeto de estudo para as academias do norte, como acontecia nos estudos de área. A América Latina surge assim como centro de produção de conhecimento com autonomia para realizar intervenções teóricas dentro do espaço mundial de saberes. Essa mudança de paradigma é de suma importância para nós, pesquisadores latino-americanos, e tem relevância especial para um projeto como o que pretendo discutir adiante.

Gnose liminar, entre-lugar, além, e hibridismo selvagem partem de uma subalternidade em conflito com estruturas de poder hegemônicas. De forma geral, almejam-se formas de inscrever a diferença colonial sem abrir mão do legado deixado pelas metrópoles. O *entre-lugar* usa como palco de embate a relação entre as literaturas do “centro” e das “margens”. Já a *gnose liminar* questiona a primazia do lugar teórico das academias do norte, chamando atenção para o subalterno como detentor de saberes e produtor de conhecimento. *Entre-lugar* e *gnose liminar* distinguem-se do *além* e do *hibridismo selvagem* por descreverem situações reais em andamento nos países subalternos. Embora esses dois últimos conceitos apontem para a necessidade de se romper com desigualdades naturalizadas, eles parecem mais atentos à (im)possibilidade de tal empreitada e aos impasses que ela gera.

Com exceção talvez de Canclini, a experiência de liminaridade que tais conceitos articulam está indissolivelmente circunscrita ao plano político. Sem querer assumir uma postura apolítica, deslocar a ideia de liminaridade (suspendendo o político temporariamente) para o contexto do que Pierre Bourdieu chamou de “a ciência das obras” (2005, p. 203) pode representar um movimento teórico de relevância para os estudos em Literatura Comparada.

3. O PREFÁCIO E A TENSIONALIDADE PRETEXTUAL

Deslocar o pensamento liminar das discussões em torno da diferença cultural para o estudo da obra literária soa como um movimento de contração, um retorno ao chão insípido da prática após uma temporada nas regiões iluminadas do céu da teoria. De fato, o escopo da discussão se estreita ao realizarmos tal deslocamento, mas não se trata de uma simples passagem da teoria para a prática. Ao discutir um projeto de leituras, o esforço teórico ainda se fará presente, e meu objetivo será esboçar um conceito que possa dar suporte à abordagem da obra literária a partir da ideia do limiar. Antes de explicitar esse conceito, que já identifiquei por *tensionalidade pretextual*, gostaria de propor uma incursão rumo a esse limiar textual chamado prefácio.

O prefácio faz parte dos dispositivos discursivos que Gérard Genette classificou como paratexto, ou seja, produções que acompanham o texto literário e que ao mesmo tempo o “apresentam” e o “tornam presentes” (1997, p. 2).⁶ Em seu estudo sobre o paratexto, Genette já apresentara a ideia de que o paratexto se situa em uma zona de indecibilidade “entre o dentro e o fora, ele mesmo sem limites rígidos, tanto em direção ao interior (texto) ou ao exterior (o discurso do mundo sobre o texto) (p. 2). Outros autores assinalam a mesma característica ao falar desses dispositivos, ainda que utilizem termos diferentes para se referir a eles. É o caso de Antoine Compagnon, que examinou o paratexto de Genette sob o nome de perigrafia: “[...] zona intermediária entre o fora do texto e o texto”

⁶ Citações de Genette são traduções minhas da versão em inglês de seu livro *Seuils (Paratexts: thresholds of interpretation) (literature, culture, theory)*. Cambridge University Press, 1997).



(1996, p. 105). No entanto, Compagnon se distingue de Genette ao descrever a perigrafia por meio de uma sugestiva metáfora espacial: o texto principal seria “uma cidade fortificada por Vauban” (1996, p. 104), um território com limites bem demarcados e em cuja periferia estariam os elementos que constituem a perigrafia (título, dedicatória, prefácio, etc.).

A evocação arquitetônica de Compagnon suscita as seguintes questões: contra que tipo de invasão essa cidade se protege? E, se o autor é o centro dessa cidade, por que ele fala a partir da periferia? Uma pista para responder a primeira pergunta nos é dada pelo próprio Compagnon. A cidade fortificada do texto literário seria fruto do processo de especialização que a literatura sofreu a partir do século XVI. A proteção nesse caso seria contra a contaminação do mundo externo, que seria relegada às margens da obra. Uma vez que a “obra” deve apagar as marcas de sua autoria, essa também deve ser deslocada do centro, embora não descartada totalmente. Aí já podemos ver alguns indícios da *tensionalidade*.

No século XIX surgem mais conflitos a serem resolvidos nas margens da obra. O escritor passa a ter que assumir posições estéticas e estilo próprio para se distinguir num mercado cada vez mais autônomo e competitivo. Além disso, ele precisa estabelecer contato com o leitor, que se torna peça crucial dentro das ambições por reconhecimento. Assim, o prefácio passa a ser o ponto de convergência de diversas forças que se mantêm em tensão, tensão que se dá em diversos níveis, desde os papéis assumidos (*merchant*, artista, mestre de cerimônias), passando pelas relações com o leitor (ora figurado como amigo íntimo, ora como abstração fugidia), e chegando até a fronteira propriamente dita (o prefácio como moldura, o prefácio como parte integrante da obra, a depreciação do prefácio ou a sua afirmação).

Como o autor encontra-se deslocado, e o prefácio é também um texto deslocado temporalmente (por se colocar antes do texto quando seu momento de escrita é posterior a ele), é possível analisar essas situações de “tensão” como *tensionalidades pretextuais*. Tomo o termo *tensionalidade* emprestado da psicanálise, onde ele indica uma relação de articulação e disjunção entre corpo somático e psiquismo, uma fronteira que nunca se apaga, mas que não polariza seus campos de forma dicotômica ou estanque (LIONÇO, 2008, p. 118). Tal termo parece explicar de forma menos determinista os diversos tipos de negociações e conflitos que ocorrem nesse interstício entre o fora e o dentro da obra. Além disso, tal conceito abriga a própria possibilidade de indecidibilidade entre esse fora e dentro. Como contribuição ao pensamento liminar, a *tensionalidade pretextual* seria geradora de múltiplos pontos de contato, colocando em cena diversas situações de liminaridade além da simples fronteira fortificada do texto.

As experiências de liminaridade que tal conceito pode articular convocam diversos campos do conhecimento e referenciais metodológicos. Entre eles, merecem menção a sociologia literária, a história literária, a história das idéias, e a teoria desconstrucionista de Derrida. A sociologia literária fornece vários conceitos que podem nos auxiliar a entender as “relações objetivas” das quais participam escritores e que dão origem às crenças implícitas na composição da obra. Entre esses conceitos estão a *tomada de posição*, o *habitus*, as *disposições*, a *illusio*, entre outros.⁷ Já a desconstrução vem auxiliar na relativização de posições fixas, e a *tensionalidade pretextual* deve dialogar com o conceito de indecidibilidade desenvolvido por Derrida em *Gramatologia* (1973) e *Dissemination* (1981).

Assim, a *tensionalidade* pode ser vista como uma teoria itinerante como define Reinaldo M. Marques:

[...] uma teoria itinerante pode constituir-se num instrumento de desconstrução e enfrentamento tanto do pensamento binário, com sua lógica de polarização e exclusão das identidades orgânicas e essencialistas. É uma teoria articulada a partir dos interstícios culturais, dos intervalos disciplinares, das situações de limiares, do trânsito entre diferentes saberes. Permite levar em conta a situação atual de crise de

⁷ Cf. Bourdieu, P. (1981). *As Regras da Arte* (B. Johnson, Trad.). Chicago University Press.



paradigmas epistemológicos, da emergência de novos sujeitos de conhecimento, em condições diaspóricas, de trânsito entre fronteiras nacionais e culturais. (p. 53)

A formulação de Marques afina-se tanto com o conceito apresentado, quanto com um projeto de análise de prefácios de autores de expressão inglesa, já que meu lugar de enunciação pode permitir um olhar “ex-cêntrico” em relação a literaturas do “centro” por um viés que não celebra o cânone, mas coloca o próprio fenômeno literário em questionamento.

4. OS PREFÁCIOS DE HAWTHORNE, JAMES E DICKENS, E O COMPARATISMO

O conceito de *tensionalidade pretextual* apresentado na última seção não prevê uma aplicabilidade irrestrita a qualquer leitura de prefácios. Ele surge, na verdade, da necessidade de explicar eventos em um recorte histórico e genérico específico. Ainda assim, tal conceito pode ganhar um alcance mais geral, construindo um liame entre escritores de diferentes campos literários, mas que usaram o mesmo *medium* para veicular suas ansiedades relativas à consagração literária. A partir desse eixo teórico, as particularidades inerentes a cada um dos escritores e textos podem ser discutidas e comparadas. A comparação configura-se então como um importante instrumento de trabalho que vem matizar o esforço universalizante da empreitada teórica. Sobre o comparatismo, Tânia Franco Carvalhal nos apresenta uma reflexão de grande relevância que transcrevo a seguir:

[...] a comparação não é um fim em si mesma, mas apenas um instrumento de trabalho, um recurso para colocar em relação, uma forma de ver mais objetivamente pelo contraste, pelo confronto de elementos não necessariamente similares e, por vezes mesmo díspares. Além disso, fica igualmente claro que comparar não é justapor ou sobrepor mas é, sobretudo, investigar, indagar, formular questões que nos digam não somente sobre os elementos em jogo (o literário, o artístico) mas sobre o que os ampara (o cultural, por extensão, o social). (1991, p. 11).

Esse raciocínio encontra-se em plena sintonia com o projeto de leituras dos prefácios de Hawthorne, James e Dickens.

Como observei acima, esse projeto faz um recorte histórico, elegendo o século XIX como um período diferenciado na história da literatura devido a importantes transformações materiais e econômicas que afetaram a cultura de forma geral. Embora os autores selecionados não sejam comumente aproximados (com exceção de Hawthorne e James), eles foram contemporâneos ou quase isso.⁸ O que é importante destacar é que os três autores deram atenção especial ao prefácio, algo que fica claro se observarmos a frequência com que esse dispositivo aparece e a extensão que ele alcança em alguns casos. Em linhas gerais, Nathaniel Hawthorne expressa em seus prefácios um desejo de ser reconhecido como indivíduo criador em um contexto onde a coletividade se sobrepunha a aspirações autorais. Henry James, por outro lado (em uma situação de maior autonomia no campo literário) utiliza o prefácio como forma de oferecer ao leitor acesso à gênese da escrita, ao mesmo tempo em que demonstra para esse leitor todo o seu arcabouço técnico e estilístico. Finalmente, Charles Dickens resgata a *persona* de mestre de cerimônias, um papel ambíguo entre homem e performer, e que discute questões literárias e extraliterárias, como as pressões que a serialização impunha a seu trabalho. Aqui vemos a importância de se considerar a localidade como fator de influência nos discursos: a austera sociedade puritana da Nova Inglaterra de Hawthorne, a situação intervalar de Henry James (entre os Estados Unidos e a Inglaterra), e as peculiaridades do contexto vitoriano de Dickens.

Vejamos dois exemplos de como a *tensionalidade pretextual* pode nos ajudar a ler os textos de tais autores.⁹ Em um prefácio um tanto incomum, já que antecede um conto (Rappacini's Daughter), Hawthorne escreve em terceira pessoa sobre M. de l'Aubépine, um escritor fictício que teria escrito o referido conto. Mas o deslocamento fictício

⁸ Hawthorne (1804–1864), Dickens (1812–1870) e James (1843–1916).

⁹ Como se trata de exemplificar um projeto de leituras a ser realizado no futuro, optei por me ater apenas a Hawthorne e Dickens.



para esse outro escritor acaba se mostrando um disfarce por meio do qual Hawthorne pode falar de si mesmo à distância, manifestando sua frustração diante da impopularidade de suas obras e descrevendo sua posição no campo literário da Nova Inglaterra:

Não nos lembramos de ter visto qualquer amostra traduzida das produções de M. de l'Aubépine; um fato que não surpreende, pois seu próprio nome é ignorado por muitos de seus próprios conterrâneos, bem como por estudantes de literatura estrangeira. Como escritor, ele ocupa a posição ingrata entre os Transcendentalistas (que, sob um nome ou outro têm sua parcela de influência em toda a literatura contemporânea mundial), e o volumoso corpo de homens de letras que tocam o intelecto e simpatias da multidão. (1982, p. 975)¹⁰

Em primeiro lugar, esse trecho mostra *tensionalidade* entre os planos do real e do fictício. Temos certeza que o referente da descrição é o próprio autor não só porque esse é um prefácio que antecede o seu texto, mas pela listagem que ele realiza, ao final do prefácio, de todas as suas publicações com títulos em francês. Em segundo lugar, o trecho citado evidencia uma preocupação do autor em fixar uma posição no campo literário, que nesse caso é a de um entre-lugar entre duas posições distintas: os Transcendentalistas (entre os quais estava Henry David Thoreau, amigo de Hawthorne), que produziam uma literatura conceitual inspirada na filosofia idealista, e os escritores que estavam engajados com uma literatura mais popular. Esse trecho também mostra *tensionalidade* entre o desejo de ter reconhecimento local “por seus próprios conterrâneos” e uma ambição mais universal expressa pela idéia de literatura mundial. Por último, é notável que Hawthorne tenha feito o deslocamento para a França, na época o centro da cultura européia. Em diálogo com Compagnon, poderíamos inclusive interpretar esse prefácio como uma periferia textual que encerra uma outra periferia: a dos Estados Unidos em relação à república mundial das letras naquele momento. Isso faz sentido, especialmente se lembrarmos que o “centro”, ou seja o conto Rappaccini's Daughter, é uma estória que se passa na Europa. Assim, esse prefácio articula limiares que vão desde as relações entre vozes e identidades autorais, até as relações entre literatura local e global. Aqui talvez pudéssemos falar de hibridismo genérico em relação ao prefácio, mas essa seria uma descrição de cunho meramente formal, e não explicaria as complexas negociações que a *tensionalidade pretextual* possibilita.

A *tensionalidade* entre real e fictício também aparece em Dickens. Um interessante momento em que isso pode ser observado vem de um dos números de *Pickwick Papers* (1837), onde o “Autor” se dirige ao público em “Nota aos Leitores” “para dizer algumas palavras por si mesmo” (apud Stevens, 1968, p. 391). Nessa nota, Dickens promete ao público que novos números do romance seriam publicados em outros dez meses, e termina dizendo:

Com essa breve fala, o mestre de cerimônias de Pickwick faz sua mais grata reverência, acrescentando, em seu nome e no dos editores, o que o eminente Sr. John Richardson, de Horsemonger Lane, Southwark, e a Yellow Caravan com o Brass Knocker, sempre diziam no fim de cada apresentação: — “Senhores e senhoras, por essas demonstrações de aprovação, gostaríamos de retribuir com gratidão sincera; e permita-nos anunciar que retornaremos continuamente até o fim da feira”. (apud Stevens, p. 391–2) (apud Stevens, p. 391–2).

A *persona* assumida nesse caso é a do mestre de cerimônias, e o cenário da apresentação uma feira. Essa metáfora teatral rompe com a promessa de um discurso confessional e “verídico” e insere o leitor no universo ficcional da

¹⁰ Minha tradução. “We do not remember to have seen any translated specimens of the productions of M. de l'Aubépine; a fact the less to be wondered at, as his very name is unknown to many of his own countrymen, as well as to the student of foreign literature. As a writer, he seems to occupy an unfortunate position between the Transcendentalists (who, under one name or another, have their share in all the current literature of the world), and the great body of pen-and-ink men who address the intellect and sympathies of the multitude”.



obra. Dickens ao mesmo tempo domestica e entretém o seu leitor nesse limiar textual. A *tensionalidade* opera aqui justamente na oscilação das vozes do autor, que começa por tentar inscrever sua identidade de escritor no texto, respondendo a uma demanda por sinceridade e realismo, mas que termina construindo uma cenografia em que o escritor é substituído por uma *persona* textual, já prefigurando o desaparecimento do autor na obra.

Essas situações de liminaridade possuem desdobramentos que ultrapassam o escopo desse trabalho. Diversas outras situações ainda estão para ser examinadas e comparadas. Acredito que a proposta esboçada acima tenha relevância para a Literatura Comparada hoje na medida em que procura estabelecer relações entre diferentes literaturas nacionais sem construir hierarquias ou fixar direções de causalidade entre elas. Ainda assim, como vimos, é possível que a diferença cultural venha fazer parte do horizonte interpretativo por força dos próprios textos estudados. Naturalmente, existe uma exterioridade que deve ser levada em consideração nesse olhar brasileiro sobre as literaturas americana e inglesa. Talvez esse olhar e a produção discursiva que ele viabilizará sejam um exemplo da razão subalterna que Mignolo descreveu. Esse é de fato um pensamento *sobre* as fronteiras, embora o ponto de partida seja textual. Não é meu objetivo, no entanto, realizar com esse pensamento uma “inversão da dialética senhor/escravo” como propõe Mignolo (p. 159). O estudo de obras vindas das culturas ditas dominantes pode assumir outras formas que vão além da celebração do cânone ou inversão de relações de poder. Uma dessas formas é engajar em diálogo sobre e com essas culturas por diferentes perspectivas, enquanto nos colocamos como sujeitos produtores de conhecimento. Não ignoramos a diferença, mas não fazemos dela um a priori para o diálogo.

5. CONCLUSÃO

A *tensionalidade pretextual* é um conceito provisório, um tanto amorfo e de emprego restrito. Por isso mesmo, ele apresenta uma flexibilidade capaz de orientar leituras de textos tão complexos quanto os prefácios. Sua contribuição para o pensamento liminar e para a Literatura Comparada é modesta. Ainda assim ele apresenta algumas vantagens: ele busca articular diversas experiências de liminaridade a partir do limiar textual, e não polariza seus campos de forma fixa ou hierarquizada. Por meio da *tensionalidade textual*, pares como o real e o fictício, o dentro e o fora, o mundo e o texto, e sujeito empírico e sujeito ficcional são perspectivizados, mas não há fusão ou apagamento de um elemento ou outro. Como pares dialéticos, um elemento se constrói em relação ao outro, característica compartilhada pelos outros conceitos do pensamento liminar discutidos.

Enquanto a maior parte das teorizações do pensamento liminar ressalta a diferença cultural e insiste no embate entre hegemonia e subalternidade, a *tensionalidade* pode ou não viabilizar tais leituras. Não quero, no entanto, promover esse conceito como substituto ou como resposta direta a qualquer um dos outros conceitos do pensamento liminar. Esses, por sinal, devem manter-se sempre no horizonte de leituras que abordam as fronteiras de um mundo marcado por diversas razões e temporalidades convivendo ao mesmo tempo. Identifico-me particularmente com a *gnose liminar* de Mignolo, por compreender que existem privilégios epistemológicos que devem ser combatidos; acredito, porém, que esse combate deva acontecer (também) por meio do diálogo com esses lugares privilegiados, um diálogo de via dupla em que ambos os lados serão produtores de saberes a respeito dos bens culturais vindos de um lado ou de outro. Dessa forma, os privilégios passam para o segundo plano, e o pesquisador das margens ganha credibilidade como sujeito teórico.

Como uma teoria itinerante, a *tensionalidade pretextual* está aberta à interdisciplinaridade, e o projeto específico de leituras de prefácios que apresentei ilustra bem essa tendência. Tal projeto nos convida a transitar por diversas áreas, entre as quais se destacam a sociologia literária de Bourdieu e a teoria desconstrucionista de Derrida. Essas perspectivas teóricas nos permitem questionar procedimentos de leituras imanentistas e abordagens celebratórias da obra literária. O próprio conceito de obra como corpo fechado entra aqui em questionamento tendo em vista que a parafernália paratextual pode se impor como um discurso necessário e muitas vezes suplementar à obra.



Resta refinar as leituras dos autores selecionados, não negligenciando outros que porventura venham a ter relevância para a pesquisa. Com o auxílio da ferramenta comparatista, e usando a *tensionalidade* como chave de leitura, pode-se almejar um equilíbrio entre o particular e o universal, mesmo que esse equilíbrio seja concebido como o lugar instável e indecível da *tensionalidade*.

REFERÊNCIAS

- Bhabha, H. K. (1998). *O local da cultura* (M. Ávila, E. L. de L. Reis e G. R. Gonçalves, Trad.). Editora UFMG.
- Bourdieu, P. (1981). *As Regras da Arte* (B. Johnson, Trad.). Chicago University Press.
- Canclini, N. G. (1995). *Hybrid Cultures: strategies for entering and leaving modernity*. University of Minnesota Press.
- Carvalho, T. F. (s.d.). Literatura Comparada: a estratégia interdisciplinar. In *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, (1), p. 9–21.
- Compagnon, A. (1996). A Perigrafia. In *O trabalho da citação* (C. P. B. Mourão, Trad.). Editora UFMG.
- Derrida, J. (1973). *Gramatologia* (M. Schnaiderman e R. J. Ribeiro, Trad.). Perspectiva.
- Derrida, J. (1981). *Dissemination* (B. Johnson, Trad.). Chicago University Press.
- Genette, G. (1997). *Paratexts: thresholds of interpretation (literature, culture, theory)* (J. E. Lewin, Trad.). Cambridge University Press.
- Hawthorne, N. (1982). *Tales and Sketches*. The Library of America.
- Houaiss, A. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Objetiva.
- Lionço, T. (2008). Corpo somático e psiquismo na psicanálise: uma relação de tensionalidade. *Ágora*, 11(1), p. 117–136.
- Marques, R. (2001). O Comparatismo Literário: teorias itinerantes. In, P. S. N. dos Santos (Ed.). *Literatura Comparada: interfaces & transições*. Editora UFMS, p. 49–58.
- Mignolo, W. (2003). *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. (S. R. de Oliveira, Trad.). Editora UFMG.
- Moreiras, A. (2001). Hibridismo e consciência dupla. In *A exaustão da diferença: paradigmas do latino americanismo*. Editora UFMG, p. 313–354.
- Santiago, S. (1980). *Apesar de dependente, universal. Vale quanto pesa*. Paz e Terra.
<http://www.ufrgs.br/cdrom/santiago/santiago.pdf>
- Stevens, J. (1968). A note on Thackeray's "Manager of the Performance". *Nineteenth-Century Fiction*, 22(4), p. 391–97.

DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anônima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.



**DE AEROPORTOS, AVIÕES E NUVEIS: LEITURA PÚBLICA EM BIBLIOTECAS
PLURIFUNCIONAIS DE PORTUGAL E DO BRASIL**
***ABOUT AIRPORTS, PLANES AND CLOUDS: PUBLIC READING IN MULTI-
FUNCTIONAL LIBRARIES IN PORTUGAL AND BRAZIL***

[10.29073/naus.v6i1.841](https://doi.org/10.29073/naus.v6i1.841)

RECEÇÃO: 29 de novembro de 2023.

APROVAÇÃO: 3 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 28 de dezembro de 2023.

AUTOR/A 1: Valéria Andrade , Universidade Federal de Campina Grande e Universidade Estadual da Paraíba/PPGLI, Brasil, valeria.andrade@professor.ufcg.edu.br.

AUTOR/A 2: Leandro Almeida , Universidade Estadual da Paraíba/PPGLI e Prefeitura Municipal de Sumé-PB, Brasil, leandro_almeida_15@hotmail.com.

RESUMO

O trabalho apresenta os resultados de um estudo pautado em revisão bibliográfica sobre as potencialidades da leitura pública mediada por bibliotecas na formação leitora crítica e criativa de usuáries(os) a fim de contribuir para a formação da identidade cultural e o exercício da cidadania. As bibliotecas atendem a objetivos específicos de desenvolvimento sociocultural dos territórios onde estão instaladas, pelo que podem e devem dialogar com as necessidades contextuais de transformação de suas respectivas realidades, muitas vezes marcadas por privação do acesso ao saber que resulta em analfabetismo e baixo nível de escolaridade. O acesso à informação oportuniza construir conhecimento, produzir ciência, tecnologia e inovação pelo poder da leitura pública, promovida principalmente por meio da democratização do acesso aos livros. Historiadoras(es) como Alberto Manguel (1997), Frédéric Bardier (2018), Cristian Brayner (2018) e Irene Valejo (2022) nos incitam a olhar para a história milenar de resistência das bibliotecas a fim de nos engajarmos na luta pela manutenção destes espaços culturais de leitura pública, bem como na ressignificação do seu uso mediante a plurifuncionalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca Plurifuncional; Interculturalidade; Leitura Pública.

ABSTRACT

The work presents the results of a study based on a bibliographic revision concerning the potential of public reading mediated by libraries in the critical and creative reading formation of users in order to contribute to the formation of cultural identity and the exercise of citizenship. Libraries meet specific socio-cultural development objectives in the territories where they are located, meaning they can and should dialogue with the contextual needs for transformation of the respective realities, often marked by deprivation of access to knowledge, which results in illiteracy and low levels of education. Access to information provides the opportunity to build knowledge, produce science, technology and innovation through the power of public Reading, promoted mainly through the democratization of access to books. Historians such as Alberto Manguel (1997), Frédéric Bardier (2018), Cristian Brayner (2018) and Irene Valejo (2022) encourage us to look at the millennial history of resistance of libraries in order to engage in the struggle for the maintenance of these cultural spaces for public reading, as well as the redefinition of their use through plurifunctionality.

KEYWORDS: Multifunctional Library; Public Reading; Interculturality.



1. DO DIREITO À LEITURA PÚBLICA

Em *Contos de cães e maus lobos* (Mãe, 2015), o escritor português Valter Hugo Mãe empreende uma alegoria valiosa para se pensar o poder das bibliotecas ao afirmar:

As bibliotecas deviam ser declaradas da família dos aeroportos, porque são lugares de partir e de chegar. Os livros são parentes directos dos aviões, dos tapetes-voadores ou dos pássaros. Os livros são da família das nuvens e, como elas, sabem tornar-se invisíveis enquanto pairam, como se entrassem dentro do próprio ar, a ver que existe para depois do que não se vê. O leitor entra com o livro para depois do que não se vê. O leitor muda para o outro lado do mundo ou para outro mundo, do avesso da realidade até ao avesso do tempo. Fora de tudo, fora da biblioteca. As bibliotecas não se importam que os leitores se sintam fora das bibliotecas (Mãe, 2015, p. 149).

Com suas palavras, o autor nos ajuda a conceber que as(os) leitoras(es) embarcam numa viagem em que levam a alma a passear. Frente a esta perspectiva, a leitura do livro parece ser uma oportunidade de viagens inusitadas, durante e após as quais quem lê pode alimentar sua alma e inclinar suas atitudes em direção ao respeito, a alteridade e a equidade nas relações consigo mesmas(os), com as outras pessoas, com a natureza e animais. Por isso mesmo, diante dos atuais desafios relacionados à leitura pública em geral, cremos ser preciso trilhar velhos caminhos com novos modos de caminhar. A discussão que empreendemos a partir de um olhar contemporâneo para a biblioteca aponta para a ressignificação do uso desse equipamento educativo ancestral de ascensão social. Em tempos de cerceamento de direitos fundamentais em que vivemos, é preciso reinventar o modo de usar as bibliotecas, dado que estamos, na condição de leitoras(es), sendo resistentes contra a onda de fechamento e/ou de escolarização de bibliotecas públicas brasileiras que marca este século XXI. Discutir e propor alternativas exequíveis de ressignificação da experiência de leitura pública nestes espaços interculturais, pode contribuir na efetivação do direito elementar ao conhecimento e à informação por via pública. Essas e outras questões são discutidas nos tópicos que seguem.

Juntamo-nos a bibliófilos e pesquisadores contemporâneos de várias nacionalidades e com interesse comum em investigação sobre leitura pública mediada pela biblioteca, como o brasileiro Cristian Brayner, autor de *A Biblioteca de Foucault: reflexões sobre ética, poder e informação* (BRAYNER, 2018); o argentino Alberto Manguel, autor de *Uma história da leitura* (Manguel, 1997); o francês Frédéric Bardier, autor de *História das bibliotecas: de Alexandria às Bibliotecas Virtuais* (Bardier, 2018) e a espanhola Irene Valejo, autora de *O infinito em um junco: a invenção dos livros no mundo antigo* (2022), para comungar do entendimento de que as bibliotecas são instituições milenares de guarda, preservação e acesso ao conhecimento cultural dos povos. Sua missão social é promover o acesso ao acervo cultural e científico produzido pela humanidade e ao mesmo tempo estimular o desenvolvimento da inovação dos saberes.

Tendo em vista que a biblioteca pode ser considerada como o templo da leitura e do acesso ao conhecimento a partir de um viés democrático, partimos do princípio que a leitura é o principal instrumento que pode contribuir para o desenvolvimento da imaginação de seus usuários, tornando-a também dotada de pensamento crítico e consciente do exercício de sua cidadania, visto que sai de sua condição marginalizada de distanciamento do conhecimento científico e sociocultural e se emancipa nas diversas áreas da sua vida. Configura-se, no caso, o que se conhece como formação holística, ou seja, um processo formativo que abrange um todo da condição humana, isto é, a esfera cultural, emocional, psicológica, espiritual, afetiva etc. As bibliotecas, portanto, são espaços voltados primordialmente para a recepção leitora, tendo em conta que uma biblioteca bem estruturada, gerida e articulada por profissionais especializadas(os) — bibliotecárias(os), professoras(es) e outras(os) mediadoras(es) de leitura — pode se tornar uma ferramenta poderosa na formação de leitoras(es), principalmente quando são realizados projetos que visem desenvolver o hábito de frequentá-las. Assim, ter acesso a um espaço pensado como lugar de transformações de vidas por meio da leitura constitui-se enquanto política pública de potencialização do desenvolvimento sociocultural das pessoas usuárias.



Já nos ensinou o sociólogo e crítico literário brasileiro Antonio Candido, em *Direitos Humanos e Literatura* (Candido, 2011), que a literatura é um direito humano, dado que é um bem indispensável à nossa humanização, justamente porque realiza funções fundamentais para o nosso desenvolvimento holístico enquanto seres humanos, principalmente nos aspectos fabulativos, como também éticos, políticos, sociais, culturais, psicológicos etc. Estando a leitura, o livro e a biblioteca no campo dos direitos elementares, logo se observam seus bons frutos nas vidas de mulheres, homens, jovens, crianças e idosos(as). É, pois, nessa direção que a luta pela efetivação dos Direitos Humanos abrange um estado em que todos possam ter acesso às diferentes formas das manifestações de saberes culturais. Uma sociedade comprometida com a efetivação dos direitos de seus cidadãos precisa levar em conta a necessidade de fruição da literatura e das artes nas suas multiplicidades estéticas como direito inalienável.

Não há como se contestar o fato de que todos nós, seres humanos, temos o direito fundamental à vida, nas suas mais variadas formas de exercício da liberdade, livre pensamento, expressão de ideias, voto político, trabalho valorizado, saúde, lazer e descanso, bem como educação de qualidade. Não por acaso, em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*¹. Tão fundamentais quanto os direitos à vida e à liberdade, são o acesso à informação e ao saber por meio do livro. Baseado nessa relevância, no Brasil, foi necessário um itinerário de mobilizações da sociedade civil organizada por meio de movimentos sociais por anos, a fim de defender a democratização do acesso ao livro, à leitura, à literatura e às bibliotecas. Como fruto desses movimentos, em 12 de julho de 2018, a Lei 13.696, instituiu a *Política Nacional de Leitura Escrita* (PNLE)², explicitando, em seu art. 2º, a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas. O artigo 3º desta lei apresenta alguns objetivos: I. Democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade; II. Fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais; III. Valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas (em todo território nacional).

Sabemos que para se garantir o direito à biblioteca é indispensável que as políticas de estímulo à leitura se efetivem, sendo, pois, imprescindível a ação do Estado. Quanto às(aos) leitoras(es), professoras(es), bibliotecárias(os), mães, pais e outras(os) mediadoras(es) de leitura que compõem a sociedade civil organizada, é importante que acompanhem as estratégias de efetivação da Lei 13.696, que institucionalizou a *Política Nacional de Leitura e Escrita* (PNLE). É imprescindível que todas(os) as(os) agentes envolvidas(os) se responsabilizem com esta causa e busquem ampla colaboração de movimentos sociais, de ações individuais de cidadãos, de instituições de ensino, de instituições privadas e do Estado para fomentar essas conquistas.

2. PARA REANIMAR O ESPÍRITO: BIBLIOTECAS E SUAS RAZÕES DE SER

Pensar sobre uma história da biblioteca compreende reconstruir a memória das histórias das experiências da humanidade com a leitura e, conseqüentemente, da sua relação com os livros em diversos espaços e tempos. Cogitar a reconstrução memorial, mesmo que sintética dessa história, pode nos levar a observar, não sem espanto, o poder que a leitura tem e como ela conseguiu viajar em linhas espaciotemporais de maneira dinâmica, atravessando gerações, passando por diversas sociedades, povos, culturas e seus respectivos modos de usá-la, a serviço de interesses quer públicos, políticos, quer particulares, religiosos etc. Seria impossível dizer quando exatamente o ser humano terá percebido a importância de registrar o conhecimento e, além disso, gerar procedimentos sistemáticos

¹ Cf. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <https://abrir.link/gFXGB>. Acesso em 17/07/2022.

² Cf. *Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE). Lei 13.696, de 12 de Julho de 2018*. Disponível em: <https://abrir.link/EKfOk>. Acesso em: 17/07/2022.



de sua organização, preservação e partilha, porquanto, no passar dos séculos, observa-se a resistência da leitura, dos livros e da biblioteca, cuja força vem daquelas(es) que são as(os) protagonistas da história da leitura, isto é, as(os) leitoras(es) e escritoras(es).

Como se sabe, as civilizações antigas atribuíram valores imensuráveis aos escritos, pelo que desde o Renascimento, a Reforma, a Revolução Científica, a era do Iluminismo etc., vem se valorizando por milênios o poder da palavra impressa em seus diversos suportes físico-impressos para a difusão de crenças, estatutos políticos, normas educacionais, entre outras finalidades decorrentes da gestão do conhecimento. Porém, em várias épocas, diversos povos e civilizações também negligenciaram os cuidados com os escritos, razão pela qual a história do livro e, em particular, da biblioteca, é marcada por resistência concernente à sua própria preservação, tendo já ocorrido várias situações comprometedoras, a exemplo de incêndios, lutas civis, guerras externas, invasões, mudanças de suportes etc.

Diversas(os) historiadoras(es) de diferentes nacionalidades, principalmente aquelas(es) movidas(os) pela paixão pela leitura pública e pelos livros — a exemplo do argentino Alberto Manguel, autor de *Uma história da leitura* (1997), o francês Frédéric Bardier, autor de *História das bibliotecas: de Alexandria às Bibliotecas Virtuais* (2018) e a espanhola Irene Valejo, autora de *O infinito em um junco: a invenção dos livros no mundo antigo* (2022) —, apresentaram notável e prestigioso interesse em contar novamente essas histórias — não só baseadas(os) em documentos escritos e imagens, mas também na *imaginação* — sobre a leitura e os livros. Suas pesquisas recuperam historicamente os principais momentos em que a leitura se manifestou por meio de suportes de escrita e seus modos de ler, e também promovem reflexões sobre a importância dos recursos de comunicação para a difusão do conhecimento com a finalidade de promover transformação sociocultural em espaços-tempos diversos de leitura ao longo da história. Essas(es) autoras(es) nos lembram que a leitura é um traço constitutivo do hábito cultural de aperfeiçoamento e do autoconhecimento do ser humano para a abertura de novos horizontes ideológicos. Para isso é preciso descolonizar a concepção do senso comum acerca do acesso à biblioteca, dado que a sociedade ainda percebe este espaço como destinado às elites.

Ainda, é preciso dizer que, no âmbito dos estudos literários, as(os) pesquisadoras(es) da área de Letras e afins têm deixado à margem diversas questões relacionadas às obras literárias, as quais poderiam iluminar o modo como elas mesmas são interpretadas, a fim de expandir a compreensão dessas obras de maneira mais abrangente e assertiva, a exemplo de: processo criativo autoral, sistema editorial, democratização do acesso à obra, valores de mercado em livrarias, qualidade do suporte de propagação, oferta de acesso pela biblioteca, impacto social de determinada obra em uma comunidade leitora etc. Observa-se que para muitas(os) pesquisadoras(es) o conteúdo temático das obras constitui-se como elemento que realmente importa, mesmo quando essas resultam de desafios editoriais e de mercado para as(os) autoras(es) não consideradas(os) relevantes para a ocasião das pesquisas. Esquecer essas questões é como considerá-las temáticas não literárias, sendo que, afinal, em se tratando de obras literárias, naturalmente nos referimos a livros. Diante do ensejo, surgem perguntas tais como: (1) Por que pesquisadoras(es) da área de Letras não se interessam, por exemplo, por saber o número estimativo de cópias impressas vendidas de determinado romance que estão estudando? (2) Por que o desinteresse em saber se um romance, coletânea de poesias ou peça teatral chegou às bibliotecas públicas? (3) Qual a razão para não considerarem relevante saber que editoras e livrarias publicam e vendem as obras de terminadas(os) autoras(es) que estudam?

Essas e outras questões nos impulsionam a defender que é preciso partir do princípio de que as discussões sobre livro, leitura pública e, mais precisamente sobre biblioteca, constituem uma pauta dos estudos literários, tema a ser tratado com mais afinco no âmbito das pesquisas em literatura com foco em crítica literária intercultural. É consenso entre a maioria das(os) historiadoras(es), bibliófilas(os) e críticas(os) da história da leitura e do livro, a exemplo de Lília M. Schwarcz, autora de *A longa viagem da biblioteca dos reis* (Schwarcz, 2002), que o termo *biblioteca* é de origem grega e surgiu da união de duas palavras, isto é, *biblio* e *têke*, que teriam o significado conjunto que designa



o que poderíamos chamar de prateleira ou depósito para guardar livros, escritos, rolos de papiro e de pergaminho organizados em estantes.

Na mesma linha de pensamento, Bardier (2018) destaca que a biblioteca significou primeiramente um móvel definido por seu conteúdo, isto é, rolos (*volumina*) e depois livros em cadernos (*bibliot*). Por extensão, ela vai designar as salas em que esses móveis estão dispostos. Posteriormente, o termo grego é transposto diretamente para o latim (*biblioteca*) e empregado, por exemplo, para as novas instituições fundadas pelos imperadores e postas à disposição do público, a exemplo das bibliotecas romanas. No entanto, na contemporaneidade a palavra biblioteca também pode designar um conjunto de textos “desmaterializados”, por assim dizer, para as(os) leitoras(es) por intermédio de recursos oriundos do ciberespaço, disponíveis em bibliotecas digitais e/ou bibliotecas virtuais, a exemplo do *Google Books*.

Como nos ensina o bibliófilo Christian Jacob, em prefácio à obra *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente* (2000), a biblioteca é, antes de tudo, um *conceito imaterial* que dá sentido e profundidade às práticas da leitura, da escrita e da interpretação. Essa acepção nos ajuda a afirmar que a biblioteca se trata menos de um *lugar físico* e mais sobre uma *razão de ser* — social, cultural e epistemológica — à qual dá vitalidade, inclusive como objeto estético. Isso não quer dizer que o aporte físico seja dispensável, porém é preciso partir de uma concepção que conduza as práticas e atos de leitura no âmbito do espaço da biblioteca. Assim, expandindo-se para além de uma acepção pautada na etimologia do termo e, tendo em vista as noções que compõem sua definição frente às suas múltiplas semânticas, a biblioteca também recebeu diversos conceitos epistemológicos e funcionais no decorrer da história em face de sua missão de proporcionar o acesso ao conhecimento por meio dos livros. Em razão disso, veremos a seguir conceitos-chave para a compreensão das bibliotecas e alguns dos seus múltiplos modelos.

Inicialmente, é importante destacar que, de modo geral, a biblioteca, seja a escolar, comunitária, pública, seja a privada, especializada etc., além de promover o interesse pela leitura em crianças, jovens e adultas(os), fomenta a autonomia de pessoas e grupos sociais mediante acesso à informação, leitura e cultura, gerando inclusão social e transformação de vidas. A propósito disso, Lília M. Schwarcz (2002) compreende que esse local labiríntico é, entretanto, e acima de tudo, uma instituição, onde se desenham desígnios intelectuais, realizam-se políticas de conservação, elaboram-se modelos de recolha de textos e de imagens. Desse modo, mais que uma sala com prateleiras, uma biblioteca representa uma coleção e seu projeto. Afinal, qualquer acervo não só traz embutida uma concepção implícita de cultura e saber, como desempenha diferentes funções, dependendo da sociedade em que se insere (Schwarcz, 2002). Nesta direção, pode-se conceber que as bibliotecas atendem a objetivos específicos de desenvolvimento sociocultural dos ambientes onde estão instaladas, devendo dialogar com as necessidades contextuais de mudança e inovação correspondentes a estes lugares, a fim de impactar pessoas e inovar pelo acesso ao conhecimento mediante a leitura pública, promovida principalmente por meio dos livros.

Além disso, por sua vez, Luis Milanese, autor de *O que é biblioteca* (Milanese, 1988), concebe que a biblioteca é, em particular, um instrumento de leitura do cotidiano com os seus conflitos e problemas. À luz dessa acepção, entende-se que a biblioteca não pode ser algo distante da população como um posto médico que procuram quando tem dor. Ela deve ser um local de encontro e discussão, espaço onde é possível aproximar-se do conhecimento registrado e onde se discute criticamente esse conhecimento (Milanese, 1988).

Diante da importância e dos impactos das bibliotecas na transformação sociocultural das(os) usuárias(os), é indispensável apresentar e discutir alguns conceitos que caracterizam diferentes modelos de bibliotecas. À luz destes conceitos, Ronald E. Barker e Robert Escarpit, em *A fome de ler* (Barker & Escarpit, 1975), por exemplo, apontam para a existência de diversos tipos de bibliotecas, tais como bibliotecas nacionais, públicas, universitárias, comunitárias, especializadas, industriais, comerciais etc. Por esse motivo, destacamos aqui conceitos e características referentes à biblioteca pública e à comunitária, que nos interessam mais de perto neste estudo.



O Manifesto da *International Federation of Library Associations* (IFLA) da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) descreve que as *Bibliotecas Públicas* são instituições mantidas pelos governos federal, regional ou municipal com a finalidade de fornecer, de modo equitativo a cidadãs(ãos), o acesso ao conhecimento e à informação por meio de diversos recursos e suportes. Para tanto, a biblioteca pública deve fornecer recursos e serviços nos variados suportes informacionais e culturais para atender às necessidades da população quanto a educação, informação, desenvolvimento pessoal, cultura e lazer, tendo a função de promover a democracia por meio do conhecimento e da reflexão (UNESCO, 1944).

No manifesto descrito no volume *Normas para Bibliotecas Públicas* (IFLA, 1976), UNESCO e IFLA definem o objetivo da biblioteca pública como o de fomentar a paz e o bem-estar espiritual, atuando por intermédio de mulheres e homens. O manifesto proclama a confiança da UNESCO na biblioteca pública como força em prol da educação, da cultura e da informação e como instrumento indispensável para promover a paz e a compreensão entre povos e nações. Observa-se que o documento faz algumas determinações sobre a biblioteca pública, entre as quais destacamos:

- (1) A Biblioteca Pública é uma demonstração prática de fé da democracia na educação universal considerada como um processo contínuo ao longo de toda a vida e no reconhecimento de que a natureza do ser humano se realiza no saber e na cultura.
- (2) A Biblioteca Pública é o principal meio de proporcionar o livre acesso aos registros dos conhecimentos e das ideias do ser humano e às expressões de sua imaginação criadora.
- (3) A Biblioteca Pública tem a preocupação de reanimar o espírito do ser humano, proporcionando-lhe livros que divirtam e sejam gratificantes, de assistir o estudante e de ter à disposição dos interessados, informações técnicas, científicas e sociológicas atualizadas.
- (4) A Biblioteca Pública deve ser estabelecida à base de dispositivos legais inequívocos que regulem a prestação de um serviço de biblioteca pública de alcance nacional. É indispensável que as bibliotecas cooperem entre si de forma organizada, para que haja plena utilização de todos os recursos nacionais e para que os mesmos possam estar à disposição de qualquer leitor.
- (5) Sua manutenção deve ser assegurada totalmente pelos cofres públicos, não se exigindo qualquer remuneração direta pelos serviços que prestar.
- (6) Para alcançar seus objetivos, a Biblioteca Pública deve ser de fácil acesso e suas portas estarão abertas a todos os membros da comunidade, sem distinção de raça, cor, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social ou nível de instrução, para que a utilizem livremente e em igualdade de condições.

Essas determinações subsidiam a efetivação dos direitos e deveres das(os) cidadãs(ãos) relativamente ao acesso às bibliotecas públicas em território nacional. Ainda vale lembrar que, por iniciativa do *Instituto Nacional do Livro*, as bibliófilas organizadoras do *Manual de Treinamento de Pessoal responsável por Biblioteca Pública* (Antunes & Cavalcante, 1989), Walda de Andrade Antunes e Gildete de Albuquerque Cavalcante, esclarecem que a biblioteca pública é o centro de informação da comunidade. É função da biblioteca servir de lugar para a comunidade se encontrar, conversar, trocar informações, discutir problemas, saciar as suas curiosidades, ampliar conhecimentos, auto instruir-se, ler livremente, recrear-se e criar.

A biblioteca pública tem a responsabilidade de atender a todas as pessoas da comunidade: idosas(os), crianças, jovens, donas(os) de casa, estudantes, trabalhadoras(es), sem quaisquer distinções. Deve se preocupar em oferecer serviços de informação, leitura de lazer e programações culturais não só aos que vão a sua sede, mas também aos que não têm condição de frequentá-la, a exemplo de doentes em hospitais, instituições de assistência social, presídios, asilos, orfanatos. Este atendimento é feito através de serviços de extensão, isto é, utilizando-se caixas-estantes, carros-biblioteca ou outra modalidade de serviços móveis, em que os livros são enviados às(aos) leitoras(es) onde se encontrem (Antunes & Cavalcante, 1989).



Quanto às *Bibliotecas Comunitárias*³, com a finalidade de transformar o Brasil em um país leitor por meio da garantia do direito à leitura, em 2015 foi criada a *Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias* (RNBC). A rede opera a partir da articulação entre um conjunto de bibliotecas localizadas em diferentes estados do país, a fim de garantir que os livros, a leitura e a literatura cheguem aos diversos territórios em que esses espaços são implantados.

Em *Biblioteca comunitária: conceitos, relevância cultural e políticas* (Alves, 2020), Mariana de Souza Alves apresenta o conceito de biblioteca comunitária como representativo de uma nova tipologia de biblioteca, visto que por mais que seja um espaço público de acesso ao livro, se diferencia pelo fato de serem sustentadas pelas pessoas das comunidades. Além disso, a maioria dessas bibliotecas são instaladas como resultado de reivindicações e movimentos sociais protagonizados por membros das comunidades e, sendo assim, são seus membros que também participam da elaboração de estratégias de seu gerenciamento.

Bibliotecas comunitárias são, portanto, espaços onde se realizam práticas de leitura, promove-se o diálogo intercultural e o acesso à informação a sujeitos que, na maioria das vezes, não dispõem de outros espaços destinados a essas atividades educativas. Além disso, as bibliotecas comunitárias atendem às comunidades e aos seus membros de maneira que estes se tornam responsáveis e engajados com os atos de leitura que são promovidos na instituição, razão pela qual a autora Elisa Campos Machado defende a tese do protagonismo das *Bibliotecas Comunitárias como prática social no Brasil* (Machado, 2008).

Ainda na perspectiva das ideias de Alves (2020), compreende-se que uma comunidade como grupo de pessoas que convivem em uma mesma área territorial e compartilham condições de vida semelhantes. Porém, embora a localização seja uma característica necessária para uma comunidade, o que garante sua existência é a partilha de experiências e os modos de vida que promovam certa coesão social. Essa coesão confere a seus membros um sentimento de responsabilidade e comprometimento que, movidos pelas relações familiares essencialmente orgânicas e intuitivas, saem em busca de seus objetivos.

No âmbito dessa discussão, Todêscia Badke, em *Biblioteca popular: uma experiência no bairro das Laranjeiras* (Badke, 1984), concebe que as bibliotecas comunitárias também podem ser chamadas de *bibliotecas populares*, dado que estas se caracterizam por surgir da vontade, necessidade e trabalho de uma comunidade. Em outras palavras, a biblioteca popular emerge do esforço de pessoas que lutam juntas visando um trabalho baseado na proposta de transformar a realidade vigente, a qual no mais das vezes é marcada por desfavorecimento econômico e social, além do combate à criminalidade, exploração do trabalho infantil, abuso sexual e outras problemáticas sociais que orbitam em torno das comunidades (Badke, 1984).

3. NO GARGALO DA AMPULHETA: BIBLIOTECA E DIÁLOGOS INTERCULTURAIS

Como discutido, uma biblioteca se compõe, basicamente, de duas partes: um *corpus* textual ou conjunto de textos compilados em artefatos estéticos na forma de objetos-suportes que congregam conteúdos (livro) e um *espaço físico* estrutural e institucionalizado como lugar de preservação, sistematização e partilha desses artefatos (biblioteca). Pensar uma articulação teórico-crítica em que esta instituição seja concebida como espaço promotor de cruzamentos dialógicos entre culturas pressupõe que *produto* e *espaço* estão fundidos, pelo que em diferentes planos atuam com a finalidade de promover diálogos interculturais por meio de diversos agenciamentos e mecanismos de trocas. Para tanto, a fim de pensar o cruzamento intercultural, um terceiro elemento é indispensável: as(os) *usuárias(os)* — leitoras(es), escritoras(es), bibliotecárias(os), professoras(es) ou outras(os) —, que realizem atos de leitura pública

³ Cf. mais informações sobre Bibliotecas Comunitárias na plataforma da *Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias* (RNBC). Disponível em: <https://rnbc.org.br/a-rnbc/>. Acessado em 13 de outubro de 2020.



que dão vitalidade à biblioteca, dado que a instituição é composta e resulta, portanto, da relação tríplice entre (1) *produto*, (2) *espaço* e (3) *usuárias(os)*.

A proposição que defendemos concernente às relações entre produto, espaço e usuárias(os) que se desenvolvem na biblioteca aludem também ao pensamento de Christian Brayner, autor do citado *A biblioteca de Foucault: reflexões sobre ética, poder e informação* (Brayner, 2018), quando afirma que nesta instituição se envolvem diversas(os) pessoas em um cenário dinâmico de trocas na busca da construção de identidades. Dito de outro modo, segundo o autor, na formação de toda biblioteca impera a pretensão de se tornar especializada, já que não lida com espectros, mas com pessoas inseridas em realidades singulares (Brayner, 2018). Seus argumentos nos ajudam a considerar que uma biblioteca tem intenções claras quanto a ser um espaço que visa contribuir para a formação da identidade cultural das(os) suas(seus) usuárias(os) mediante uma formação em comunidade dialógica, nas relações com o livro e com as(os) demais usuárias(os). Qual a melhor maneira de conhecer a si mesmo e trabalhar a própria identidade cultural senão por meio da relação intercultural entre pessoas diversas?

Retomando o conceito de “transferência” empregado por Michael Espagne e Matthias Middell, Frédéric Bardier, na já citada obra *História das bibliotecas: de Alexandria às bibliotecas virtuais* (Bardier, 2018), compreende que o processo de cruzamento cultural — ou, nos seus termos, “transferência cultural” — promovido na/pela biblioteca se realiza por uma lógica de trocas, ou seja, por meio de uma relação do livro com as(os) usuárias(os). Neste sentido, Bardier (2018) destaca que:

O papel das bibliotecas nos procedimentos de transferências é ainda maior porque estamos, até o século XIX, numa lógica em que o principal meio de comunicação da cultura é, no Ocidente, o livro, termo que entendemos aqui no sentido mais amplo (livro manuscrito ou impresso, mas também peça, periódico etc.), mas em que este permanece por muito tempo relativamente raro. A função da biblioteca, esse local em que os livros estão disponíveis, é desde então estratégica em se tratando de transferência e de apropriação (Bardier, 2018, p. 19).

Os argumentos de Bardier são preponderantes para se defender que o livro deve ser um instrumento ou canal efetivo para o fortalecimento do vínculo de transferência que se estabelece entre a biblioteca e o usuário, sendo o livro um importante meio de comunicação, transferência e apropriação de saberes culturais. Além disso, o autor faz menção a um fenômeno crescente e ininterrupto que é a própria “metamorfose da biblioteca”, isto é, sua capacidade dinâmica de se atualizar ou mudar de forma de acordo com o espaço-tempo da cultura onde ela está edificada. Acreditamos que a dinâmica de mudança do espaço da biblioteca está estritamente ligada à mudança dos seus usuários, nas suas diferentes motivações de busca pelo saber, seus modos diferentes de se relacionar com o livro, seus modos de ver o mundo e transformá-lo. É por isso que uma biblioteca deve tornar-se um reflexo da visão de mundo de uma comunidade a ponto de tornar-se especializada e personalizada para atender às necessidades estéticas, culturais e ideológicas de um determinado universo de usuários. Em síntese, Bardier defende que a transferência cultural se dá em três modalidades: (1) “pela leitura no presente de um conteúdo textual” (2018, p. 20) disponível; (2) “no tempo, na medida em que a biblioteca é o espaço de conservação de um patrimônio textual ao qual será possível fazer referência” (2018, p. 20); (3) “na geografia cultural” (2018, p. 20) conectada com a diversidade linguística que revela diferentes manifestações culturais representadas nos textos, mesmo que por meio de traduções.

Com base nisso, pensar o cruzamento de culturas pelo caminho do conteúdo imbricado no produto (livro) partilhado pela biblioteca pode ser uma possibilidade de vivo interesse para se pensar a formação das(os) usuárias(os) na apropriação destes conteúdos transferidos, bem como na aplicação e atualização. Outrossim, para além do conteúdo/produto, Bardier aponta para a própria instituição como objeto de transferência, ou seja, nas suas práticas e representações estabelecem-se cruzamentos culturais. Com base nisso, sua compreensão se refere aos conteúdos



textuais, mas também à própria instituição, seus modos de funcionamento e suas representações (BARDIER, 2018). Para pensar esta prática representativa da instituição, Bardier destaca três princípios: (1) a concepção da biblioteca e as técnicas de organização e de gestão postas em prática; (2) a representação da biblioteca como legitimação e apropriação de uma imagem de acesso ao saber universal; (3) a representação da biblioteca no tocante ao seu modelo decorativo ou arquitetônico que aponta para uma visualidade ou estética que expressa, por exemplo, a ideia de um lugar luxuoso, um cenário elegante ou uma decoração de “bom gosto”. Para Bardier, não há dúvida quanto às bibliotecas serem instituições de transferências, no entanto, essas transferências se fazem segundo determinados procedimentos e ordenações que impõem também, por si mesmo, a transferência de um modelo, pelo que em cada época as tipologias das bibliotecas mudam, porquanto as modalidades dos seus funcionamentos também (Bardier, 2018).

Apresentadas estas ideias de Bardier (2018) sobre como a biblioteca, por meio de ideias, produtos/conteúdos e práticas interventivas de leitura, promove transferências culturais, destaca-se como indispensável para esta discussão as proposições e concepções desenvolvidas por Patrice Pavis em *O teatro no cruzamento de culturas* (Pavis, 2015), em que formaliza uma abordagem teórica de observação e análise dos processos de cruzamento de culturas. Em sua proposta, Pavis cria a “metáfora da ampulheta” como metodologia simbólica e sistemática para identificar o fenômeno da produção e representação por meio da intersecção entre sistemas de montagem cênicos, transposições intermediáticas e cruzamentos interculturais imbricados na linguagem do teatro. Essa metáfora revela-se proveitosa em discussões no âmbito dos estudos interculturais para a compreensão das relações entre uma cultura fonte e uma cultura alvo, postas nos respectivos lados da ampulheta, a partir da qual elas afetam-se mutuamente.

Pensar a biblioteca a partir da sua teoria do cruzamento de culturas, aponta para a ideia de que as(os) usuárias(os) estão, neste espaço, estabelecendo vínculos com outras tradições culturais, por meio da transmissão de conhecimentos humanos diversos, a exemplo de saberes das ciências, culturas, espiritualidades, saúde, artes, gastronomia etc., no diálogo com as obras de autoras(es) de diversas nacionalidades do mundo, contribuindo para que as(os) leitoras(es)-usuárias(os) possam ser transformadas(os) pela leitura e pelos outros serviços promovidos pela biblioteca, ampliando seus horizontes de conhecimentos acerca de áreas de seus interesses. Assim, pensar o movimento da ampulheta de Pavis (2015) como metáfora representativa para a relação das(os) leitoras(es) com os livros pode nos ajudar a conceber que, inicialmente, o livro se constitui como a “cultura fonte”, a qual afeta o leitor, o qual representaria a “cultura alvo”. Sabemos, portanto, que a ampulheta vira, pelo que as(os) leitoras(es), transformado pelas experiências de leitura, posteriormente poderá ser a fonte, ou seja, conseguirá promover novos agenciamentos a fim de transformar sua realidade, seja por meio da escrita ou qualquer outra linguagem que veicule signos e sentidos para serem concebidos e apropriados por outras pessoas em experiências dialógicas de transferência e/ou trocas.

Em outros termos, a metáfora da ampulheta caracteriza as(os) leitoras(es) que ora se influenciam pela leitura que realiza mediante seu relacionamento com o livro e a biblioteca, ora são agentes de transformação de sua realidade, uma vez que se tornaram críticas(os) e criativas(os) para buscar os recursos necessários para se engajar na mudança que almejam ver em seu mundo. Na continuidade do movimento, observa-se que a autoria poderá ser a etapa em que as(os) leitoras(es), no virar da ampulheta, tornem-se uma fonte a impactar novos alvos.



4. VELHOS CAMINHOS, NOVOS MODOS DE CAMINHAR: BIBLIOTECAS E SUAS PLURIFUNCIONALIDADES

Nos últimos anos, vem se desenvolvendo em países europeus, a exemplo de Portugal, o conceito de biblioteca como *espaço cultural de polivalências*, o que designa a biblioteca concebida numa perspectiva que vai além de um espaço reservado de modo restrito para a leitura contemplativa, pesquisa científica e o empréstimo de livros para um público específico, mas incluindo a promoção de diversas manifestações educativas, artísticas e culturais, bem como atividades formativas relacionados a diversas áreas do conhecimento como estímulo à cidadania, interculturalidade e democratização do direito à apropriação e construção de saberes.

Adaptando os termos do português de Portugal para o do Brasil, chega-se à designação deste novo modelo conceitual de biblioteca como *espaço formativo alternativo plurifuncional*. Essa concepção parte da ampliação dos conceitos reducionistas e estigmatizados de leitura e de biblioteca tradicionais para atender às demandas contemporâneas relativas à formação de leitoras(es) ativas(os) para a ubiquidade do fenômeno da inovação da cultura e da tecnologia, da transversalidade e interseccionalidade dos conhecimentos, bem como da interculturalidade no processo de globalização, em que tais leitoras(es) vêm se engajando em práticas leitoras diversas, mediadas por diferentes linguagens e multimodalidades em realidades física e virtual.

Esse modelo de biblioteca busca promover atividades que ampliem os conhecimentos de suas(seus) usuárias(os), visando integrá-las(os) no processo de desenvolvimento cultural. Essas atividades podem ser ampliadas com projetos internos e de extensão realizados de acordo com o calendário elaborado pela biblioteca em diálogo com a comunidade leitora ativa, além da organização de programas que envolvam instituições como: famílias, igrejas, abrigos de idosos(os), orfanatos, presídios, hospitais, escolas, universidades, associações de bairros, sindicatos etc.

Os estudos de Marc Halévy em *A era do conhecimento* (2010) apontam para as mudanças desenfradas e irreversíveis do mundo contemporâneo, em que um bem cultural como a leitura pública pode ser uma ponte dialógica entre as inteligências múltiplas e desmistificadoras do ideal de biblioteca como espaço museificado e restrito. Suas ideias levam à compreensão da biblioteca como entidade perseverante que chegou a alcançar o tempo da *gnosfera*, no qual as inteligências tendem a encontrar outras inteligências em universos hiperconectados. Por isso mesmo, Brayner (2018) afirma que a biblioteca deve atuar não somente como espaço físico reservado à leitura, mas também, e principalmente, como serviço que facilita a criação e a troca de ideias. Assim, é nosso interesse investigar esse outro modelo de biblioteca já presente em Portugal a fim de contribuir para sua implementação em bibliotecas do Brasil. A esse respeito, Cristian Brayner (2018) afirma com todas as letras que a biblioteca brasileira se converteu em entidade dispensável para a grande maioria, pelo que o brasileiro não vincula a biblioteca ao prazer. A leitura, no âmbito da biblioteca brasileira, esteve atrelada ao estudo formal dos já iniciados no mundo acadêmico, o que representa uma negação explícita de um projeto aberto para as comunidades.

O pensamento de Brayner é bastante problematizador, pois uma biblioteca pensada para todas(os), além de soar como discurso ingênuo, vulnerabiliza as ações internas e fragiliza seu desejo de perpetuidade na esfera pública. Como se observa, o livro está descartado do campo do prazer, cuja justificativa repousa no fato da biblioteca ter se erigido como locus caracterizado pela ausência do ruído e desprezo ao intercâmbio discursivo (Brayner, 2018). Quebrando o paradigma da biblioteca tradicional pautada nos modelos que surgiram no século XVI nos moldes do Renascimento, marcada principalmente pela leitura contemplativa (silenciosa), Brayner (2018) destaca:

Biblioteca é um espaço otimizador de relação, seja por meio da pesquisa coletiva, seja por meio de uma conversa no jardim de inverno. Quem permanece insistindo na ideia de que a biblioteca gravita em torno do livro? Há tempos, o livro perdeu o seu protagonismo. Embora muitos continuem investindo sua vida e, pior, o dinheiro público nessa percepção tacanha, é consolador que alguns comecem a procurar a biblioteca mais perto de casa para apreciar uma obra de arte, degustar um cappuccino, namorar e dormir no saguão de entrada (Brayner, 2018, p. 146).



A ideia do autor sobre a renovação da experiência de leitura pública no espaço da biblioteca passa pela estratégia do prazer, isto é, pelo jogo de sensações que o espaço belo e aconchegante suscita nas(os) usuárias(os), cujo relacionamento precisa comprometer-se com o deleite. É preponderante que uma biblioteca apresente uma estrutura física que preza pela beleza arquitetônica do edifício, bem como pela harmonização do design de interiores, ou seja, dos móveis, pintura, objetos etc. Certamente uma boa infraestrutura e mobília harmoniosa demanda investimentos altíssimos, no entanto, enquanto empreendedores socioculturais, engajados em projetos relevantes como o de uma biblioteca pública, tempos que compreender a beleza estética como estratégia de acolhimento. Tomemos como inspiração a sugestão de Cristian Brayner (2018), tratando justamente da beleza de uma biblioteca, quando afirma:

Minha dica é que não tenham medo de pleitear orçamento para aprimorar o espaço físico. Antes disso, acreditem no poder da beleza como estratégia mobilizadora na vida das pessoas e da biblioteca. A biblioteca não evoca simplesmente alocar em um mesmo espaço todos os livros que possam vir a ser úteis aos nossos usuários, mas também combinar, nessa mesma geografia, diversos elementos que, quando combinados, produzam deleite (Brayner, 2018, p. 222).

Trazendo o exemplo da Biblioteca Pública de Kista, eleita como a melhor do mundo na ocasião do *Systematic — Public Library of the Year Award 2015*, Brayner justifica a outorga do prêmio em razão de “três elementos — beleza, funcionalidade e empatia” (Brayner, 2018, 193). Nesses três elementos, portanto, deve-se investir para que a biblioteca seja considerada plurifuncional, tenha vitalidade e consiga cumprir com o seu propósito sociocultural. Tornando mais claro essa postulação, compreendemos que:

- (1) A *beleza* de uma biblioteca deve estar associada à própria personalidade dos suas(seus) usuárias(os), razão por que este espaço deva ter uma aparência atrativa, seja na organização do ambiente, nas cores que deixam o lugar harmonioso.
- (2) A *funcionalidade* de uma biblioteca refere-se à manutenção de um status de constante atividade e comprometimento com uma sistemática de realização de uma programação plurifuncional que atenda aos diferentes públicos, a exemplo de atos de leitura em saraus poéticos, festivais artísticos envolvendo a comunidade, realização de palestras e cursos formativos nas diferentes áreas do saber para a qualificação profissional das(os) usuárias(os).
- (3) No tocante à *empatia*, a biblioteca deve suscitar no usuário um sentimento semelhante ao de alguém que está em um ambiente familiar, pois as(os) usuárias(os) devem se sentir livres e à vontade para estar em comunhão com as(os) demais usuárias(os), numa relação mútua de trocas de experiências de vida e de leituras.

Tal perspectiva nos leva a questionar sobre o sentido da biblioteca para os brasileiros e, não somente isso, a propor estratégias que venham a somar esforços para fazer chegar ao Brasil o movimento contemporâneo de resignificação da concepção de biblioteca, para que o conceito de leitura e de biblioteca possa ser ampliado numa perspectiva plurifuncional, assim como se observa em contextos já mais avançados nesta direção, tal como se verifica em Portugal e outros países europeus. Essa implementação da plurifuncionalidade, portanto, se apresenta como estratégia para romper com o paradigma do espaço solene do silêncio nos conformes do modelo de bibliotecas edificadas entre o século XVI ao XIX. Esse modelo tradicional tem a mesma conotação da figura do museu ou do templo religioso, marcado por uma solenidade perturbadora para leitoras(es) do século XXI.

À guisa de exemplo, uma instituição como a *Biblioteca de Alcântara*, situada no antigo Palacete dos Condes de Burnay do século XIX, em Lisboa, ilustra essa postulação conceitual relacionada às polivalências desse espaço cultural (Lusa, 2020). Sendo a 18ª. biblioteca a integrar a *Rede de Bibliotecas de Lisboa*, a instituição afirma-se como centro cultural



para a comunidade, onde se desenvolvem valências que vão do cinema ao ar livre, apresentação de grupos teatrais e musicais, galeria de artes plásticas e visuais, espaço família para socialização e encontro entre amigas(os), sala de jogos para o público infanto-juvenil, laboratório de informática com oferta de cursos de qualificação, livraria para venda de livros e outros materiais de interesse para as(os) leitoras(es), parque infantil para bebês etc. Assim, a instituição constitui-se como centro cultural de proximidade e assente no livre acesso à cultura, à informação e ao conhecimento para as comunidades locais.

Uma biblioteca com uma estrutura e equipamentos que atendam à sua razão de ser, isto é, um espaço plurifuncional para todas(os), como nos incita a pensar Brayner (2018), “deve procurar atender às pautas coletivas sem ignorar as nuances dos sujeitos envolvidos. Projeto utópico? Certamente. Mas não confunda utopia com desesperança ou teoria inaplicada. Trata-se, na verdade, de uma estratégia mobilizadora” (Brayner, 2018, p. 246). De posse desse ideal utópico que vemos as bibliotecas como projeto social necessário na luta contra as desigualdades sociais a partir da ênfase nas diferenças que caracterizam as pessoas, marcadas por múltiplas identidades, bem como carentes de assistência aos seus direitos fundamentais de acesso ao saber e ao deleite estético.

REFERÊNCIAS

- Alves, M. de S. (2020). Biblioteca comunitária: conceitos, relevância cultural e políticas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 16, 1–29. <file:///C:/Users/BRUNO/Downloads/1252-4779-3-PB.pdf>
- Antunes, W. de A., & Cavalcante, G. de A. (1989). Manual de Treinamento de Pessoal Responsável por Biblioteca Pública. Instituto Nacional do Livro, CERLALC.
- Badke, T. (1984). Biblioteca popular: uma experiência no bairro das Laranjeiras. *Palavra-Chave*, 4, 18–9.
- Bardier, F. (2018). História das bibliotecas: de Alexandria às Bibliotecas Virtuais (R. S. Campos, Trad.). *Editora da Universidade de São Paulo*.
- Barker, R. E., & Escarpit, R. (1975). A fome de ler. *Editora da Fundação Getulio Vargas*.
- Brayner, C. (2018). A biblioteca de Foucault: reflexões sobre ética, poder e informação. *É Realizações Editora*.
- Candido, A. (2011). O direito à literatura. In *Vários Escritos* (5.ª ed.). *Ouro sobre Azul*.
- IFLA. (1976). Normas para Bibliotecas Públicas. Federação Internacional de Associações de Bibliotecas (A. A. B. de Lemos, Trad.). *INL*.
- Jacob, C. (2000). Prefácio. In Baratin, M., & Jacob, C. (Eds.), *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. *EdUFRJ*.
- Lusa. (2020). Biblioteca de Alcântara abre como espaço cultural comunitário em Lisboa. *Público*. <https://www.publico.pt/2020/10/03/culturaipsilon/noticia/biblioteca-alcantara-abre-espaco-cultural-comunitario-lisboa-1933876>
- Machado, E. C. (2008). Bibliotecas Comunitárias como prática social no Brasil (Tese de Pós-Doutorado, Universidade de São Paulo). <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/publico/Tese.pdf>
- Mãe, V. H. (2018). *Contos de cães e maus lobos*. Biblioteca Azul.
- Manguel, A. (1997). *Uma história da leitura* (2.ª ed.). Companhia das Letras.
- Milanesi, L. (1998). *O que é biblioteca* (5.ª ed.). Brasiliense.



Pavis, P. (2015). *O teatro no cruzamento de culturas*. Perspectiva.

Schwarcz, L. M. (2002). *A longa viagem da biblioteca dos reis*. Companhia das letras.

UNESCO. (s.d.). *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas de 1994*.
<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>

Valejo, I. (2022). *O infinito em um junco: a invenção dos livros no mundo antigo*. Intrínseca.

DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anónima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.





**ELEMENTOS COESIVOS A SERVIÇO DA MANUTENÇÃO E DA PROGRESSÃO
TEMÁTICA NO GÊNERO TEXTUAL PROJETO DE DOCUMENTÁRIO**
***COHESIVE ELEMENTS AT THE SERVICE OF MAINTENANCE AND THEMATIC
PROGRESSION IN THE TEXTUAL GENRE DOCUMENTARY PROJECT***

[10.29073/naus.v6i1.814](https://doi.org/10.29073/naus.v6i1.814)

RECEÇÃO: 25 de novembro de 2023.

APROVAÇÃO: 8 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 28 de dezembro de 2023.

AUTOR/A 1: Eliane Oliveira , Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil, liadejesus1@yahoo.com.br.

AUTOR/A 2: Lúcia Assis , Universidade Federal Fluminense, Brasil, luciaassis@id.uff.br.

RESUMO

Investigamos, neste trabalho, os recursos de coesão textual mobilizados para a manutenção e a progressão temática do gênero Projeto de Documentário, semifinalista na Olimpíada de Língua Portuguesa (OLP) brasileira, de 2019, que se trata de um concurso de produção de diferentes gêneros textuais multimodais. O gênero aqui analisado acompanha o filme documentário, submetido à avaliação pela comissão organizadora da Olimpíada. Com o intuito de alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa de base qualitativa, desenvolvemos uma análise dos dados orientada pela abordagem qualitativa. Este estudo é também caracterizado como uma pesquisa documental, uma vez que tomamos o Projeto de Documentário como objeto de estudo. Os resultados, obtidos a partir do aporte teórico da Linguística Textual, mostraram que os recursos coesivos utilizados pelos alunos-autores para manutenção e progressão temática de seu texto foram a repetição propriamente dita e a associação.

PALAVRAS-CHAVE: Coesão e Coerência Textuais; Coesão por Associação; Coesão por Repetição; Linguística Textual; Olimpíada de Língua Portuguesa.

ABSTRACT

We investigated, in this work, the textual cohesion resources used for the maintenance and thematic progression in the textual genre Documentary Project. This genre was produced at the Portuguese Language Olympics (PLO), a production contest of different written and multimodal textual genres (documentary) in 2019 and belongs to the semifinalist phase. The focused genre accompanies the documentary film when the genres are submitted for evaluation by the Olympic organizing committee. In order to achieve the proposed objective, we developed an analysis guided by the qualitative approach. This study is characterized as a documentary research, since we take the Documentary Project as an object of study. The results, obtained from the theoretical contribution of Textual Linguistics, showed us that the cohesive resources used for maintenance and thematic progression used by the student-actors were the repetition itself and the association. The study seeks to contribute to the production of written texts in the teaching context with regard to textual cohesion and coherence.

KEYWORDS: Cohesion by Association; Cohesion by Repetition; Portuguese Language Olympics; Text Linguistics; Textual Cohesion and Coherence.



1. INTRODUÇÃO

A produção textual é tomada como objeto de estudo por vários especialistas da linguagem, especialmente por aqueles que se preocupam com o desenvolvimento da habilidade escrita no contexto de ensino em sala de aula. Seja com produções teóricas e/ou teórico-práticas, esses autores investigam os conhecimentos que os sujeitos precisam dominar para que saibam agir por meio da escrita em diversos contextos sociais (Koch, 2009; Koch e Travaglia, 2004; Travaglia, 2007; Antunes, 2005; Antunes, 2010). Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo analisar os recursos de coesão textual utilizados para manutenção e progressão temática no gênero textual Projeto de Documentário, produzido na Olimpíada de Língua Portuguesa de 2019 (doravante denominada OLP), no Brasil.

A Olimpíada de Língua Portuguesa é um concurso que, desde 2008, em parceria com o Ministério da Educação brasileiro, vem desenvolvendo atividades de produção escrita de diferentes gêneros textuais por meio de Sequências Didáticas (Dolz, Noverraz e Schneuwly, 2004). Essas sequências correspondem a um conjunto de atividades escolares organizadas de maneira sistemática em torno de um gênero textual oral, escrito ou multimodal, com o objetivo de dar condições ao aluno de produzi-lo e, conseqüentemente, saber agir por meio dele em práticas significativas de linguagens.

Em síntese, o processo prático de produção caracteriza-se por um recurso contínuo que envolve, segundo Beloti e Menegassi (2020, p. 140), as seguintes etapas¹: planejamento, execução da escrita, revisão e reescrita. Nessa perspectiva, o texto produzido a partir das etapas de planejamento que caracterizam a sequência didática (SD) pode funcionar como instrumento mediador da interação entre aluno e professor.

Como o gênero aqui analisado foi produzido para um concurso de produção de textos, as noções de coesão e coerência têm grande importância, uma vez que esses fatores são determinantes para que um texto seja avaliado como bem escrito. Vale ressaltar que, apesar da coerência não ser uma propriedade estritamente linguística, ela também pressupõe determinações dessa natureza. De outra forma, pode-se afirmar que há uma relação intrínseca entre os elementos linguísticos presentes num texto e o princípio de interpretabilidade que precisa ser assegurado. Verificamos, então, neste trabalho, como os elementos coesivos empregados para a manutenção e a progressão temática colaboram para a construção da coerência de um dos textos semifinalistas da OLP 2019.

Para discutir o que aqui se propõe, além de introdução, considerações finais e referências, este artigo está organizado em cinco partes principais. Na primeira, apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Textual que ancoram o trabalho. Na segunda, discutiremos especificamente sobre os dois princípios de textualidade focalizados: a coesão e a coerência. Na terceira, descrevemos o contexto de produção do gênero Projeto de Documentário, utilizado como objeto de análise. Na quarta, apresentamos os conceitos de linguagem e de gênero adotados e a análise do corpus.

¹ [...] a) planejamento: fase na qual o escritor planeja como escreverá seu texto, quais elementos linguísticos-discursivos usará, considerando as condições estabelecidas; b) execução da escrita: desenvolve os aspectos levantados no planejamento e efetivamente escreve o texto; c) revisão: período destinado à releitura do texto, a fim de observar se está adequado às condições delimitadas para sua produção, podendo ou não levar à reescrita; d) reescrita: levantados os aspectos a serem revisados e reescritos, é nesta etapa que se produz um outro texto, com o objetivo de deixá-lo mais adequado à situação de enunciação (Beloti e Menegassi (2020, p. 140)).



2. REVISÃO DA LITERATURA

CONTORNOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O ponto de partida das discussões aqui apresentadas são as noções básicas acerca dos fatores de textualidade². Centramos-nos principalmente na coesão, tendo em vista que nosso objetivo recai sobre os elementos coesivos responsáveis pela manutenção e progressão temática. Tais fatores são primordialmente tratados no interior da Linguística textual (doravante LT), teoria que passou por diferentes fases de desenvolvimento, desde quando o texto era visto como “uma entidade abstrata”, por Ferdinand Saussure (Koch; Bentes; Cavalcante, 2007, p. 11), até quando passou a ser considerado o lugar de interação entre os sujeitos sociais, na teoria bakhtiniana (Bakhtin, 2014).

Assim sendo, aqui consideramos que “o texto pode ser concebido como resultado parcial de nossa atividade comunicativa, que compreende processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana e que são postos em ação em situações concretas de interação social” (Fávero; Koch, 1998, p. 26). Importa ressaltar que essa concepção de texto só se tornou possível pela incorporação de processos de natureza cognitiva e interacionista responsáveis pelo processamento e pela construção de sentidos do texto, como resultado da interação entre os sujeitos sociais numa determinada situação comunicativa. Nesse sentido, consideramos os aspectos pragmáticos de estudo do texto que abarcam não somente os componentes sintáticos e semânticos, mas também os elementos extraverbaes e o conhecimento de mundo, ambos acionados na construção e na compreensão de textos. Segundo Koch (2009a), uma análise com base na LT

trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Por um lado, deve preservar a organização linear que é o tratamento estritamente linguístico abordado no aspecto da coesão e, por outro, deve considerar a organização reticulada ou tentacular, não linear portanto, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas (Koch, 2009a, p. 27, ênfase da autora).

Além dos critérios ou padrões de textualidade (coesão, coerência, intencionalidade, informatividade, aceitabilidade, intertextualidade e situacionalidade), que um texto precisa atender para ser identificado como tal, outro aspecto importante que lhe é característico diz respeito à orientação temática, ou seja, “o texto se constrói a partir de um tema, de um tópico, de uma ideia central, ou de um núcleo semântico, que lhe dá continuidade e unidade” (Antunes, 2010, p. 32, ênfase da autora). Todo texto, portanto, se desenvolve em torno de uma unidade temática que funciona como demarcadora das escolhas linguísticas do falante/autor para sua elaboração, visto que cada segmento conflui para a manutenção ou desenvolvimento de um tema, o qual, para Bakhtin, não se restringe apenas ao assunto/conteúdo, mas é concebido como objeto do enunciado, conforme descrito por Fuza e Rodrigues (2022).

O tema é composto pelo elemento extraverbal, caracterizado pelas inferências e apreciações valorativas do sujeito que resultam na propagação da ideologia. Sendo assim, um mesmo tema pode ser desenvolvido por diferentes pontos de vista, conforme as crenças, ideologias e o conhecimento de mundo do sujeito autor. Apesar de constituir-se pelos elementos semânticos da língua, o tema não está preso somente a ela, mas a todo o enunciado e à sua ação discursiva. No contexto da OLP, o tema proposto (o lugar onde vivo) norteia toda a produção do concurso e atua como centro de organização dos gêneros focalizados. Considerando as relações de tessitura de um texto, materializadas nos elementos de textualidade, destacamos de modo especial, a importância da coesão e da

² São sete os fatores de textualidade, conforme Bentes (2001): coesão, coerência, intencionalidade, informatividade, aceitabilidade, intertextualidade e situacionalidade.

Antunes (2010) ressalta que são esses fatores de textualidade que permitem que um conjunto de palavras tenha o que precisa ter para que seja identificado como um texto.



coerência para a manutenção e a progressão temática de qualquer gênero textual. Por isso essas características são analisadas no gênero Projeto de Documentário.

COESÃO E COERÊNCIA

A coesão pode ser conceituada como a ligação entre palavras, frases, períodos e parágrafos de um texto, fazendo com que a interpretabilidade daquilo que é dito seja garantida (Antunes, 2005). A função da coesão é, portanto, permitir a continuidade do texto, de modo que suas partes sejam interligadas “para que se efetive a unidade do sentido e das intenções de nossa interação verbal; para que, afinal, possamos nos fazer entender com sucesso” (Antunes, 2005, p. 49). Essa continuidade do texto é dada pelas relações semânticas estabelecidas entre os segmentos textuais; isso mostra que, apesar de a coesão estar ligada aos elementos linguísticos presentes na superfície do texto, os elos criados refletem-se nos sentidos que são dados ao texto. Esses elos, classificados de acordo com as funções que desempenham, podem ser reiterativos, associativos e conectivos.

A reiteração é assim definida por Antunes (2005):

a relação pela qual os elementos do texto vão de algum modo sendo retomados, criando-se um movimento constante de volta aos segmentos prévios — o que assegura ao texto a necessária continuidade de seu fluxo, de seu percurso —, como se um fio o perpassasse do início ao fim. (p. 52, ênfase da autora).

O movimento de voltar ao que foi dito antes garante a continuidade e, de certa forma, assegura a interpretabilidade do texto. Nesse sentido, “cada vez que substituímos uma expressão por um pronome ou por um sinônimo, por exemplo, ou que repetimos uma palavra, estamos *reiterando*, estamos promovendo a continuidade do texto, sua sequência, sua coesão” (Antunes, 2005, p. 53, ênfase da autora). A reiteração, portanto, ocorre por meio dos recursos de *repetição* e *substituição*.

Já a coesão por relação de *associação* é sinalizada pelo emprego de palavras de um mesmo campo semântico ou de campos semânticos similares. Isso ocorre pelo fato de todo texto ser desenvolvido em torno de um tema. A ligação entre as palavras assegura a unidade temática do texto ou o tópico discursivo. A relação de conexão, por sua vez, ocorre entre as orações, parágrafos ou períodos. Realiza-se por meio de unidades linguísticas chamadas de conectores que, ainda com Antunes (2005),

desempenham uma função muito importante, pois indicam a relação semântica que pretendemos estabelecer entre aqueles segmentos: orações, períodos, parágrafos. São relações de causalidade, de temporalidade, de oposição, de finalidade, de adição, entre outras, as quais vão indicar a direção argumentativa de nosso texto, além de funcionarem como elos com que se conectam as várias partes de um texto (p. 55).

Quando os elementos conectores são empregados de forma inadequada, ocorre o que costumeiramente chamamos de “texto incoerente”. Isso significa dizer que a compreensão de um texto (coerência) tem estreita relação com os recursos linguísticos empregados (coesão), apesar de a coerência ultrapassar a mera recuperação dos sentidos das palavras. Em síntese, podemos afirmar que a coesão é explicitada pelas marcas linguísticas que conferem ao texto um caráter linear, definido pelo arranjo sequencial no nível sintático e gramatical, ao passo que a coerência tem a ver com a relação semântica/pragmática estabelecida entre os elementos da sequência linguística. É nessa perspectiva que a relação entre coesão e coerência é considerada como um processo de mão dupla, segundo Koch e Travaglia (2004). Isso significa dizer que os dois elementos possuem uma relação de interdependência, ou seja, “a coesão é uma decorrência da própria *continuidade* exigida pelo texto, a qual, por sua vez, é exigência da *unidade* que dá *coerência* ao texto” (Antunes, 2005, p. 177, ênfases da autora).



PROJETO DE DOCUMENTÁRIO: CONTEXTO DE PRODUÇÃO

Antes de apresentarmos a análise dos elementos de coesão mobilizados para a manutenção e a progressão temática do gênero textual Projeto de Documentário, importa compreendermos o contexto de produção desse gênero na Olimpíada de Língua Portuguesa. O Projeto de Documentário é um gênero escrito que acompanha o Documentário propriamente dito, um gênero audiovisual avaliado e premiado na categoria documentário.

A Olimpíada de Língua Portuguesa (OLP)³ é um concurso que premia as melhores produções textuais dos alunos do 5.º ano do Ensino Fundamental à 3.ª série do Ensino Médio, realizado pelo programa Escrevendo o Futuro, uma iniciativa da Fundação Itaú Social e do Ministério da Educação, coordenada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação — CENPEC. O programa realiza também, desde 2002, diversas modalidades de formação, presencial e a distância, para educadores de escolas públicas de todo o país. Tem como principal objetivo contribuir para a melhoria do ensino de leitura e escrita dos estudantes, por meio do dispositivo metodológico Sequência Didática (Dolz, Noverraz e Schnewly, 2004), e para a formação dos professores das escolas de educação básica.

A formação dos professores ocorre por meio de várias ações que se desdobram em cursos de aperfeiçoamento, publicação de revista⁴ e cadernos docentes etc. No site do Programa Escrevendo o Futuro⁵, podem ser encontrados variados recursos (in)formativos, tais como sequências didáticas, vídeos e recursos didáticos para auxiliar os professores no ensino de língua portuguesa, bem como textos literários, entrevistas, entre outros. A premiação dos alunos ocorre nas seguintes categorias: Poema (5.º ano do Ensino Fundamental, doravante EF), Memórias Literárias (6.º e 7.º anos EF), Crônica (8.º e 9.º anos EF), Documentário (1.º e 2.º ano Ensino Médio, doravante EM) e Artigo de opinião (3.º ano EM). A proposta leva os alunos a olharem criticamente para algum aspecto do lugar onde vivem e a ressaltarem algo de relevância social.

O tema da Olimpíada — O lugar onde vivo — é propício para focalizar o impacto social da escrita, pois os conhecimentos do lugar podem ser colocados em evidência do ponto de vista dos próprios alunos, seja por meio de poema, crônica, documentário ou outros gêneros focalizados, que permitam que a leitura e a escrita sejam reflexo de mudanças e/ou transformações sociais. Nessa perspectiva, focalizar o lugar onde vivem pode contribuir para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento ao lugar e o fortalecimento da cultura local, além de possibilitar que a localidade de habitação dos alunos-autores seja vista por pontos de vista diferentes.

A elaboração do gênero Projeto de documentário, feita pelos alunos-autores do 1.º e 2.º anos do EM, ocorre em função da produção do documentário propriamente dito. Importa saber que a inserção do gênero documentário na escola tem propósitos práticos bastante claros, o que podemos observar se levarmos em consideração os benefícios que sua produção pode acarretar, não só para a vida escolar dos alunos, mas também para sua vivência no mundo, pois pode contribuir para “fomentar novos pontos de vista sobre a comunidade ou o território onde moram, engendrando novas experiências e processos subjetivos” (Caderno do Professor, 2019, p. 5–6).

Para a realização do documentário de curta-metragem, primeiramente, os alunos fazem um planejamento escrito, que compreende, entre outras etapas, a elaboração de um Projeto de Documentário, composto por sinopse (que deve deixar claro, dentro da área temática na qual o documentário se insere, o assunto específico a ser abordado e qual o ponto de vista a ser defendido), argumento (no qual é descrita, de forma completa, como será a estrutura narrativa do documentário, bem como de que modo os diferentes recursos de linguagem serão empregados) e

³ As informações sobre a OLP podem ser encontradas em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/programa>

⁴ A Revista na Ponta do Lápis contém artigos científicos, textos, relatos relacionados ao ensino e aprendizagem de leitura e escrita etc. Todas as edições da Revista podem ser encontradas em: [Revista Na Ponta do Lápis — Portal da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro](#)

⁵ [Página Inicial — Portal da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro](#)



roteiro (seção na qual os alunos descrevem as principais cenas que compõem o filme, indicando sua ordem sequencial de aparição. A discriminação da cena deve se preocupar em detalhar tanto as imagens que o espectador verá na tela quanto a narração e/ou entrevistas que ele ouvirá) (Caderno do Professor, 2019, p. 102–103). O Projeto de Documentário em estudo é, portanto, caracterizado pela hibridização (Bakhtin, 2016), pois sua forma composicional comporta diferentes gêneros (sinopse, argumento e roteiro).

Para a realização da análise proposta neste trabalho, a noção de gênero (assim como a de coesão e coerência) é importante, uma vez que os textos/enunciados são constituídos pelos elementos temáticos, composicionais e estilísticos, conforme afirma Bakhtin (2016), os quais se encontram imbricados na organização do texto, bem como pelos elementos de coesão que ajudam na composição/construção dos textos/enunciados.

CONCEPÇÃO DE LÍNGUA(GEM) E DE GÊNERO

Língua, aqui, é considerada como interação, aquela em que os sujeitos são atores sociais ativos e participativos nas ações sociocomunicativas. Assim, “a língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes*” (Bakhtin, 2014, p. 128, grifos do autor). A comunicação verbal, nessa perspectiva, constitui-se na interação. Bakhtin (2014) acrescenta que

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à diversidade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (Bakhtin, 2014, p. 117, ênfase do autor).

De acordo com a ideia apresentada na citação, compreendemos que a realidade concreta da língua só se constitui na interação. Por essa razão, o ensino de língua não se deve pautar nas formas abstratas ou em frases⁶ descontextualizadas se o intuito for o desenvolvimento da competência da escrita (Antunes, 2005), pois a língua evolui ao longo da história por meio da comunicação entre os falantes. Do ponto de vista de língua como lugar de interação, o sujeito deve ser concebido como

uma entidade psicossocial, sublinhando-se o caráter ativo dos sujeitos na produção do social e da interação e defendendo a posição de que os sujeitos (re)produzem o social na medida em que participam ativamente da definição da situação na qual se acham engajados, e que são atores na atualização das imagens e das representações sem as quais a comunicação não poderia existir (Koch, 2009b, p. 15, ênfase da autora).

Nessa noção de língua e de sujeito, o texto não é analisado apenas por meio de seus componentes morfológicos, lexicais, sintáticos, semânticos, mas principalmente considerando os elementos implícitos, recuperados pelo contexto sociocognitivo dos participantes da interação verbal.

O texto, como lugar de manifestação do discurso⁷, “consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independentemente de sua extensão” (Fávero e Koch, 1998, p. 25). Trata-se, pois, de um construto verbal, constituído por componentes linguísticos apropriados pelos falantes nativos de uma determinada língua e

⁶ “Contentar-se com atividades de formar frases é promover o exercício de *não-linguagem*, daquilo que, inevitavelmente, contraria o modo de ser do funcionamento da língua” (Antunes, 2005, p. 47, ênfase da autora).

⁷ Segundo Fávero e Koch (1998, p. 25), o discurso concebido como “atividade comunicativa de um falante, numa situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor (ou por este e seu interlocutor, no caso do diálogo) e o evento de sua enunciação”.



colocados em uso na interação entre os sujeitos sociais. Para a Linguística Textual, principal teoria à qual se vincula este trabalho,

o texto é considerado como manifestação verbal, constituída de elementos linguísticos de diversas ordens, selecionados e dispostos de acordo com as virtualidades que cada língua põe à disposição dos falantes no curso de uma atividade verbal, de modo a facultar aos interactantes não apenas a produção de sentidos, como a fundear a própria interação como prática sociocultural (Fávero e Koch, 1998, p. 31).

Considerando que os discursos são materializados em textos e, estes, por sua vez, são formatados em um determinado gênero pertencente a um determinado campo de atividade humana, faz-se necessário entendermos que os gêneros textuais são objetos da comunicação humana e que a interação comunicativa só se realiza por meio de um determinado gênero. São os gêneros os responsáveis pela organização e estabilidade das atividades interativas do dia a dia das pessoas nos mais diversos contextos discursivos. São, portanto, formas maleáveis e plásticas de ação social, caracterizadas pelas funções sociais que desempenham (Marcuschi, 2007).

O surgimento de novos gêneros ocorre de acordo com a necessidade da sociedade. Como exemplo, o intenso uso das novas tecnologias da comunicação possibilitou a emergência de novas formas discursivas (textuais), tais como e-mails, bate-papo, lives, aulas virtuais, *meets* (reuniões virtuais) que possuem formas de comunicação particulares, deixando as fronteiras entre oralidade e escrita ainda mais tênues. Esses gêneros possibilitam a atuação de várias semioses (o verbal oral e escrito, a imagem, o som), o que Rojo (2015) chama de multisemiose ou, mais especificamente, gêneros multisemióticos e multimodais⁸.

No contexto de ensino e aprendizagem, pesquisas já relevaram a ineficácia do ensino de língua por meio de frases soltas, descontextualizadas (cf. Antunes 2005). A própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca que as habilidades de leitura, oralidade e escrita devem ocorrer de forma contextualizada, por meio de diferentes gêneros e objetos do conhecimento (BRASIL, 2017). Nesse sentido, a OLP dialoga com a ideia defendida pela BNCC, pois desenvolve sequências didáticas para a produção de variados gêneros, abarcando os ensinos fundamental e médio. O trabalho com o documentário na escola, por exemplo, “permite ao aluno se familiarizar não apenas com o gênero, mas também com o funcionamento da linguagem do audiovisual em geral, adquirindo condições de ter uma postura mais crítica a respeito da representação do mundo em imagens em movimento” (Caderno do Professor, 2019).

3. ANÁLISE DOS DADOS

O PROJETO DE DOCUMENTÁRIO E A COESÃO

O Projeto de Documentário de curta-metragem aqui analisado é intitulado *De gibão e perneira, a pega de boi no mato é minha paixão primeira*. Produzido por alunos de uma escola pública na Região Nordeste do país, em 2019⁹, foi semifinalista da OLP daquele ano.

⁸ Apesar de o documentário, gênero motivador do Projeto de Documentário tomado aqui como objeto de análise, ser um gênero multimodal, não vamos nos adentrar a esse assunto.

⁹ Esses documentos foram disponibilizados para serem objeto de pesquisa pela própria OLP. Reproduzimos o texto em sua forma original, sem nenhuma correção.



FIGURA 1: Projeto de Documentário semifinalista da Olimpíada de Língua Portuguesa (2019).

Sinopse:

De gibão e perneira, a pega de boi no mato é minha paixão primeira (2019), Camilly Tenório, Fernanda Belarmino e Samilly dos Anjos.

É um filme que relata de forma poética uma das maiores paixão do homem sertanejo, a pega de boi no mato, no município de Minador do Negrão, no agreste alagoano. O filme traz um olhar poético, descritivo e reflexivo sobre essa atividade cultural que é uma paixão do povo minadoreense. Mostra a trajetória de alguns vaqueiros deste município, e também entrevista a jovem Fernanda, uma vaqueira que desde cedo mostra seu amor pela a pega de boi no mato, uma tradição que passa de geração para geração.

Argumento:

Com objetivo de preservar a memória do sertanejo, reconhecendo a valentia e a importância do vaqueiro de Minador do Negrão e para manter viva uma tradição que cresce cada vez mais. Acompanhamos a trajetória de alguns vaqueiros deste município, e entrevistamos a jovem Fernanda, uma vaqueira que desde cedo mostra seu amor pela a pega de boi no mato, mostramos cenas desse esporte que virou a paixão de tantos.

De forma poética, descritiva e reflexiva notamos a importância da pega de boi no mato na visão daqueles que se doam completamente para vivê-la. Vestidos de couro, montados em seu cavalo, assim como as imagens mostram, a figura do vaqueiro sai correndo atrás do gado em meio à mata fechada.

As cenas ilustram os detalhes da ação do vaqueiro desde do momento preparativo para a grande festa até as comemorações com cantorias toadas e bebedeiras.

Em voz off são recitados versos, num ritmo poético, assim como nas festas de vaquejadas. As letras dos versos traz informações descritivas sobre o figura do como herói, o vaqueiro nordestino, como também apresenta detalhes do esporte e cultura da pega de boi no mato.

Roteiro:

O vídeo inicia com uma cantoria acompanhada da figura da vaqueira montada em seu cavalo, com suas vestes de couro se preparando para entrar no mato.

A segunda cena, apresenta imagens de vaqueiros da cidade de Minador do Negrão, intercalados com a fala da entrevista da vaqueira Fernanda Belarmino, ao som da música de Joãozinho Aboiador.

A terceira cena, mostra imagens de vaqueiros em uma disputa no mato nas fronteiras do município de Minador do Negrão, as cenas são acompanhadas da narração em off em ritmo poético, assim como nos verso das toadas e cantorias realizadas durante as festejos da pega de boi no mato.

O vídeo finaliza-se com a figura do vaqueiro, montado em seu cavalo, entrando na vegetação fechado, correndo em direção a um bicho solto.

FONTE: Olimpíada de Língua Portuguesa, 2019¹⁰.

Podemos observar, no texto em análise, o *recurso reiterativo de repetição propriamente dita*, usado para “fazer reaparecer no texto alguma palavra ou sequência de palavras que já ocorreram anteriormente” (Antunes, 2005, p. 71, ênfase da autora). Esse tipo de repetição¹¹ configura-se como um mecanismo de coesão e uma condição de continuidade demandada pela coerência do texto. A expressão “pega de boi no mato” é introduzida no título do Projeto, dando pista de que o Projeto e o documentário se desenvolvem em torno desse tema. A expressão se repete por mais seis vezes ao longo do texto: duas na sinopse, três no argumento e uma no roteiro.

¹⁰ Apenas os textos finalistas foram publicados. Os semifinalistas, como o que aqui é analisado, foram disponibilizados pela organização da Olimpíada aos pesquisadores que quisessem com eles trabalhar. Os autores, o gênero, o estado, a cidade e a escola foram divulgados em <https://www.escrevendofuturo.org.br/conteudo/biblioteca/sobre-o-programa/94/etapa-semifinal?sorts%5Bdate%5D=1&page=3&offset=30>

¹¹ Devemos salientar que existem outros tipos de repetição (por paráfrase e paralelismo). Destacamos apenas a repetição propriamente dita, pelo fato de ser a do tipo que atende a nosso objetivo.



Na sinopse a expressão “pega de boi no mato”, tema escolhido pelos alunos-autores, é primeiramente tomado para apresentar os sujeitos praticantes da atividade esportiva — o homem sertanejo (uma das maiores paixões do homem sertanejo) e o lugar onde essa prática acontece (no município de Minador do Negrão, no agreste alagoano, que coincide com o lugar onde os alunos-autores vivem, o que atende à regra da OLP, quanto ao tema norteador do concurso).

Ainda na sinopse, a mesma expressão é retomada para destacar um dos sujeitos praticantes da “pega de boi no mato”, que concedeu entrevista aos alunos-autores: *a jovem Fernanda*. A segunda repetição da expressão acontece para justificar a importância do tema, por se tratar de *uma tradição que passa de geração para geração*.

No argumento, seção responsável pela descrição da estrutura narrativa do documentário, a repetição da expressão aparece para reiterar a entrevista da jovem vaqueira (Fernanda) bem como reafirmar a predileção das pessoas pelo esporte (mostramos cenas desse esporte que virou a paixão de tantos).

A segunda repetição da expressão “a pega de boi no mato” no argumento destaca a importância dessa prática *na visão daqueles que se doam completamente para vivê-la*. Na terceira vez, o vaqueiro nordestino é visto como um herói e “a pega de boi no mato” não é somente percebida como esporte, mas também como cultura local (a figura¹² do como herói, o vaqueiro nordestino, como também apresenta detalhes do esporte e cultura da pega de boi no mato).

A última repetição propriamente dita da expressão em análise ocorre no roteiro do Projeto. Aqui “a pega de boi no mato” é apresentada como uma festa (festejos) acompanhada de toadas e cantorias. A pega de boi no mato configura-se, portanto, não apenas como uma festa esportiva, mas também como uma atividade importante para o fortalecimento da cultura local.

Feito isso, podemos atribuir à repetição a função de manter o tema em foco ao longo da sinopse, do argumento e do roteiro, seções que compõem o Projeto de Documentário analisado. Além de contribuir para a manutenção temática, esse elemento coesivo também marca a progressão do tema, que ocorre por meio da introdução dos sujeitos participantes da ação (o homem sertanejo e Fernanda, a entrevistada), o local onde ocorre “a pega de boi no mato” (município de Minador do Negrão, no agreste alagoano), a ação da pega de boi como tradição cultural etc.

Como podemos observar, a repetição desempenha a função de “nó que une as pontas da linha que sustenta a continuidade exigida pela própria coerência”, conforme afirma Antunes (2005, p. 76). No caso em análise, a linha representada pelos nós da expressão “a pega de boi no mato” atravessa todo o texto, indicando a manutenção e a continuidade/progressão do tema em foco.

Outro recurso de coesão empregado no texto foi a *substituição lexical*, que se trata de um recurso “pelo qual se promove a ligação entre dois ou mais segmentos textuais” (Antunes, 2005, p. 96). A substituição implica o uso de uma palavra no lugar de outra que seja textualmente semelhante. Por meio desse recurso é possível que se volte a uma referência já feita anteriormente, interligando semanticamente segmentos do texto, além de possibilitar sua continuidade, como se verá no exemplo a seguir.

Mostra a trajetória de alguns vaqueiros deste município, e também entrevista a jovem Fernanda, uma vaqueira que desde cedo mostra seu amor pela a pega de boi no mato, uma tradição que passa de geração para geração (sinopse).

¹² Trecho retirado do projeto de documentário sem nenhuma alteração.



Observemos como a substituição do nome Fernanda possibilita que mais informações acerca da vaqueira seja acrescentada, deixando o texto mais informativo. O mesmo ocorre no trecho a seguir, no qual, o termo ‘essa atividade cultural’ substitui a expressão que caracteriza o tema do texto (a pega de boi no mato).

É um filme que relata de forma poética uma das maiores paixões do homem sertanejo, a pega de boi no mato, no município de Minador do Negrão, no agreste alagoano. O filme traz um olhar poético, descritivo e reflexivo sobre essa atividade cultural que é uma paixão do povo minadorense (sinopse).

O mesmo recurso de coesão pode ser observado em *vegetação fechada* (no roteiro), que substitui *mata fechada* (no argumento). A primeira expressão é utilizada para descrever a imagem do vaqueiro que sai para capturar o boi no mato (Vestidos de couro, montados em seu cavalo, assim como as imagens mostram, a figura do vaqueiro sai correndo atrás do gado em meio à mata fechada).

Já a segunda expressão reforça a construção do cenário onde o vaqueiro se prepara para o início da pega do boi no mato (O vídeo finaliza-se com a figura do vaqueiro, montado em seu cavalo, entrando na vegetação fechada, correndo em direção a um bicho solto).

A palavra *boi*, que está presente do início ao fim do texto em análise é substituída por *gado* (no argumento) e *bicho solto* (no roteiro), o que expande ainda mais as possibilidades de desenvolvimento do tema, com o acréscimo de informações novas. Ambas as substituições são utilizadas para caracterizar o vaqueiro no início da ação da pega de boi no mato.

Um outro elemento de coesão responsável pela manutenção temática presente no texto em análise ocorre por meio da *associação* semântica entre as palavras. Partindo do pressuposto de que todo texto é marcado por um tema, presume-se que as palavras não estejam soltas ou desvinculadas umas das outras. Assim, “quanto mais uma palavra se insere no núcleo temático do texto, isto é, no eixo de seu sentido principal, mais essa palavra entra em cadeia com outras e é, nesse texto, uma *ocorrência relevante*” (Antunes, 2005, p. 126, ênfase da autora).

Nesse sentido, a escolha das palavras que entram no texto não é feita aleatoriamente, mas é motivada pelo tema. Essa motivação é de ordem sociocognitiva, o que significa dizer que é determinada pelos sentidos e propósitos comunicativos dos sujeitos da interação. A temática do texto configura-se, pois, como o fio que conduz e determina a seleção lexical.

No Projeto de Documentário em análise, vemos a relação embutida entre palavras pertencentes ao campo semântico relacionado à temática do texto (a pega de boi no mato). Ligados ao tema, podemos destacar vários termos pertencentes ao eixo relativo à pega de boi no mato, os quais funcionam como fio que conduz o desenvolvimento do tema, aparecendo ao longo de todo o texto: homem sertanejo, vaqueiro nordestino, vaqueira, cavalo, bicho solto, mato, vegetação, vestes de couro, gibão e perneira.

De acordo com Antunes (2005),

[...] a função das palavras que aparecem em um texto não se resume apenas à dimensão daquilo que se pretende ‘dizer’; não é, portanto, somente uma questão de ‘significado’. As palavras de um texto cumprem também, e de forma muito significativa, a função de indicar, de sinalizar as ligações que se quer estabelecer, para que o texto tenha a devida continuidade e unidade e, assim, possa funcionar como atividade verbal (p. 137).

A partir da análise do gênero Projeto de documentário compreendemos que a atividade de produzir um texto vai além da seleção de palavras. Podemos observar aqui como a escolha é motivada pelo tema, que marca toda a atividade linguística.



4. CONCLUSÃO

A Linguística Textual configura-se como um campo de conhecimento que oferece uma vasta gama de recursos teóricos e metodológicos de produção e análise de textos, principalmente no contexto de ensino de língua portuguesa. O professor tem, em seu favor, vários recursos linguísticos que devem ser objeto de ensino e podem contribuir significativamente para o desenvolvimento da competência linguística dos alunos. Isso deve ser feito em detrimento de atividades de construção de frases soltas e descontextualizadas.

Conhecer diferentes elementos de coesão e coerência responsáveis pela organização e produção de sentido de um texto significa conhecer o aparato linguístico, contextual, pragmático e agir, por meio da escrita, numa dada circunstância em função de interesses interacionais.

No contexto de produção do texto focalizado neste artigo, os alunos-autores produziram o Projeto de documentário atendendo ao tema norteador da OLP (O lugar onde vivo), mantendo-se fiéis ao tema do lugar escolhido (A pega de boi no mato). Com o intuito de analisar os recursos de coesão textual utilizados para manutenção e progressão temática do referido gênero, observamos que os recursos linguísticos empregados para esse fim foram, respectivamente, a repetição e a associação, elementos que também funcionaram como elos que ligam as partes do texto para garantir a sua continuidade/ progressão.

REFERÊNCIAS

- Antunes, I. C. (2005). *Lutar com palavras: coesão e coerência*. Parábola Editorial.
- Antunes, I. (2010). *Análise de textos: fundamentos e práticas*. Parábola Editorial.
- Bakhtin, M. M., & Volochinov, V. N. (2014). A interação verbal. In *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. (16.ª ed.). (M. Laud & Y. F. Vieira, Trad.). HUCITEC.
- Bakhtin, M. (2016). *Os gêneros do discurso*. Editora 34.
- Beloti, A., & Menegassi, J. R. (2020). Formação docente inicial: O PIDID e a compreensão da escrita como processo. In: Â. F. Fuza & M. C. G. Ohuschi (Eds.), *Interação e escrita no ensino de língua*. Pontes Editores.
- Bentes, A. C. (2001). Linguística textual. In: F. Mussalim & A. C. Bentes (Eds.), *Introdução à linguística: domínios e fronteiras, 1*. Cortez.
- Brasil. (2017). *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. MEC.
- Dolz, J., Noverraz, M., & Schneuwly, B. (2004). Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In *Gêneros orais e escritos na escola*. (Eds. B. Schneuwly & J. Dolz, Trad. e Org. R. Rojo & G. S. Cordeiro, pp. 95–128). Mercado de Letras.
- Fávero, L. L., & Koch, I. G. V. (1998). *Linguística textual: uma introdução*. (4.ª ed.). Cortez.
- Fuza, A. F., & Rodrigues, R. H. (2022). A concepção de tema nas obras do Círculo de Bakhtin. *ALFA: Revista de Linguística (UNESP. ONLINE)*, 66, 1–30.
- Koch, I. V., & Travaglia, L. C. (2004). *A coerência textual*. (16.ª ed.). Contexto.
- Koch, I. G. V., Bentes, A. C., & Cavalcante, M. M. (2007). *Intertextualidade: diálogos possíveis*. Cortez.
- Koch, I. G. V. (2009a). *O texto e a construção de sentidos*. (9. ed., 2ª reimpressão). Contexto.
- Koch, I. G. V. (2009b). *Desvendando os segredos do texto*. (6.ª ed.). Cortez.



Marcushi, L. A. (2007). Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: A. P. Dionízio, A. R. Machado, & M. A. Bezerra (Eds.), *Gêneros textuais e ensino*. (5.ª ed.). Lucena.

Rojo, R., & Barbosa, J. P. (2015). *Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos*. Parábola.

Olimpíada de Língua Portuguesa. (2019). *Escrevendo o Futuro. Coletânea: Caderno de oficinas*. (6.ª ed.). Cenpec.

Revista na ponta do Lápis. (2019). *Lendo e escrevendo pela vida afora* (33.ª edição). Disponível em <https://www.escrevendoofuturo.org.br/arquivos/8778/napontadolapis33-28ago2019.pdf>

Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, (1).

DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anônima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.



RIO NEGRO, RIO IÇANA, RIO SOLIMÕES E AS MULHERES INDÍGENAS NA LUTA PELOS SEUS TERRITÓRIOS — AMAZONAS / BRASIL

RIO NEGRO, RIO IÇANA, RIO SOLIMÕES, AND INDIGENOUS WOMEN IN THE STRUGGLE FOR THEIR TERRITORIES — AMAZONAS / BRAZIL

[10.29073/naus.v6i1.830](https://doi.org/10.29073/naus.v6i1.830)

RECEÇÃO: 28 de novembro de 2023.

APROVAÇÃO: 7 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 28 de dezembro de 2023.

AUTOR/A 1: Rita Machado , Universidade do Estado do Amazonas, Brasil, rmachado@uea.edu.br.

AUTOR/A 2: Hemily Marinho , Universidade do Estado do Amazonas, Brasil, hemilypmt@gmail.com.

AUTOR/A 3: Marcela Barbosa , Universidade do Estado do Amazonas, Brasil, miguel261016@gmail.com.

RESUMO

O artigo apresenta uma pesquisa de cunho teórico em nível de mestrado, no qual analisa-se obras de três pensadoras indígenas do estado do Amazonas, representantes do pensamento pedagógico dos seus respectivos povos e que atuam em diferentes espaços da sociedade amazonense. São elas: Alva Rosa Vieira, do povo Tukano, conhecida como Alva Rosa Tukano; Francineia Fontes, do povo Baniwa, conhecida como Francy Baniwa; e Altaci Rubim, do povo Kokama, conhecida como Altaci Kokama. O objetivo principal desta pesquisa é evidenciar a trajetória de vida e obra de mulheres indígenas do estado na luta pelo direito à existência de seus povos. Para a composição deste trabalho, selecionamos as obras: *Território etnoeducacional rio Negro: significações de uma política pública* (2017), de Alva Rosa Tukano; *Minha escrivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do rio Negro — Amazonas/Brasil* (2020), de Francy Baniwa; e *O reordenamento político e cultural do povo Kokama: a reconquista da língua e do território além das fronteiras entre o Brasil e o Peru* (2016), de Altaci Kokama. Visibilizar essas mulheres e suas pesquisas como fonte de conhecimento ancestral dos territórios indígenas do Amazonas é uma forma de fortalecer a produção científica e ancestral desenvolvida por mulheres indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; Mulheres Indígenas; Pensamento Pedagógico Indígena; Território Etnoeducacional.

ABSTRACT

The article presents a theoretical research at the master's level, in which the works of three indigenous thinkers from the state of Amazonas are analyzed. They represent the pedagogical thinking of their respective peoples and are active in different spaces of Amazonian society. These thinkers are: Alva Rosa Vieira, from the Tukano people, known as Alva Rosa Tukano; Francineia Fontes, from the Baniwa people, known as Francy Baniwa; and Altaci Rubim, from the Kokama people, known as Altaci Kokama. This research's main goal is to highlight the life and work trajectories of indigenous women in the state in their struggle for the right to the existence of their peoples. For the composition of this work, we selected the following works: *Território etnoeducacional rio Negro: significações de uma política pública* (2017) by Alva Rosa Tukano; *Minha escrivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do rio Negro — Amazonas/Brasil* (2020) by Francy Baniwa; and *O reordenamento político e cultural do povo Kokama: a reconquista da língua e do território além das fronteiras entre o Brasil e o Peru* (2016) by Altaci Kokama. Making these women and their research visible as a source of ancestral knowledge of the indigenous territories of the Amazon is a way to strengthen the scientific and ancestral production developed by indigenous women.

KEYWORDS: Culture; Ethnoeducational Territory; Indigenous Pedagogical Thinking; Indigenous Women.



INTRODUÇÃO

A proposta da presente pesquisa é evidenciar a trajetória de vida e obra de mulheres indígenas do estado do Amazonas na luta pelo direito à existência de seus povos em diferentes espaços da sociedade amazonense. O estudo destaca pensamentos pedagógicos ancestrais de cada povo, a partir da análise das obras de Alva Rosa Tukano, Francy Baniwa e Altaci Kokama. Este estudo está dividido em três tópicos principais, são eles: rio Negro, rio Içana e rio Solimões. Essa divisão ocorre pela representação que esses rios significam nas vidas dos indígenas do estado do Amazonas.

Ao longo desta escrita, se poderá refletir sobre a presença feminina na luta pelo direito aos territórios, por políticas públicas específicas para educação, pela revitalização da língua e pela valorização dos saberes de mulheres indígenas. Não se pretende esgotar o tema e tampouco restringir as sociedades indígenas presentes nos rios Negro e Solimões aos povos que serão apresentados neste trabalho. O que se visa é trazer uma contribuição sobre a temática, a partir das inquietações como mulheres, indígenas e não indígenas, pesquisadoras e moradoras desta terra, escrevendo sobre as parentas que estão ocupando outros espaços.

A presente pesquisa é de cunho teórico em nível de mestrado, na qual são analisadas obras de três mulheres indígenas do estado do Amazonas, nas quais é possível encontrar representações do pensamento pedagógico dos seus respectivos povos. Para a composição deste trabalho, selecionamos as seguintes obras: *Território etnoeducacional rio Negro: significações de uma política pública* (2020), de Alva Rosa Tukano; *Minha escrivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do rio Negro — Amazonas/Brasil* (2020), de Francy Baniwa; e *O reordenamento político e cultural do povo Kokama: a reconquista da língua e do território além das fronteiras entre o Brasil e o Peru* (2016), de Altaci Kokama.

RIO NEGRO

Ao longo dos 1.700 quilômetros de extensão, a cor negra das águas carrega em si a decomposição de sedimentos orgânicos que a floresta cede, a exemplo de troncos de árvores, folhas, galhos, que se desfazem e liberam os ácidos húmico e fúlvico, responsáveis pela cor do rio Negro. Nesse espaço, temos a mata de igapó, que é uma floresta dentro da água — “igapó”, em tupi antigo, significa “rio de raízes”. Essa mata dentro da água abriga animais e vegetação próprios de sua biodiversidade.

O rio é um espaço sagrado para os originários da terra, e não é só pela sua imensidão e pela beleza estonteante. São cerca de 60 locais sagrados ao longo do rio Negro, que abrigam vários povos. Para a família Tukano oriental, de acordo com a ancestralidade narrada entre as gerações, “uma grande cobra canoa subiu as águas do rio Negro para criar a humanidade. É assim começa a história narrada pelos parentes da família Tukano oriental” (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro [FOIRN], 2021).

Criada em 30 de abril de 1987, a FOIRN tem sede e foro no município de São Gabriel da Cachoeira (AM). Essa organização articula ações de defesa dos direitos e de desenvolvimento sustentável junto a 23 povos indígenas que ali vivem há tempos imemoriais. Os 23 povos se organizam em 750 comunidades indígenas na região mais preservada da Amazônia (FOIRN, 2021).

ALVA ROSA TUKANO (ALVA ROSA LANA VIEIRA) — FILHA DO RIO NEGRO

Mulher do povo Tukano, Alva Rosa Lana Vieira é professora graduada em Licenciatura em Matemática e mestra em Gestão e Avaliação da Educação Pública. É também a primeira mulher indígena a receber o título de doutorado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A história dessa pensadora do povo Tukano começa no rio Waupés, afluente do rio Negro. Alva Rosa Tukano, como é mais conhecida, é líder e referência na luta pela educação escolar indígena no Amazonas. Sua trajetória de vida é marcada pelo envolvimento profundo com o movimento de professores e professoras indígenas.



No ano 2000, quando foi eleita vereadora em seu município, São Gabriel da Cachoeira (AM), ela participou da aprovação do Projeto de Lei n.º 145, que oficializou o uso de três línguas indígenas no município. São elas: Baniwa, Tukano e Nheengatu. Ao finalizar o seu mandato, em 2005, seguiu para a capital do Amazonas, a fim de compor os quadros da Gerência de Educação Escolar Indígena (GEEI), onde trabalhou no Projeto Pirayawara, programa de formação de professores indígenas do Amazonas. Em 2009, entrou para a Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena (CGEEI), auxiliando na Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (I CONEEI) e na articulação para a implantação e a implementação dos territórios etnoeducacionais, tendo como base a consulta aos povos indígenas.

No movimento de professores e professoras indígenas pela educação escolar indígena, participou ativamente da criação de fóruns e conselhos do movimento indígena no Amazonas, dentre eles, o Conselho dos Professores Indígenas do Rio Negro (COPIARN). Foi eleita para assumir o Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia (COPIAM) e participou da criação do Fórum de Educação Escolar Indígena (FOREEIA) e do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI).

A dissertação de mestrado dessa pensadora indígena, intitulada *Território etnoeducacional rio Negro: significações de uma política pública* (2017), foi escolhida, dentre tantos outros textos já escritos por ela, porque apresenta em seu conteúdo a práxis de vida da autora. Com uma riqueza de reflexões que não se separam da prática, Alva Rosa contribui para a formação de inúmeras organizações indígenas pelo estado do Amazonas.

Vale ressaltar que essas organizações não têm fins lucrativos nem são organizações governamentais. No entanto, elas são a personificação do que entendemos como forma de organização para o bem comum: o *ajuri*. Pela força do trabalho coletivo entre muitos povos, elas articulam e representam seus interesses junto aos não indígenas que detêm o poder de decisão. Desse modo, essas organizações formadas por vários povos “representam a interlocução política frente ao Estado Brasileiro e segmentos da sociedade” (Vieira, 2017, p. 36). Somente organizados coletivamente, consegue-se qualidade de vida.

No que tange à implantação e à implementação dos territórios etnoeducacionais, quando assumiu a Gerência da Educação Escolar Indígena da SEDUC/AM em 2010, Alva Rosa trabalhou para que isso ocorresse em todo o estado do Amazonas.

[...] um dos trabalhos marcantes foi a implementação dos territórios etnoeducacionais em todo estado — TEE Rio Negro, TEE Baixo Amazonas, TEE Juruá/Purus, TEE Médio Solimões, TEE Vale do Javari, TEE Alto Solimões e TEE Yanomami e Ye'kuana (Amazonas e Roraima) (Vieira, 2017, p. 16).

Para entender esse trabalho, precisa-se ter em mente que o etnoterritório é um espaço ocupado por uma ou mais sociedades indígenas, que vivenciam suas formas de vida numa perspectiva de simbolismo cosmológico que envolve pessoas e culturas na partilha de um espaço-território. “Nesse sentido, no campo educacional, é apresentada a política dos territórios etnoeducacionais aos povos indígenas como uma gestão partilhada, que transcende a divisão política administrativa dos estados e municípios” (Vieira, 2017, p. 54).

É uma forma de organização que não obedece à regra de entendimento de divisão por entes federados, mas organiza as sociedades indígenas do Amazonas como território etnoeducacional (TEE), para a criação de políticas específicas para essas localidades, rompendo com a noção de fronteiras geográficas dos municípios. O TEE do Rio Negro foi o primeiro a ser criado no Brasil e faz parte dos 25 TEEs implantados por essa política.

Em nível federal, o apoio do Ministério da Educação para a adoção dos TEEs não durou muito. Em 2012, houve a sua suspensão, como forma de interromper a organização das comunidades. Em sua dissertação, Alva Rosa denuncia a falta de compromisso do governo com as sociedades indígenas e suas demandas: “apesar disso, os povos indígenas



não se desanimam, já que lutam pela continuidade de políticas como um compromisso de Estado, e não de Governo” (Vieira, 2017, p. 67).

É essa convicção sobre a necessidade de continuidade das políticas para a manutenção da vida indígena que move o trabalho da autora. Nas considerações finais da sua dissertação de mestrado, Alva Rosa Tukano denuncia os ataques que a legislação sobre terras indígenas vem sofrendo e os interesses do agronegócio por esses territórios, ameaçando a sua preservação e os “bens comuns” que eles abrigam:

É necessário que o povo brasileiro entenda que os povos indígenas não são obstáculos para o desenvolvimento do país, mas, ao contrário, são suportes necessários para buscar soluções que garantam a transição de um modelo de desenvolvimento respeitoso aos direitos humanos e ao meio ambiente (Vieira, 2017, p. 93).

Compreender esse modo de vida tradicional como uma alternativa para as crises que estamos vivenciando neste século é fundamental para ressignificar o que se entende por desenvolvimento. Nesse sentido, na perspectiva de um mundo globalizado, fundamentado no capitalismo que rege o modo de vida e de pensamento da maioria das pessoas, e que direta ou indiretamente as influencia para o acúmulo de “coisas”, pensar na existência de um modelo de desenvolvimento no Brasil que respeite os direitos humanos e o meio ambiente pode parecer até utópico. Mas ele existe e é vivenciado por nós, povos indígenas, que há milhares de anos habitamos neste espaço de terra a qual chamamos de Brasil.

RIO IÇANA

Tendo suas nascentes na Colômbia, o rio Içana entra no Brasil na direção sudoeste. Com uma extensão de 696 quilômetros, as águas se encontram com o território brasileiro a 76 quilômetros da nascente do rio. Quando chega em nosso solo, o rio Içana forma 19 cachoeiras, que mudam de tom à medida que recebem água de outros igarapés.

Os Baniwa estão distribuídos em 93 povoados, entre comunidades e sítios, perfazendo, no ano de 2000, um total aproximado de 15 mil indivíduos, estando cerca de 4.026 no Brasil. Em solo brasileiro, os povoados estão localizados no Baixo, Médio Içana e nos rios Cubati, Cuiari e Aiari. Os Baniwa também estão presentes em comunidades do Alto Rio Negro, nas cidades de São Gabriel, Santa Isabel e Barcelos. (Fontes, 2019, p. 17).

O rio Içana é parte fundamental da formação e da continuação da vida do povo Baniwa. Permeado por corredeiras, repleto de peixes e toda sorte de vida que as suas águas abrigam, esse rio banha e alimenta o povo, alimentando também a ancestralidade cultural, em uma perspectiva sagrada de existência que harmoniza os seres humanos com o meio em que habitam.

FRANCY BANIWA (FRANCINEIA BITENCOURT FONTES) — FILHA DO RIO IÇANA E MULHER RIO-NEGRINA

Mulher indígena, pensadora do povo Baniwa, do clã Walipere-dakeenai, pesquisadora das narrativas e dos saberes femininos dentro das comunidades Baniwa, Francineia Bittencourt Fontes, ou Francy Baniwa, desenvolve pesquisas em seu território por meio de registros fotográficos, vídeos e escritos, além da produção de cerâmica. Professora de Sociologia, ela é licenciada em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), mestra pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutora em Antropologia Social pela mesma universidade. Hipamale¹ nasceu na terra indígena de Alto Rio Negro (AM), foi professora do Ensino Fundamental na rede estadual do Amazonas, presidiu

¹ Nome indígena de Francineia, que remete ao som da cachoeira de Wapuí (“Hipana” em Baniwa), que é o lugar da origem do mundo.



a Associação de Mulheres Indígenas do Baixo Içana (AMIBI) em 2013 e coordenou o Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro (DMIRN/FOIRN) de 2014 a 2016.

O texto selecionado para a presente discussão é intitulado *Minha escrivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do rio Negro — Amazonas/Brasil (2020)*, que trata de um recorte da sua dissertação de mestrado. Nesse escrito, Francy relata algumas experiências vividas como mulher Baniwa e com as outras companheiras Baniwas. É um relato, segundo ela, “de dentro para fora”, carregado de ancestralidade, que narra a sua experiência como “mulher, indígena e acadêmica, sobre as mulheres rionegrinas, na qual lutamos para dar visibilidade para nossa fala, e falar sobre o nosso papel como mulheres indígenas” (Fontes, 2020, p. 180).

Ao longo do texto, ela expressa o seu orgulho de ser uma indígena Baniwa e, como indígena e antropóloga, poder escrever sobre seu povo em uma perspectiva própria. Assim, ela nos presenteia com uma rica narrativa do modo Baniwa de ver e viver o mundo, mantendo viva a sabedoria milenar: “meu mundo era uma biblioteca viva e meus dicionários para explicação eram meus avós, avôs, meu pai e outros” (Fontes, 2020, p. 180).

Essa apresentação de um mundo milenar feita pela narrativa escrita de uma mulher indígena confronta as relações de dominação presentes em diversos espaços de poder, de construção e socialização de conhecimentos, como a própria universidade. Sobre a aldeia como um lugar de poder ancestral, ela afirma: “É daqui que nós estamos pensando sobre nós mesmos, é daqui que temos que pensar em nós (mulheres). Nós possuímos origens diferentes, somos herdeiras de filosofias próprias aos nossos povos” (Fontes, 2020, p. 182).

“Escrever-se” como mulher indígena, por meio da escrita antropológica, é outro fator de confronto, que carrega uma importância simbólica com relação à visibilidade das mulheres indígenas, pois, no contexto da pesquisa antropológica, acarreta a mudança de “objeto de pesquisa” para “autoras e herdeiras de filosofias próprias”. No contexto do movimento e da vida indígena, ela afirma:

Quando se fala das mulheres indígenas dentro do contexto indígena, afirmamos que nossa relação com a terra é especial, a terra é mãe, por ser mãe, a terra é mulher, pois sustenta seus filhos, necessariamente temos que entender a mulher dentro de uma dinâmica que cria espaços políticos e ideológicos, espaços de troca de saberes, espaços de fortalecimento das identidades e das diferenças, de um espaço de negociação de interesses e de prioridades para atingir metas estabelecidas por muitos povos. Hoje, temos que pensar a especificidade dos nossos povos (nossas etnias) e pensar para todos os povos (todas as etnias) (Fontes, 2020, p. 183).

A partir dessa afirmação de Francy Baniwa, consegue-se compreender a profundidade da significância do papel do cuidado para a continuação da vida indígena e do viver indígena. Somos criadoras de espaços políticos e ideológicos que, aos poucos, vamos conquistando — seja os já existentes, seja os que nós próprias criamos —, levando a ancestralidade das vozes de mães, tias e avós na memória e no corpo.

Outra expressão usada por ela que descreve as atividades das mulheres indígenas é “diplomatas étnicas”, a qual designa as mulheres indígenas que compartilham suas culturas com a cultura do outro pelo casamento. Essas e tantas outras atividades exercidas pelas mulheres Baniwa contribuem sistematicamente para o viver indígena.

Eu vejo que elas (avós, mãe, tias, primas, cunhadas) muito pouco escrevem sobre suas práticas educativas e experiências vividas. Se nós mulheres indígenas e acadêmicas não escrevemos o que elas ou nós falamos, essas experiências vão se dissolvendo, evaporando e não sobra mais nada [...]. (Fontes, 2020, p. 183).

Sobre a importância de tornar a escrita um espaço político de troca de saberes e de fortalecimento de identidades, entendo e tomo com uma responsabilidade coletiva, para nós, mulheres indígenas destes territórios que formam o



Amazonas, *escrever* nossas ancestrais, suas experiências e saberes nesse outro espaço de conhecimento que a escrita nos abre.

RIO SOLIMÕES

No estado do Amazonas, mais precisamente na região oeste, está localizado o rio Solimões, cuja nascente brota no Peru. Esse rio ocupa uma área de 57.922 km² e é manancial de vida, que alimenta, banha e transporta as populações que moram às suas margens. É também berço de pesquisas científicas.

Como afluentes na sua margem direita, estão os rios Javari, Jutai, Juruá e Purus. Na margem esquerda, encontram-se os rios Içá e Japurá. O Solimões se destaca também pelo encontro com o rio Negro, famoso pelo contraste que se forma visivelmente nas águas de ambos.

O nome “Solimões” faz referência aos povos que habitavam as margens dos rios antes das invasões coloniais. Esses povos originários eram denominados como Sorimões, Sorimão ou Joriman, todos derivados da palavra latina *solimum*, por conta da referência ao veneno que era usado nas pontas de flechas e dardos.

ALTACI KOKAMA (ALTACI CORRÊA RUBIM)

Altaci Corrêa Rubim é uma mulher indígena do povo Kokama, professora graduada em Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) (2005) e em Pedagogia pela Universidade Leonardo da Vinci (2009). Em 2011, tornou-se mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSA/UFAM e concluiu seu doutorado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB) em 2016.

Atualmente, a Profa. Dra. Altaci é docente e pesquisadora do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP) do Instituto de Letras (IL) da UnB e professora e pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA/UEA). É membro do GT Internacional para a Década das Línguas Indígenas, organizado pela UNESCO (2020–2023). Atua fortemente com temas como: mapeamento, identidade étnica, índios na cidade, política linguística e, principalmente, com elaboração de material didático em língua indígena. Além disso, é professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas.

O texto selecionado para a presente discussão é a tese de doutorado da pensadora, intitulada *O reordenamento político e cultural do povo Kokama: a reconquista da língua e do território além das fronteiras entre o Brasil e o Peru* (2016). Neste trabalho, ela analisa os processos de territorialização da língua Kokama na Amazônia brasileira, numa perspectiva de política educativa e etnográfica, e aponta que as mobilizações em torno da língua sintetizam o autoconhecimento do povo Kokama, permeando a identidade e a política linguísticas.

Nesse sentido, o processo de territorialização da língua Kokama no Amazonas pode ser expresso pelas lutas para a vitalização da língua, por intermédio da Educação Escolar Indígena (EEI). “[...] há um novo processo de territorialização diferente da situação imposta pelos colonizadores, do qual faz parte aquela construção social da educação diferenciada em que a língua vitaliza a cultura nas escolas Kokama” (Rubim, 2016, p. 47).

Conforme apontado pela pensadora indígena, a territorialização e a territorialidade são ressignificados à medida em que se “explica não a sujeição dos indígenas ao período colonial, mas a posição dos indígenas na situação política atual, dentro de um campo de conflito, em que a identidade é acionada como um sentimento de pertencimento à coletividade” (Rubim, 2016, p. 47).

Esse sentimento de pertencimento à coletividade não se restringe aos habitantes que residem no território, como espaço geográfico no qual a aldeia está localizada, mas se expande pelas relações sociais, econômicas e principalmente culturais que são tecidas entre indígenas que moram nas cidades. Esse processo resulta em uma



simbiose de lutas que se somam em forças políticas de identidade, mobilizadas pela reivindicação do direito à existência em todos os aspectos da vida indígena.

Desse modo, a política linguística de vitalização da língua Kokama é ressignificada a partir da visão política que a língua carrega, conforme a pensadora indígena:

A meta é preservar a língua e resistir com suas memórias, sua cultura, contra as investidas do Estado no controle dos bens simbólicos, onde o bem viver é mercantilizado. Compreendemos que os processos de territorialização da língua Kokama fortalecem as demandas do povo frente à sociedade nacional. Neste contexto, esta pesquisa pretende contribuir para a ampliação do conhecimento na área de Política Linguística das línguas em processo de vitalização e para o fortalecimento da língua e cultura do povo Kokama. (Rubim, 2016, p. 301).

Por meio da pesquisa da pensadora indígena, é possível compreender a língua como um bem simbólico da cultura imaterial e ancestral do povo Kokama, que fortalece a EEI pelo seu uso no ensino e na aprendizagem nas escolas indígenas nas aldeias Kokama. Além disso, a língua é entendida ainda como manifestação cultural, que guarda os profundos significados da vida em coletividade e que, através da rememoração, alimenta a perspectiva coletiva da identidade Kokama.

Dessa forma, Altaci Kokama se destaca como mulher pesquisadora atuante na vitalização da língua de seu povo. Com a sua pesquisa, ela propõe uma política linguística da língua Kokama a partir da mobilização da comunidade, que permita a abordagem de ensino e aprendizagem da língua Kokama; a elaboração de materiais didáticos pela comunidade, a exemplo da coletânea *Yawati Tinin*; a elaboração de materiais por professores em oficinas, corrigidos com participação de especialistas da língua Kokama, e a criação do app Kokama Tradutor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, penso que não seria possível esgotar as discussões acerca da visibilidade ou da falta de visibilidade das pesquisas dessas mulheres indígenas amazonenses no cenário da pesquisa e nem é o que se pretende. A questão que trago para concluir neste texto se refere mais à necessidade de territorializar os espaços de produção de conhecimento por meio do trabalho dessas pensadoras indígenas.

No decorrer das leituras que embasaram este trabalho, as inquietações que originaram a pesquisa foram ficando mais profundas. As desigualdades que o gênero que carregamos nos impõe são reais em nosso meio indígena, não estamos imunes a isso, uma vez que todas vivenciamos, de algum modo, algum tipo de violência de gênero.

Nesse sentido, a fim de romper com a invisibilidade das pesquisas e diante da importância da luta pela existência dos seus povos, é que se fazem necessários trabalhos como estes. Alva Rosa Tukano, Franci Baniwa e Altaci Kokama são mulheres indígenas, pesquisadoras e atuantes no cenário das reivindicações pelos direitos de seus povos. Alva Rosa enfoca o direito às políticas de educação; Franci Baniwa traz para o campo da escrita as narrativas das mulheres Baniwa rio-negrinas, conceituando de dentro para fora suas perspectivas ancestrais de vida; e Altaci Kokama se dedica à pesquisa e à vitalização da língua Kokama, propondo uma política linguística da língua Kokama a partir da mobilização da comunidade.

REFERÊNCIAS

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro — FOIRN. (2023). <https://foirn.org.br/>

Fontes, F. B. (2020). Minha escrivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do Rio Negro — Amazonas/Brasil. *Cadernos de Campo* (1991), 29(1), 179–186. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i1p179-186>



Rubim, Altaci Corrêa. (2016). *O reordenamento político e cultural do povo Kokama: a reconquista da língua e do território além das fronteiras entre o Brasil e o Peru* (Tese de doutorado, Universidade de Brasília).

Vieira, Alva Rosa Lana. (2017). *Território etnoeducacional rio Negro: significações de uma política pública*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora).

DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anônima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.



A SOCIALIZAÇÃO FEMININA E A IDEALIZAÇÃO DOS RELACIONAMENTOS: GÊNESE DE FRUSTRAÇÕES, CONFLITOS E VIOLÊNCIAS

FEMALE SOCIALIZATION AND THE IDEALIZATION OF RELATIONSHIPS: GENESIS OF FRUSTRATIONS, CONFLICTS, AND VIOLENCE

[10.29073/naus.v6i1.831](https://doi.org/10.29073/naus.v6i1.831)

RECEÇÃO: 29 de novembro de 2023.

APROVAÇÃO: 4 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 28 de dezembro de 2023.

AUTOR/A 1: Maria Soares , Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, arosasoares@yahoo.com.br.

AUTOR/A 2: Patrícia Merlo , Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, patricia.merlo@gmail.com.

RESUMO

As violências contra mulheres decorrem da cultura patriarcal e envolvem a sociedade e as relações familiares e de intimidade. Com base em pesquisas bibliográficas, o artigo pretende discutir a construção histórica da subordinação feminina e a permanência de uma cultura que, mesmo estando no século XXI e, contando com os avanços conquistados pelos movimentos feministas a partir do século XIX, as mulheres são induzidas ao silenciamento e ao conformismo com seus papéis secundários, em todas as esferas sociais de maior reconhecimento. Verifica-se, através de revisão historiográfica brasileira e nas práticas “invisíveis” que a dominação masculina ocorre como naturalizada e pautada na divisão sexual de trabalhos e cuidados.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; Dominação; História; Mulheres.

ABSTRACT

Violence against women arises from patriarchal culture and involves society and family and intimate relationships. Based on bibliographical research, the article intends to discuss the historical construction of female subordination and the permanence of a culture that, even though it is in the 21st century and, counting on the advances achieved by feminist movements from the 19th century onwards, women are induced to silence and conformity with their secondary roles, in all social spheres of greater recognition. It is verified, through a Brazilian historiographical review and in “invisible” practices, that male domination occurs as naturalized and based on the sexual division of work and care.

KEYWORDS: Brazil; Domination; History; Women.

“Os meninos tornam-se crianças e as meninas mulherzinhas”.

(Simone de Beauvoir)

Conforme já discutido em inúmeros trabalhos, é cediço que as violências contra as mulheres são decorrentes da cultura patriarcal vigente na sociedade, cujas práticas legitimam a dominação masculina e subordinam as mulheres nos relacionamentos afetivos e na vida social. Essa assimetria tem seu primeiro pilar de construção na socialização primária, quando são impostas às meninas formas de comportamento “próprias” do seu gênero e lhes são cerceados os exercícios de liberdade e de livre escolha segundo seus próprios desejos. Assim, pode-se entender que a primeira forma de violência contra as mulheres acontece no processo de socialização familiar, que as induzem ao silêncio e à submissão, depois reproduzidos pelas demais instituições sociais.



Às mulheres é transmitido o ideal *glamourizado* do casamento, como um “destino” que as levará à felicidade e à realização. Nesse ideário, o objetivo fim das mulheres deve ser a busca do “par perfeito”, da “outra metade” ou do “príncipe” que as fará felizes para sempre. Ficam em segundo plano eventuais pretensões de buscar outros caminhos e de lutar por direitos quando naturalizam a dependência. As que resistem e enfrentam a dominação são sancionadas social e moralmente.

O presente texto, produzido com base em pesquisas bibliográficas, discute a construção socio-histórica da subordinação feminina e a permanência de uma cultura que, mesmo estando no século XXI e, contando com os avanços conquistados pelos movimentos feministas a partir do século XIX, as mulheres são induzidas ao silenciamento e ao conformismo com seus papéis secundários, em todas as esferas sociais de maior reconhecimento.

Os efeitos da idealização do casamento, como maior realização e fim último, e da naturalização da subordinação como um *dever ser*, explicam as desigualdades entre os sexos e a ausência das mulheres nos espaços de maior poder e prestígio na sociedade, bem como o alto índice de violências a que estão submetidas.

O casamento e a maternidade são transmitidos como “destinos” herdados da “esfera divina” e, cumprir esse destino, deve ser a meta prioritária das “moças de família”. A incerteza quanto ao sucesso desse projeto de vida é fator gerador de ansiedades, de ilusões de uma vida perfeita e de uma felicidade completa, que em larga escala não se concretiza. E, diante da não realização das expectativas, surgem as frustrações, que tendem a gerar sintomas e conflitos que remetem à prática dos mais variados tipos de violência, velados ou não.

Parte-se do pressuposto de que a superação da subordinação feminina a esses valores tradicionais requer enfrentamento, a partir de uma tomada de consciência emancipadora que permita às mulheres exercerem livremente suas escolhas.

No entanto, para se compreender o comportamento das famílias, principalmente das mães, que é a quem fica o principal encargo de preparar as filhas e os filhos para os relacionamentos futuros, se faz necessário buscar, na história, a lógica de construção do que se define o que é “moça para casar” e porque o casamento se torna um objetivo fim na vida das mulheres até os dias atuais. Essa mesma lógica constrói o que deve ser “um homem” e, consequentemente, “um marido”.

Analisando os trabalhos já produzidos, percebe-se a permanência forte de valores tradicionais na contemporaneidade, embora ressignificados, às vezes com outra roupagem, porém evidentes, porque estão enraizados no inconsciente coletivo. Esses valores, que se misturam com moral social e religiosa, estão introjetados na cultura vigente, que se mantém patriarcal e misógina, e se refletem nas condutas das famílias que é a instituição social encarregada da socialização primária, onde são incutidos os traços principais na formação da personalidade e da identidade dos indivíduos.

A SEPARAÇÃO DO MASCULINO E DO FEMININO E A LEGITIMAÇÃO DA OPRESSÃO SOBRE AS MULHERES

A construção dos papéis sociais de meninos e meninas começa quando se identifica o sexo do bebê ainda antes de nascer. Convencionou-se que o azul é masculino e o rosa é feminino. Assim, das roupas à decoração do quarto já começa a marcação do sexo, a fim de que sejam internalizados os elementos que definirão a identidade e a personalidade do ser que vai nascer, os quais deverão ser articulados com os valores vigentes na sociedade.

Para que os espaços definitórios do masculino e do feminino sejam assimilados, implementam-se normas consensadas socialmente para que a identidade corresponda ao que é aceito no meio em que se vive. A transmissão dessas normas e valores é efetuada desde a mais tenra idade e de forma coercitiva, pois a expectativa da sociedade é de que os comportamentos não se desviem do padrão estabelecido pela consciência coletiva.



Para se compreender a lógica da normatização dos comportamentos sexuais e a contundente separação entre o masculino e o feminino, necessário se faz resgatar os valores históricos que produziram a rigorosa distinção de papéis e que se traduzem na desigualdade centrada na dualidade dominado *versus* dominador; opressor *versus* oprimido. Compreender as relações de poder existentes entre o homem e a mulher remete a revisitar seus elementos formadores.

Com este objetivo, considera-se importante analisar estudos que indicam a trajetória dos sexos desde os tempos em que a desigualdade não estava instalada e os humanos se organizavam em comunidades sob outros valores. A psicanalista Regina Navarro Lins, em sua obra “A cama na varanda”, de 1997, utilizada para embasar a leitura histórica da distinção entre os sexos, aponta que, nos primórdios da formação humana, a divisão sexual do trabalho definia os papéis sociais dos indivíduos tendo como foco a busca pela sobrevivência. Era desconhecida a relação entre o ato sexual e a procriação e os homens não percebiam sua participação na geração dos filhos.

A geração de uma vida era creditada a um dom divino da mulher e esta era respeitada como “personagem central” na sociedade, sendo creditados a ela poderes que regulavam a vida e a morte e acreditando-se que sua fertilidade se relacionava à fertilidade da terra. Esses “poderes especiais” faziam-nas respeitadas e reconhecidas.

Afirma Lins (1997, p.18), que não havia submissão ou opressão de um sexo sobre outro. “A ideia de casal era desconhecida. Cada mulher pertencia igualmente a todos os homens e cada homem a todas as mulheres. O matrimônio era por grupos. Cada criança tinha vários pais e várias mães e só havia a linhagem materna”. E, assim, “a Deusa-Mãe reinou absoluta por todo o mundo”.

Com a sociedade se tornando sedentária, substituindo a caça pela agricultura e sendo introduzida na economia a domesticação dos animais, a convivência dos homens com estes os fez perceber que a procriação dependia do macho e que um macho poderia engravidar muitas fêmeas e “a partir daí há uma ruptura na história da humanidade”. Aduz a autora citada que,

Transformam-se as relações entre homem e mulher [...]. O homem, enfim, descobriu seu papel imprescindível num terreno onde sua potência havia sido negada. A reação masculina eclodiu com a força e a ira de quem fora durante muito tempo enganado. O homem foi desenvolvendo um comportamento autoritário e arrogante. Daquele parceiro igualitário de tanto tempo, a mulher assistiu ao surgimento do déspota opressor. A superioridade física agora encontra espaço para se estender à superioridade ideológica. (Lins, 1997, p. 22)

O sexo feminino perdeu seu poder e a deusa dá lugar ao “herói-guerreiro”, que busca recuperar seu prestígio de caçador, dando início ao “culto fálico” que consolida a supremacia masculina. Com a “descoberta da paternidade” a mulher perde a liberdade sexual, uma vez que o homem precisa de garantia de que ele é o pai e, para isso, se instaura o controle da sexualidade feminina. Segundo Lins (1997, p. 26), “para garantir a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, ela passa a ser propriedade do homem. Puni-la ou matá-la é considerado simplesmente o exercício de um direito”.

A autora Regina Lins (1997), faz uma releitura interessante da construção dos mitos do cristianismo, que se traduziu em outra lógica, mas manteve e reforçou a dominação masculina. Nesse contexto, torna-se necessário pensar as primeiras mulheres citadas no mito judaico-cristão. Lilith, a primeira mulher de Adão, segundo registros não bíblicos, pois sua existência é omitida na Bíblia, reivindicou igualdade de direitos não aceitando a imposição de que “o desejo da mulher é para seu marido”. Lins (1997) afirma que ela representa “o primeiro conflito sexual da história” quando questiona por que ela deve ficar embaixo do corpo do homem durante o ato sexual, se foram feitos igualmente do mesmo material. Não chegando a um acordo, Deus a transformou em uma serpente e ela torna-se o “símbolo do pecado e da transgressão”.



Para que Adão não vivesse só foi criada Eva, a partir de uma costela do próprio, o que já designa uma desigualdade porque essa mulher não é um ser inteiro como Lilith, mas uma concessão de parte do corpo do homem. Eva não reivindica igualdade, mas desobedece a proibição de acesso à sabedoria ao ceder aos apelos da serpente para provar do fruto proibido e a induzir Adão a também fazê-lo.

Ambas transgrediram as normas do Criador assumindo os riscos da perda do paraíso. Não foram perdoadas e seus castigos foram destinados a todas as mulheres. Pela desobediência de Eva, Deus determinou que a mulher só poderia exercer sua sexualidade para a função materna e que geraria seus filhos com dor, além de vaticinar a subordinação feminina ao definir que “*teu desejo será para o teu marido e ele te governará*”. (Gen. 3:16)

Ao agirem como protagonistas, essas mulheres desafiaram o poder de Deus e a ordem estabelecida e receberam o castigo por essa transgressão que se estendeu para todas as mulheres de todos os tempos. Esses mitos sobre a criação da humanidade, repetidos exaustivamente pelas religiões, exceto o que se refere a Lilith, que a Bíblia não contempla, mas que é interessante por apontar que a mulher sempre resistiu à dominação, explicam a divisão do poder e dos papéis sexuais, gerando uma cisão que se perpetua ao longo dos séculos. Culpa e sofrimento devem acompanhar as mulheres por toda a sua existência e em todas as eras.

Esses mitos ainda permanecem modelando a existência dos cristãos, condenando o sexo ao pecado e culpabilizando as mulheres pelos sofrimentos da humanidade. Lins (1997) cita Tertuliano, um dos fundadores da igreja cristã, que reproduz a acusação contra as mulheres e vitimiza o homem pelo comportamento destas afirmando,

E você não sabe o que é uma Eva? A sentença de Deus sobre esse seu sexo subsiste até essa era; a culpa também deve subsistir. Você é o caminho de entrada do diabo... o primeiro desertor da lei divina; você foi quem persuadiu aquele a quem o diabo não foi suficientemente valente para atacar. Você destruiu com tanta facilidade a imagem de Deus, o homem. Por causa de seu demérito, ou seja, a morte, até mesmo o Filho de Deus teve de morrer. (Lins, 1997, p. 42)

Mesmo com a introdução do culto à Virgem Maria, que apresenta a mulher sob outra perspectiva, bondosa e fiel, o reconhecimento da mulher como sujeito não ocorreu. A cultura vigente à época, fundada nos valores do Pai, não permitiu que Maria fosse glorificada como uma mulher forte, pelo contrário, as qualidades valorizadas foram da mãe sofredora e passiva reforçando o símbolo da submissão feminina. Afirma Regina Lins (1997, p.51) que “*apesar de Maria passar a ser o maior símbolo de bondade e altruísmo, as mulheres continuaram a ser reprimidas, humilhadas e violentadas. A lenda de Eva, ainda por muito tempo, ia ocultar a exemplar Maria*”.

Os mitos e lendas ao longo da História, a institucionalização da propriedade privada, a força da religião e as consequentes mudanças culturais, produziram uma organização social em que o pai é soberano e, assim, se institucionalizou o patriarcado. Por patriarcado se entende a supremacia masculina fundada na figura do pai, a linhagem de parentesco descendendo deste e as mulheres mantidas inferiorizadas e subordinadas.

O patriarcado estabelece uma cisão na sociedade entre o público e o privado, influenciando a estrutura social e as formas de agir de todas as demais instituições. Os valores culturais se fundam nos pilares “dominador/dominado; superior/inferior”; o espaço público é masculino e o privado é feminino.

A cisão e a delimitação do público e privado, construídos e potencializados pelas histórias e mitos, no que tange aos papéis sociais da mulher e do homem, vão se cristalizando, se tornando verdades absolutas inquestionáveis e santificadas. Tece-se, assim, a naturalidade da aceitação cultural do lugar da mulher e do homem na sociedade, legitimando a relação de hierarquia do poder entre os gêneros. (Silva, 2012, s.p.)

Para se consolidar e se perpetuar, o patriarcado precisa exercer seu poder de forma que toda a sociedade, mas especialmente as mulheres, acreditem que essa estrutura é legítima e que a ela devem se submeter sem resistência,



em um tipo de “servidão voluntária”, no sentido definido por La Boétie. Para isso os homens instituem um “poder simbólico” (Bourdieu, 2009) construindo uma realidade em que a força é imperceptível e, assim, as mulheres não reconhecem a dominação, naturalizando e legitimando a submissão sem impor resistência explícita e organizada.

Firma-se desse modo, um tipo de “obediência consentida” estimulada pela cultura patriarcal que valoriza a mulher restrita ao lar, com poucos espaços de sociabilidade e competindo entre si, ao passo que os homens se unem e tendem a ser solidários uns aos outros. Nesse contexto, as trocas entre as mulheres são dificultadas e a organização política inviabilizada, o que mantém a “estrutura estruturada” no sentido em que afirma Bourdieu (2009).

Sem desvendar a produção simbólica dessa estrutura, que permanece e sobrevive a tantas transformações sociais, não se consegue superar esse poder invisível que gera o consentimento dos dominados e, sendo despercebido, confunde-se a dominação como forma de amor e proteção. Legitima-se e luta-se pela sua permanência.

O patriarcado é um sistema autoritário tão bem-sucedido que se sustenta porque as pessoas subordinadas ajudam a estimular a subordinação. Ideias novas são geralmente desqualificadas e tentativas de modificação dos costumes são rejeitados explicitamente, inclusive pelas próprias mulheres, que, mesmo oprimidas, clamam pela manutenção de valores conservadores. [...] A mente humana foi remodelada em um novo tipo de mente, e a cultura dominada pelo homem, autoritária e violenta, acabou sendo vista como normal e adequada, como se fosse característica de todos os sistemas humanos. A lembrança de que por milhares de anos houve organizações sociais diferentes foi suprimida. (Lins, 1997, p. 34–35)

Para se legitimar, o patriarcado teve o apoio da religião e da ciência inscrevendo os sexos na dualidade mulher/natureza e homem/cultura. A cultura ainda vigente define os homens por suas qualidades viris, como coragem, força, vigor sexual; as mulheres são percebidas como o ser capaz de conceber outros seres humanos, dotadas de qualidades como carinho, compreensão, intuição, fragilidade, dependência, futilidade, ou seja, qualidades e sentimentos que foram convencionados como femininos.

Nessa dualidade se estabelecem relações de poder em condições assimétricas que condicionam as visões de mundo de gerações dificultando o debate sobre os direitos das mulheres e fragmentando a luta política dos movimentos organizados, pois as “mulheres honestas” tendem a não compreender as ações das que pretendem enfrentar a dominação.

A lógica patriarcal se apoia no controle da sexualidade feminina e na divisão sexual das atividades, o que mantém a mulher restrita ao espaço doméstico. Com a propriedade privada, a fidelidade feminina torna-se essencial para garantir a legitimidade dos herdeiros e torna-se “uma obsessão” para os homens que submetem suas mulheres a severa vigilância fazendo com que elas “*não existam por si próprias, mas que sejam definidas pelo seu relacionamento com o homem*” (LINS, 1997, p. 33). Para essa garantia, anula-se o desejo feminino normatizando o sexo das esposas. Os homens, no entanto, são livres para reafirmar suas qualidades viris.

A VIRGINDADE LEGITIMADA PELA RELIGIÃO E PELA CIÊNCIA

Conforme afirma a historiadora Yvonne Knibiehler, em sua obra “*História da virgindade*” (2016), o controle sexual da mulher eleva a virgindade à condição de “virtude moral” e as meninas são educadas para preservá-la a qualquer custo. Para não correrem o risco de serem “defloradas”, a família, a religião e a medicina produzem discursos que introjetam nas mentes das moças a responsabilidade por sua preservação. Assim, a moça deve entender a sua virgindade como um distintivo que a situa no mundo, como “elevação moral e afirmação identitária”.

A modéstia é uma virtude cardinal para uma moça bem-criada, que deve ser apresentada ao mundo, mas manter-se apagada ou, ao menos, reservada. Ela não fala a não ser que lhe dirijam a palavra. Não lhe é proibido se instruir ou mesmo se tornar culta, desde que não se vanglorie. Ela não deve questionar a



preponderância masculina, mas pode se tornar capaz de dar opiniões fundamentadas. Assim se tornará uma verdadeira companheira para seu futuro marido. (Knibiehler, 2016, p. 135–136)

A ideologia religiosa vigente à época difunde a virgindade como um valor supremo que remete à representação da Virgem Maria. A “donzela” inspira mistérios pela sua pureza, pois representa esperança de vida. Ter o hímen preservado significa “elevação moral e a salvação de todo o gênero humano”, sendo sacralizada a virgindade. Santo Agostinho afirma que “a virgindade não reside na integridade do corpo, mas na intenção da alma” (*ibid*, p. 99).

Há a virgindade laica das moças para casar e a virgindade consagrada daquelas que viverão reclusas nos conventos e ambas são cerceadas de qualquer liberdade que possa estimular o desejo sexual. Daí “domesticá-las” para se guardarem para a mágica noite de núpcias, no caso das virgens laicas, e para serem “esposas de Cristo” para as religiosas. As “donzelas” têm um *status* especial na sociedade, se tornam praticamente uma personagem em torno da qual são liberadas fantasias e fetiches.

A educação familiar e religiosa se dedica a desenvolver “freios” nos desejos femininos a fim de “rechaçar suas pulsões”. Deve-se ensinar que cabe às moças preservarem sua virgindade e para isso devem ter pudor diante dos impulsos sexuais. O pudor remete a um “comportamento reservado, prudente e digno, representando uma virtude moral e um código de boa conduta a partir da interiorização das proibições” (*ibid* p. 135).

O casamento é a legitimação para o exercício do ato sexual para as mulheres e perder a virgindade fora do matrimônio, significa a marginalização da mulher que, não raro, só lhe restará a prostituição diante do abandono a que será submetida. Todos os homens desejam ser os primeiros na vida de uma donzela, pois reforça sua virilidade e seu poder de “sexo forte”. Assim, a jovem deve internalizar o valor da virgindade e assumir a responsabilidade por mantê-la, pois só assim será considerada digna e merecedora de um pretendente para casar-se.

Em caso de violação sem consentimento, a jovem é culpabilizada, pois os juízes entendem que bastaria que ela reagisse para que o ato não acontecesse. Os violadores não são responsabilizados, pois se entende que “as filhas de Eva são tentadoras e que possuem um desejo sexual insaciável”. A dominação masculina não é questionada, pois a hierarquia entre os sexos é entendida como “natural” (Cf. Knibiehler, 2016).

A ciência médica, no século XVIII, gera a dessacralização a virgindade e o médico da família concorre com o padre como conselheiro e confidente junto à população, como efeito dos rumos laicos que a sociedade moderna deseja tomar. Nesse processo, a medicina naturaliza e desmistifica o pudor e há toda uma discussão sobre a existência ou não do hímen e sua importância, sua fragilidade, seu significado. A Anatomia vai constatar que esta membrana é o que garante a virgindade feminina, uma espécie de “selo” tornando-se, então, objeto de várias interpretações e usos ideológicos (Cf. Knibiehler, 2016).

Há sociedades que defendem a liberdade sexual das mulheres e optam por ignorar o hímen, o que não é o caso das sociedades ocidentais, que vão buscar a criação de mecanismos de proteção à virgindade das meninas e, por conseguinte, da preservação do hímen como um valor moral. Nesse processo de naturalização do sexo, a ciência médica entende que a mulher também deseja exercê-lo, mas resistir ao desejo é necessário para “dar ao homem a impressão estimulante da luta, da conquista que confirma a superioridade do sexo forte” (*ibid* p. 148).

Ainda de acordo com a autora citada, a medicina e seu discurso pretensamente neutro, considera a mulher “um instrumento dado ao homem para assegurar sua descendência” e a primeira menstruação é o sinal de que a menina já está pronta para a procriação. A perda regular de sangue é percebida como expurgação de impurezas, uma vez que as “filhas de Eva são repugnantes e perigosas”. Mas, os tratados médicos entendem também que o sangue perdido na menstruação enfraquece a donzela e desperta nela o desejo do sexo que não pode demorar muito para não desenvolver a “histeria”.



A masturbação, proibida na Idade Média e, posteriormente, tolerada como forma de amenizar os desejos das moças para se guardarem para as núpcias, passa a ser ressignificada para que o primeiro homem não se sinta desprestigiado com a mulher que se permite prazeres independente dele. Propaga-se, então, a ideia de que a masturbação é sintoma de doenças como histeria, ninfomania e que seus efeitos podem gerar “fúria” e até a “morte”, segundo a historiadora.

As “doentes” devem ser internadas para curar a histeria e o clitóris pode ser removido para curar a ninfomania e, na negação do direito ao prazer sexual das mulheres, a medicina convoca as mães “conscienciosas” para atuar no sentido de cercear os desejos evitando a masturbação que os desperta, pois *“as moças são a porção mais doentia e delicada do gênero humano e a fraqueza do sexo se mostra particularmente ameaçadora durante a puberdade”* (ibid, p. 151).

[...] os “médicos de família” são convidados a prescrever práticas de saúde capazes de preservar o pudor e a virtude. A alimentação deve proibir carnes condimentadas e suculentas, que podem provocar excitações imprevistas. A caça e o peixe em período de desova têm temíveis propriedades afrodisíacas. Devem ser evitados também “esses ragus apimentados, essas tortas recheadas de trufas e condimentos, esses preparados abomináveis em que dominam a pimenta, o gengibre, a noz-moscada e a canela”. O café e o chá, posto que despertam, são denunciados como estimulantes dos órgãos genitais [...] o vinho só é admitido em quantidades muito pequenas [...] A refeição da noite deve ser composta exclusivamente de pão e leite, sendo que este age como sedativo. (Knibiehler, 2016, p. 152)

Assim, no período revolucionário, a medicina invade a vida privada, se aliando às ciências jurídicas. *“A medicina legal progride, o direito privado sente seus efeitos. O destino das moças também”* (ibid, p. 153).

A Revolução Francesa desmistifica a ideia da mulher como frágil e incapaz de agir no espaço público, cuja função “natural” é o exercício da maternidade e, por ser passiva, deve ficar restrita às atividades domésticas. Embora as expectativas das mulheres que participaram ativamente na revolução tenham sido frustradas, pois foram excluídas da condição de cidadãs, a forte participação feminina foi importante na efetivação dos propósitos dos revolucionários. É um acontecimento significativo, que vai dar motivação para os movimentos feministas organizados, no século XIX.

O Código Civil Napoleônico, inspirado no Direito Romano, visa construir um código de leis unificado para a França e vai servir de base para ordenamentos jurídicos de outras nações posteriormente. Este código, no que se refere à família, retoma os valores da cultura patriarcal tradicional, em que as moças devem ser incentivadas a se casarem cedo, a partir dos quinze anos e devem ser afastadas dos estudos acadêmicos em favor de valores religiosos e morais, a fim de se tornarem dóceis e ficarem longe das tentações e das possibilidades de desvio do bom comportamento.

Esse ordenamento define que a menina com mais de quinze anos que for seduzida, será a única culpada porque o código implementa normas a partir do entendimento de que, nessa idade, é ela quem seduz e torna-se, assim, responsável pela sua honra. Se engravidar em decorrência do abuso terá um filho “bastardo” e será “mãe solteira” o que a estigmatizará para sempre. Este estigma prevaleceu até muito recentemente no Brasil e ainda não está totalmente extinto.

O código isenta de culpa os agressores em geral e, do dever de sucessão, os filhos das famílias abastadas que abusarem de suas empregadas, bem como os chefes que abusarem das mulheres trabalhadoras. Designa o homem como senhor absoluto da casa e como chefe da família.

O Código Napoleônico tornou a autoridade do homem sobre suas famílias mais forte e privou a mulher de direitos individuais, reduzindo, igualmente, os direitos de filhos ilegítimos. A todos os cidadãos masculinos



foi garantida a igualdade perante a lei. [...] [...] o casamento somente adquiria legitimidade em frente a um juiz de paz. Napoleão, seguindo a doutrina liberal, pôs fim ao conceito religioso do enlace sagrado substituindo-o pelo contrato de casamento. [...] A lei do Estado substituiu, por assim dizer, a lei de Deus. Nas questões familiares, [...] o pai era tudo — o pai patrão. Além de tutelar a mulher e a filha, até encarcerar um filho por seis meses era permitido. E se este manifestasse o desejo de se casar, tinha que ter a licença paterna. (Altman, 2010, s.p.)

No decorrer de toda a história da família no ocidente, as mudanças socioculturais não alteraram a condição de subordinação da mulher e mantiveram o poder do homem sobre a esposa e os filhos. O pai seria responsável pela família perante Deus e, posteriormente, perante o Estado. A manutenção do amplo poder paterno tem a finalidade de manter a ordem social, considerando que a família é a representação de sua célula base.

Em sociedades hierarquizadas a obediência é um valor fundamental o que justifica a preservação do poder do pai sobre toda a família, com direito a correção e castigo e com o medo prevalecendo acima do amor que não é um elemento significativo na constituição da família até então.

SOCIEDADE DE MERCADO: RECONFIGURAÇÃO DA FAMÍLIA E DOS PAPÉIS DE GÊNERO

As mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas ocorridas a partir do Renascimento e consolidadas no século XVIII com a Revolução Industrial, que encerrou o feudalismo e instituiu o capitalismo como o novo sistema econômico, e a Revolução Francesa que encerrou o absolutismo e institucionalizou o Estado Moderno, altera-se toda a estrutura da sociedade ocidental, incluindo a família que terá nova função e significado.

A sociedade se urbaniza, as cidades crescem, os agricultores se tornam operários, a família deixa de ser uma unidade de produção para se tornar uma unidade de consumo na sociedade de mercado. A produção econômica se distancia da casa e passa para as indústrias. A família extensa não é funcional nessa nova estrutura e se institui a família nuclear que se resume no marido, mulher e filhos. Nesse modelo de família vigora outra ideologia: o amor materno e o amor romântico.

Embora haja a crença de que o amor materno é inato, a filósofa francesa Elisabeth Badinter, em sua obra *Um amor conquistado — o mito do amor materno* (1980), afirma que é um amor construído, como toda forma de amor. Segundo ela, os valores da sociedade interferem nos desejos humanos, logo, desejos e escolhas são condicionados pelo meio em que se está inserido e não parte de uma “essência” humana.

Aduz Regina Lins, (1997) que, até o século XVIII a criança era percebida como um empecilho para os pais e a prática recorrente era entregá-la, ao nascer, a uma ama de leite que a criava por tempo indeterminado e os pais a visitavam esporadicamente, ou em muitos casos, nem visitavam. As crianças mais frágeis morriam, as que sobreviviam eram devolvidas em torno dos quatro ou cinco anos ou mais.

Amamentar não era uma tarefa nobre nem prazerosa e, cada mãe por seu motivo, abria mão da convivência com suas crianças. A morte dos filhos não tinha a representação que tem atualmente, pois “não havia o sentimento de infância” e a morte das crianças, cuja taxa era alta, era vista como banal, quase indiferente.

Com a industrialização, o pai provedor sai para trabalhar e as mulheres-mães, nesse novo arranjo familiar, devem permanecer em casa, agora definida como lar, no cuidado com os filhos e com as atividades domésticas. A construção da mãe, tal como se conhece hoje, se dá em razão da criança passar a ter utilidade nessa nova estrutura social, como futura força de trabalho nas indústrias e como servidores nas forças armadas.

A criança adquire um novo valor por representar, potencialmente, uma riqueza econômica e garantir o poderio militar. As perdas humanas são vistas agora como um prejuízo para o Estado. [...] A mulher é



promovida enquanto mãe, na mesma medida em que declina o poder do pai. Anteriormente, se insistia na autoridade do pai, pois o que mais importava era formar súditos dóceis para Sua Majestade. Nesse final do século XVIII, quando o rei já tinha sido executado e as fábricas proliferavam, era necessário produzir seres humanos para trabalhar e enriquecer o Estado. A mortalidade infantil deve ser impedida a qualquer preço. A providência imediata é salvar as crianças, futura mão de obra. (Lins, 1997, p. 102–103)

De acordo a autora citada, que não foi fácil e nem simples conseguir a adesão das mulheres a esse novo papel de mãe amorosa e dedicada. Segundo ela, foram necessários muitos argumentos e muitas publicações e sermões para convencer as mulheres sobre a importância da maternidade. Elogios às mulheres que amamentam, lisonjeio à sua beleza, promessas de um casamento mais feliz e um marido mais fiel, ameaças e intimidações de que poderiam adquirir doenças incuráveis e que estavam pecando contra Deus foram recursos utilizados a fim de propagar e convencer as mulheres a repensarem o valor do seu papel como mãe. Rousseau contribuiu com publicações incentivadoras, como em sua obra *Émile*,

Do cuidado das mulheres depende a primeira educação dos homens; das mulheres dependem ainda os seus costumes. [...] Assim, educar os homens quando são jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consolá-los [...] eis os deveres das mulheres em todos os tempos. (Rousseau apud Lins, 1997, p. 103)

Muito tempo foi necessário para que as mulheres assimilassem o papel de mãe zelosa e responsável pelos filhos do nascimento até que se tornassem independentes. A boa mãe se anula como mulher e se dedica em tempo integral ao cuidado das crianças, se sentindo responsável por tudo o que lhes acontece. Não frequenta mais as atividades sociais e não reclama por isso, pois a mãe é sagrada, a imagem e semelhança da Virgem Maria, afinal “ser mãe é padecer no paraíso”, de acordo com um ditado popular ainda vigente.

A família, agora é voltada para dentro, se fecha para o mundo externo, no espaço sagrado do lar em que a privacidade da família deve ser prioridade. O pai também se insere nesse contexto, mas a administração da casa cabe à mãe e sua virtude é medida pelo seu desempenho nos cuidados com os membros da família. Agora esse papel é gratificante, dá um novo significado na vida, tem outra representação na sociedade. A principal característica dessa nova mãe é a culpa, pois o sucesso do casamento e o futuro dos filhos dependem da sua impecável dedicação. Se algo sair fora dos padrões socialmente definidos terá sido porque faltou-lhe competência no exercício de suas funções fundamentais.

De acordo com o estudo de Merlo; Oliveira (2017, p.58), “[...] a valorização da família como pedra angular da sociedade burguesa diferencia os papéis com maior precisão sexual, estabelecendo uma oposição entre homens políticos e mulheres domésticas”. E, no espaço doméstico, cabe à mulher-mãe a manutenção da ordem.

O amor romântico também é uma construção da sociedade industrial, pós-Revolução Francesa, como resultado da funcionalidade da família nuclear na sociedade capitalista, urbana e individualista que se instaura. Não havendo mais a família extensa, em que o casal era subsumido nesse arranjo coletivo, viver a dois “até que a morte os separe” requer algo mais do que os interesses que regiam os casamentos na época feudal. Agora, o casamento deve acontecer se os noivos tiverem afinidade, identificação, paixão, ou seja, um amor para sempre. Afinal, a família agora deve ter o perfil da Sagrada Família.

Lins (1997, p. 78) aponta que “o amor romântico é construído em torno da projeção e da idealização sobre a imagem em vez da realidade. A pessoa amada não é percebida com clareza, mas através de uma névoa que distorce o real”.

Assim como a ideologia da maternidade sagrada, também se desenvolveu a ideologia do amor romântico, por meio de várias publicações e veículos: novelas e fotonovelas, romances, filmes, relatos de romances arrebatadores, difusão de ritos e rituais que envolvem relacionamentos de príncipes e princesas. E dessa forma naturaliza-se essa forma de



relacionamento, sem que se perceba que é uma criação recente, por ser o modelo que mais se adequa aos tempos revolucionários.

A magia do amor romântico faz com que o ser apaixonado não perceba defeitos, divergências, manias, comportamentos e costumes que desagradam ou não combinam com o/a parceiro/a. Não leva em conta barreiras sociais, pois, diante da paixão, o mundo adquire novo significado e a vida toma outra dimensão, além da racionalidade. No jogo do amor idealizado, busca-se na outra pessoa o que falta em si mesmo e, no auge da paixão tem-se a ilusão de que todos os vazios foram preenchidos. Vive-se, nesse contexto, a sensação de que tudo será eterno, sem conflitos, sem discordâncias, sem decepções e que não haverá rotina entediante na convivência cotidiana.

As características do amor romântico são inconfundíveis. O êxtase e a agonia que nos causam tornam a vida emocionante, nos dando essa sensação de transcendência. Para se manter nesse estado de plenitude, homens e mulheres exigem coisas impossíveis de seus relacionamentos: nós realmente acreditamos inconscientemente que o outro tem a obrigação de nos manter sempre felizes, de tornar nossa vida significativa, vibrante, plena de encanto. [...] A pessoa apaixonada não é uma pessoa livre. Ao contrário, procura ser possuída, enlevada, ficar fora de si, enlouquecida pela nostalgia, que é ignorada pela própria ilusão de liberdade. (Lins, 1997, p. 80–81)

Na realidade, tanto a ideologia da maternidade sagrada, cujo papel a mulher assume com culpa e sem reclamar, mesmo que o encargo do cuidado com os filhos recaia todo sobre ela, quanto a ideologia do amor romântico, que a prende em uma relação, são criações da sociedade ocidental moderna, centrada no mercado e no capital. Estes novos elementos, necessitam da sociedade organizada com base nesses valores para se manter harmônica e ordenada, uma vez que são fatores que fragilizam os laços sociais e o senso de coletividade.

A família nuclear é necessária nessa nova organização social, pois a produção industrial necessita de consumidores e, quanto maior o número de famílias, mais necessidade dos bens de consumo produzidos. A família extensa, além de ser difícil de se adaptar a uma sociedade urbana, reduziria o potencial de consumo, tornando-se, assim, disfuncional, nesse novo modo de produção.

O amor romântico é então introduzido no inconsciente coletivo para que a família, tida como a “célula *mater* da sociedade”, se mantenha estruturada, a fim de não desestabilizar a coesão social e se consolidar como unidade de consumo. A separação deixa a mulher extremamente vulnerável e, sendo o casamento um sacramento indissolúvel, faz com que a união matrimonial seja mantida, mesmo se houver desencanto ou decepção com a relação.

Ao homem cabe as decisões e as iniciativas de pedir a mulher em namoro, pedir em noivado, marcar o casamento e pedir a separação se assim o desejar. O marido também tem a liberdade de buscar, fora do casamento, escapes para suas frustrações. À mulher não é concedido o mesmo poder e os mesmos direitos. Uma vez a esposa conformada com sua subordinação, a família está protegida de uma eventual dissolução, a sociedade se mantém coesa e o mercado progride.

O amor romântico não é apenas uma forma de amor, mas todo um conjunto psicológico — uma combinação de ideais, crenças, atitudes e expectativas. Essas ideias coexistem no inconsciente das pessoas e dominam seus comportamentos e reações. Inconscientemente, predetermina-se como deve ser o relacionamento com outra pessoa, o que se deve sentir e como reagir. (Lins, 1997, p. 111)

A maternidade é elevada à categoria de sagrada e justifica qualquer renúncia para o seu bom desempenho, pois o que acontece de negativo na trajetória da vida dos filhos, as falhas serão debitadas à mãe. Nessa reconfiguração, as mulheres assimilam esse papel como inato e concernente ao instinto feminino e, assim, o tomam como seu destino



natural. Tendem a anular-se como mulher e negar seus desejos de emancipação em prol do sucesso da mãe, uma vez que serão avaliadas pela sociedade, segundo seu desempenho nesse papel. Daí a importância da introjeção da culpa no inconsciente feminino. Ser avaliada como mãe negligente, dona de casa “relaxada” e esposa descuidada significa o fracasso da condição de mulher. A autora Regina Lins (1997), aponta que,

A maior expectativa que ainda hoje se tem em relação à mulher é que seja mãe. Por ser capaz de ter filhos, supõe-se que, naturalmente, deseja tê-los. Olha-se com piedade para as mulheres que não os têm e com desprezo e crítica para as que não querem tê-los, considerando-as até portadoras de um grave problema mental. A pressão ideológica é tanta que muitas mulheres se convencem que desejam ter filhos sem que esse desejo realmente exista. Nesse caso, a maternidade é vivida com muita frustração e culpa. (Lins, 1997, p. 107).

O trabalho de inculcação do amor materno na mente feminina atingiu seu pleno objetivo, uma vez que as mães passaram a viver em função dos filhos de forma idealizada, como sendo o ápice da sua realização. Esse resultado mostra o poder das ideologias, pois fazem com que os indivíduos acreditem que sejam verdades absolutas e, assim, não as questionem. Sequer percebem que são construções sociais e que defendem interesses específicos e não explícitos. As mulheres que não desejam ser mães são consideradas “anormais” ou portadoras de traumas ou problemas psicológicos. A elas são dispensadas piedade, afinal, para a cultura vigente, não são mulheres realizadas como femininas.

A não percepção da construção externa, ou seja, que são valores culturais e não naturais, faz com que mulheres desqualifiquem outras mulheres que, porventura, optem por exercer sua autonomia e não sigam os valores e crenças impostos pela sociedade. Estas são percebidas como desviantes e são identificadas por diversos estereótipos. Não são as “moças para casar” por não corresponderem ao perfil das “mulheres ideais”. A desunião feminina acontece na proporção da solidariedade masculina e é útil para a manutenção do *status quo*, afinal, as próprias mulheres se controlam.

Para que os indivíduos internalizem os papéis sociais masculinos e femininos, o processo de socialização, cujos principais agentes são a família — a quem cabe a socialização primária —, a religião, a escola, o Estado, a economia, os meios de comunicação, etc., se encarrega de delimitar os espaços e configurar os papéis para marcação da identidade de gênero.

A configuração dos papéis sociais de cada sexo é difundida desde o nascimento da criança, quando os instrumentos de socialização são aplicados para configuração da identidade e da personalidade que determinam o lugar social da pessoa. Começa com a separação das cores, rosa para menina e azul para menino, seguido dos brinquedos e das histórias infantis com suas mensagens implícitas.

Tomando como referência o trabalho da pesquisadora Jacqueline Pitanguy de Romani (1982), que discute as conformações dos papéis de gênero na sociedade, analisa-se os brinquedos infantis e sua funcionalidade na divisão de papéis sexuais que reforçam a assimetria existente entre os sexos e a ideologia de “essência” e “natureza” da condição de homens e mulheres.

Para internalização de seus papéis, as meninas recebem como brinquedos, objetos que representam o espaço privado, valorizando, implicitamente a maternidade e as atividades domésticas. Ganham bonecas que representam bebês, panelinhas, fogõezinhos, instrumentos de cozinha, etc. Quando maiores, ganham bonecas que representam adolescentes ou mulheres jovens, porém sempre representam a mulher na praia, a mulher no salão de beleza, a mulher no shopping e raramente representam uma mulher presidente de uma empresa, gestora de negócios, etc.



Os meninos são socializados para o espaço público desde sempre, quando recebem carros, bolas, bonecos de luta, jogos de ação, espadas, etc., em geral, possuem cores e movimento e são utilizados no espaço externo. Têm sempre características de disputa e demandam decisões e estratégias, desenvolvendo habilidades de gestão e sujeitos proativos.

Sobre brinquedos e marcação de papéis sociais, Pinsky (2014) cita o conselho médico publicado no *Jornal das Moças*, de 1953, em uma sessão denominada “Falando às Mães”,

*[...] há brinquedos básicos que falam o idioma da humanidade inteira, e para estes não há probabilidade de passar da moda nem de época [...] uma menina é uma pequena mãe, e uma boneca sempre terá guarida em seus braços, por muito que a moda lhes modifique a vestimenta, as linhas e os traços. E um menino estará sempre por aquilo que reclamam sua destreza desportiva ou seu instinto de defesa, quando não de ataque. Uma pessoa que vai fazer um presente de um brinquedo deve procurar o simples, o que responda ao natural instinto da criança [...]. (Dr. Werther, “Falando às Mães”, *Jornal das Moças*, 08.06.1953, apud Pinsky, 2014, p. 50)*

As heroínas das histórias infantis também são construídas sob a égide do que se espera das boas moças. São sempre passivas, dependentes, frágeis e sem autonomia. Para que sejam salvas e possam ser felizes para sempre é necessário um príncipe viril, forte, corajoso, destemido para acordá-la do seu anestesiado sono. As mulheres de ação dessas histórias, as que tomam decisões e mudam o rumo dos acontecimentos, são as bruxas más, as madrastas — daí o estigma destas; em geral são “feias” e aterrorizantes e sempre morrem de forma violenta, como represália, no final.

Assim, masculino e feminino, masculinidade e feminilidade são conceitos que, partindo de uma caracterização biológica, definem-se sobretudo pela atribuição de papéis sociais, representações e expectativas de comportamento. Resultantes de uma retradução cultural do biológico, tais conceitos situam-se fundamentalmente no campo simbólico, definindo-se por qualidades opostas atribuídas ao homem e à mulher. [...] (Romani, 1982, p. 65)

Ao hierarquizar os papéis de gênero, as diferenças biológicas são transformadas em desigualdades sociais, que produzem a opressão do sexo considerado “forte” sobre o definido como “frágil”. A hierarquização e sua manutenção são intencionais, pois, “as filhas de Eva” precisam ter seus corpos, seus desejos, seus sonhos e seus movimentos controlados, a fim de que a hegemonia masculina se perpetue e não corra riscos de enfrentamento.

No entanto, é importante salientar que as mulheres não são e nem foram todo o tempo passivas diante da dominação. Resistência sempre houve, na tentativa de buscar autonomia e independência. Avanços foram conquistados, mesmo que graduais, e o caminhar das novas conquistas é lento, afinal romper séculos de subalternização demanda muita luta e persistência. Nessa persistência, seguem os movimentos feministas, hoje interseccionalizados, tomando o termo da professora e pesquisadora Kimberlé Williams Crenshaw (1991)¹.

A SOCIALIZAÇÃO DA MULHER PARA O CASAMENTO E A IDEALIZAÇÃO DO RELACIONAMENTO COMO CONTO DE FADAS: FRUSTRAÇÕES E CONFLITOS

A distinção dos papéis sexuais e a moldagem dos comportamentos são construídos desde a infância, primeiramente, pelas famílias que estimulam as meninas a sonharem com o casamento, como nas histórias das princesas e nos romances das novelas. Como as heroínas dos contos de fada, as meninas vão construindo relações amorosas idealizadas a partir da ideia de que “mulher feliz é mulher casada”, logo, precisa construir um perfil que agrade aos

¹ A autora define interseccionalidade como sendo “formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo”.



pretendentes e, assim, tem que ser recatada, mais contida, buscar uma profissão que tenha mais aceitação por parte de um futuro marido, ou seja, que lhe permita ser mãe, esposa e dona de casa.

Poucas priorizam a carreira profissional e a autonomia como pessoa. Mas, mesmo as que tomam essa decisão, continuam sonhando com o dia em que encontrarão sua *outra metade* e terão a tão sonhada cerimônia do grande enlace, com todos os aparatos que o mercado de casamentos oferece. A psicóloga Marciane Sossmeier, aponta os riscos de se colocar a própria felicidade nas mãos de outro,

Os mitos acerca do relacionamento ideal criam expectativas equivocadas sobre o parceiro e o dia a dia em casal, produzindo uma vasta lista de empecilhos e frustrações na vida amorosa. Insatisfeitos com a ausência dos padrões idealizados, rompemos com relações que poderiam ser fortalecidas e amadurecidas, e seguimos na busca pelo par perfeito. [...] Acreditar que há alguém que nos completa requer que nos consideremos seres parciais, incompletos e dependentes. Não encontrando quem nos preencha, ficamos presos na sensação de que algo nos falta, fadados à tristeza da incompletude. É evidente que prosperamos através do convívio com outras pessoas, mas é doloroso demais depender de alguém que não nós mesmos para nos sentirmos plenos. (Sossmeier, 2017)

Há, então, um processo de construção do futuro das meninas, por todas as instituições sociais, que as destinam ao casamento como maior realização. Todas as conquistas, sejam nos estudos, nos esportes, nas ciências, nas artes, na profissão, não serão suficientes para circunscrever as mulheres em um lugar social considerado feminino se não atenderem as expectativas que remetem à sua “essência”: o casamento e a maternidade. Pinsky, (2014, p. 49), cita nota da Revista O Cruzeiro de 03/09/1955, que afirma, “*Em geral toda mulher deseja casar-se. É raro aquela que, por temperamento, não nutre esse ideal. Desde pequena já manifesta tendências para dona de casa e, quando mocinha, passa a sonhar com o príncipe encantado [...]*”.

Nestes papéis é que está sua real felicidade, tudo o mais é dispensável. Além da família, as religiões cristãs reforçam o casamento como sendo um caminho natural ao sexo feminino. A frase bíblica “*A mulher sábia edifica a sua casa; mas a tola a derruba com as próprias mãos*” (Provérbios 14:1), define a responsabilidade da mulher na manutenção do casamento. Se o casamento se desfaz, ela é que não teve competência para mantê-lo. Pinsky (2014), em citação da Revista Claudia, (08.1963) retrata o que se espera da esposa perfeita: “*Num casal, a função feminina é sobretudo manter a união com o marido, a união com os filhos [...]. Seu papel na estabilidade da família é, por isso mesmo, primacial e decisivo [...]*”.

A família corrobora essa crença e, salvo em casos extremos, em geral, aconselha a permanência no relacionamento e desencoraja a separação. A dificuldade da família para compreender as dificuldades da mulher que está em sofrimento, faz com que, muitas vezes, ela seja culpabilizada pela desestabilização do casamento e esse distanciamento tende a silenciar violências e angústias que podem, em última instância, chegar ao feminicídio.

A escola, por sua vez, reproduz a ideologia vigente, quando apresenta no currículo e nos livros didáticos um único tipo de arranjo familiar, a família nuclear tradicional, que é sempre caracterizada como a família feliz, logo, a ideal. Nos livros, a mãe está sempre representada no espaço doméstico, é dócil, tem medo de insetos, reforçando sua “fragilidade”. O pai trabalha e mantém o lar, é forte e corajoso. O estudo da História só apresenta os homens como inventores e vencedores e oculta as mulheres que também lutaram e promoveram mudanças.

A linguagem da escola e dos(as) educadores(as) transmitem a mensagem subliminar que as meninas são das artes e da interpretação de textos; são mais cuidadosas com os materiais e caprichosas nos trabalhos. Sinaliza que os meninos são melhores em matemática, raciocínio e lógica. As brincadeiras são distintas a cada sexo e os estímulos são diferenciados e, assim, a escola reprime a diversidade e reproduz os estereótipos de gênero existentes na sociedade.



Essa cisão entre o masculino e o feminino reflete no Estado quando determina formalmente, que “todos são iguais perante a lei”, mas, na prática, as mulheres permanecem em desvantagem. O mercado de trabalho também se beneficia desta distinção, pois, assim, justifica remunerações diferenciadas e destina as mulheres às atividades “próprias” a elas que, em geral são menos reconhecidas e menos valorizadas. As mulheres têm mais possibilidade de serem aceitas nas profissões que, simbolicamente, representam a extensão da maternidade, as que representam os cuidados com o Outro, como enfermeira, assistente social, psicóloga, professora da educação infantil, secretárias, etc.

Na medicina estão nas especialidades que presumem menos traumas como a pediatria, a dermatologia, endocrinologia, ginecologia; no Direito a maioria está no Direito Público ou no Direito Civil. Não são incentivadas à área tecnológica que a cultura patriarcal entende como eminentemente masculina. Até os dias atuais, as meninas têm poucas oportunidades nas Engenharias, na Física, em computação quando se trata de *softwares*, na área de petróleo e gás, etc.

Os cargos de gestão também são restritos para as mulheres porque demandam poder de decisão, planejamento de investimentos, coordenação de equipes e, salvo nas empresas que atuam no segmento de produtos femininos, as possibilidades são ínfimas. Os estudiosos de cultura organizacional afirmam que, para as mulheres existe um “teto de vidro” que limita sua ascensão aos espaços de maior prestígio e poder.

Na Política, as mulheres têm baixíssima representação, mesmo tendo cotas nos partidos políticos. O processo de socialização não incentiva as meninas a visualizarem os espaços de poder como sendo disponíveis também para elas. E, quando é negado o direito de sonhar, a possibilidade não se concretiza.

A imprensa dedicada aos temas femininos, a publicidade, a literatura, as novelas, os filmes, reforçam os papéis sociais da mulher idealizados pelo patriarcalismo e sinalizam a importância do casamento como inerente à natureza e, assim, segundo os valores em vigor, as meninas devem ser educadas para adotar esse ideal como objetivo de vida. A mulher deve se sentir privilegiada quando um pretendente a escolhe. Cabe a ela dizer sim quando for pedida em namoro ou casamento, afinal é um “privilegio”.

Uma mulher deve saber conservar a todo o momento o seu lugar [...]. Espere que a iniciativa venha dele. O homem gosta de conquistar e não que o conquistem e, se apesar disso, você intentar, deve fazer com que ele não perceba suas intenções diretas [...]. (Jornal das Moças, 05.05.1955, apud Pinsky, 2014, p. 78)

Estigmatizou-se a moça que não casa, como a “solteirona” que é uma forma de oprimir as meninas para que busquem o casamento, afinal, esse rótulo tem um sentido de fracasso e incompetência. Ficam submetidas a deboches e desqualificações as mais diversas e mantêm seu comportamento controlado. Tendem a ficar com a responsabilidade de cuidar dos pais na velhice por não ter a própria família.

Dos meninos só se espera que sejam heterossexuais e que tenham uma profissão que lhes permita prover sua família. No entanto, não há pressa para se casarem e o poder de definir quando isso ocorrerá está com eles. Desde que o homem mantenha sua função de provedor, suas falhas são desconsideradas. “A virilidade, a potência sexual e a capacidade de conquistar várias mulheres são aspectos frequentemente valorizados com relação aos homens [...]”. (Pinsky, 2014, p. 307. A infidelidade é considerada “fato biológico” dos homens, sendo indevido cobrar-lhes outro comportamento.

Essa construção histórica tem efeito até os dias atuais, mesmo com as conquistas significativas promovidas pelos movimentos feministas, que atuam desde o século XIX, primeiramente pela conquista do voto e da participação política. Em um segundo momento, a luta foi pela liberdade sexual, pelo direito ao trabalho e à igualdade de direitos



de cidadania. Apesar dos avanços conquistados, a cultura do casamento idealizado ainda permanece forte na sociedade ocidental.

Nesse objetivo, as meninas são mantidas sob vigilância bem mais rigorosa do que os meninos para que se tornem “mulheres para casar”. Para isso, mesmo com a liberação sexual sendo realidade e a virgindade não tendo mais o significado que teve no passado, as meninas têm seu comportamento controlado pelas famílias e demais instituições sociais. A ideia do “príncipe encantado”, movido pelo amor romântico, faz parte da socialização feminina, ainda na contemporaneidade.

Nesse ideário, desenvolveu-se no imaginário feminino a expectativa da “outra metade” que, magicamente, completaria na mulher o que lhe falta para ser feliz. O casamento seria, então, a coroação da felicidade completa, em um relacionamento em que não haveria contradições e desavenças porque o amor tudo supriria.

O sonho do par ideal, do vestido de princesa, da festa *glamourosa*, da inesquecível lua de mel, da maternidade como fim, povoa a mente e os dias das meninas que, em razão dessa esperança, tendem a investir com menos afinho na carreira profissional e em sua autonomia como sujeito. Não raro, abandonam a universidade quando se casam ou engravidam.

Regina Lins (1997, p. 85), afirma que esse processo produz um “*mapa mental amoroso que, à medida que crescemos, esse mapa inconsciente toma forma e a proto-imagem do parceiro ideal começa a emergir*”. Enquanto perdura o amor romântico, que estudiosos afirmam ter duração de dois a três anos, não entram em discussão as divergências de opinião e interesses, as desarmonias trazidas pela rotina e a sobrecarga de atividades que cabe à mulher, o sexo, que tende a perder qualidade pelas preocupações do dia a dia e a falta de tempo para o casal em razão de atividades profissionais e do cuidado com os filhos, dentre outros fatores que são comuns em relacionamentos afetivos.

Desse modo, bem antes de conhecermos nosso verdadeiro amor em uma sala de aula, em um shopping ou no escritório, já temos prontos alguns elementos básicos de nosso parceiro ideal. Depois, quando realmente encontramos quem se encaixe dentro desses parâmetros, nos apaixonamos por ele e nele projetamos nosso mapa amoroso. O objeto da paixão é em geral bem diferente de nosso ideal, mas deixamos de lado essas inconsistências para fazê-lo se encaixar em nosso modelo. Daí a famosa frase de Chaucer: “o amor é cego”. (Lins, 1997, p. 86).

Passado o período de encantamento, quando as diferenças começam a aparecer, surgem as frustrações e o desgaste da relação e na sequência, os conflitos diante das incongruências do “mapa mental” de cada um. Lins (1997) conclui que a paixão acaba não sendo por uma pessoa, mas por um ideal de companheiro(a) que foi construído ao longo do tempo. Essa paixão tem prazo de validade e dá lugar às incompatibilidades inerentes a dois seres humanos procedentes de socializações diferentes que, diante do desencanto, podem se acomodar na relação e os conflitos permanecerem latentes ou se exacerbarem e esgotar a tolerância.

O desencanto é um momento sensível à manifestação das decepções que podem gerar o fim da relação negociada, uma relação conflituosa ou ainda uma relação abusiva em que todos perdem, mas a mulher tende a ser a mais prejudicada em razão de ser mais cobrada pela importância dos seus papéis de esposa e mãe. Para os melindres desse processo assinala a pesquisadora Vanessa Cavalcanti,

[...] Um olhar portas adentro é necessário, mas deve-se cuidar, pois muitas vezes a situação de violência aparece como processo inviolável e que deve continuar invisível. Afinal, mesmo com os dados obtidos até o momento, se visualiza um perfil de vítimas que não denunciam, por vergonha, medo ou lealdade e, quando o fazem, a frequência e a intensidade da violência podem ser subtraídas do que realmente acontece na vida familiar e cotidiana. (Cavalcanti, 2006, p. 253–54)



Considerando a permanência da cultura de submissão feminina e do poder masculino, no Brasil, se a mulher exercer sua autonomia e tomar a iniciativa de pôr fim à relação, há grande possibilidade de chegar às violências de todas as naturezas, inclusive a física e podendo culminar até ao feminicídio. A maioria dos casos noticiados, de ações violentas de companheiros contra as mulheres, tem sua motivação no fato da mulher não ter se submetido à “posse do seu dono”. A representação de Eva ainda está presente.

As mulheres que, pelas mais variadas razões, não conseguem se libertar de um relacionamento insatisfatório, permanecem infelizes e frustradas podendo desenvolver diversos problemas de saúde como depressão, ansiedade, dentre outros que podem prejudicá-las no trabalho, nos estudos, nas relações pessoais, ou impactar outros projetos que, porventura, pretendam desenvolver, ampliando o desgaste e os problemas dele decorrentes. Como afirma a psicóloga Gina Strozzi, “todo amor que sobrevive em uma ‘guerra’ é amor à morte”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta inicial deste texto foi analisar a trajetória histórica que conduz a mulher à condição de subordinada, cujos efeitos ainda estão presentes na sociedade contemporânea de forma intensa, partindo do pressuposto de que, para melhor controle do sexo feminino, em todos os tempos, práticas “invisíveis” foram adaptadas ao processo de socialização para que as mulheres internalizassem a dominação masculina como natural e a ela não propusessem resistência.

Os estudos disponíveis corroboram esta percepção na medida em que as instituições sociais mais significativas na formação da identidade e da visão de mundo dos indivíduos se uniram nesse propósito e adotaram métodos eficazes de formar a mentalidade feminina, com o objetivo de manter a ordem social. Nesse sentido, difundem valores que cristalizam a crença de que, ao dominado cabe obedecer porque o dominador tem o direito de mandar. Assim se consegue a conformação dos oprimidos e dificultam sua resistência.

Para que a mulher funcione como o pilar da família e, por conseguinte, da ordem social, toda sorte de métodos e ideologias são implementados para que assimile o valor da obediência, do recato e do silêncio porque, assim, não reage diante dos dissabores que são característicos de relações hierarquizadas. Como carrega o estigma de Eva, que representa a traição, o perigo da carne, a capacidade de sedução e articulação, em todos os tempos históricos, a mulher esteve sob controle. Ainda se mantém contemporaneamente, mesmo com os avanços já conquistados.

Superar essa realidade demanda desnaturalizar a dominação masculina, ou seja, compreender que a assimetria entre os sexos é uma construção social, logo, que a resistência é possível e desejável. Para que isso aconteça a mulher precisa se conhecer, conhecer o seu corpo e as suas potencialidades como pessoa, bem como seus direitos como cidadã. Como cidadã pode se organizar politicamente e reivindicar os direitos que lhe são garantidos.

Reconhecer que a mulher não é subordinada, mas foi subalternizada pela cultura patriarcal excludente remete ao conhecimento desse processo de construção e dos mecanismos e redes de proteção que estão disponíveis. É preciso também, desnaturalizar as violências, compreendendo que não se limitam às agressões físicas, e saber identificá-las para que os conflitos não tomem proporções incontroláveis e perigosos ou que gerem uma relação doentia.

Tomando consciência de suas possibilidades, a pessoa entende que o relacionamento amoroso é importante, mas não é a única forma de felicidade, e que não há conexão mágica que possa unificar dois seres que, na essência são diferentes e que foram socializados sob valores e perspectivas diversos. A partir do momento em que se compreende que os contos de fada que foram ensinados na infância e na juventude são encantadores, mas que a realidade precisa de adequação de expectativas, passa-se a valorizar os aspectos positivos da relação e a repensar os fatores disfuncionais, a fim de que possa alcançar a satisfação de uma união saudável.



Tomar consciência de si como sujeito e buscar, além da independência, autonomia é o que vai permitir a não aceitação de relacionamentos abusivos e a busca da realização dos próprios sonhos e desejos. Afinal, como afirma Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

REFERÊNCIAS

- Altman, M. (s.d.). Hoje na História: Entra em vigor o Código Civil Napoleônico. *Opera Mundi*. <https://operamundi.uol.com.br/noticia/3317/hoje-na-historia-entra-em-vigor-o-codigo-civil-napoleonico>
- Bourdieu, P. (2009). *O poder simbólico* (12.ª ed.). (F. Tomaz, Trad.). Bertrand Brasil.
- Cavalcanti, V. R. S. (2006). Vozes femininas (ainda) silenciadas: ranços e avanços sobre a violência doméstica no Brasil (1985–2005). In G. V. da Silva, M. B. Nader, & S. P. Franco (Eds.), *História, mulher e poder* (pp. 253–273). Edufes; PPGHis.
- Cunha, T. R. A. (2007). *O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência*. Edições Uesb.
- Gomes, C. M. (2016). *Violência de gênero e a crise da masculinidade*. Revista Fórum Identidades, 21, 33–48.
- Knibiehler, Y. (2016). *História da Virgindade* (D. F. da Cruz, Trad.). Contexto.
- Lins, R. N. (1997). *A cama na varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo*. Rocco.
- Merlo, P., & Oliveira, J. M. de. (2017). A época moderna e a dicotomia entre o público e o privado [recurso eletrônico]. Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino à Distância.
- Pereira, A. R. (2016.). Viver nas fronteiras: feminismo interseccional e outros espaços de educação. *Concinnitas*, 1(28). <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/download/25927/18564>
- Pinsky, C. B. (2014). *Mulheres dos anos dourados*. Contexto.
- Romani, J. P. de. (1982). Mulher: natureza e sociedade. In M. Luz (Ed.), *O lugar da Mulher* (pp. 59–71). Edições Graal.
- Sá Rocha, E. R. de. (2016). As raízes das relações de poder sobre a mulher e a natureza no cristianismo. *Paralellus*, 7(14), 155–167.
- Silva, C. da. (s.d.). A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. http://www.unifia.edu.br/projetorevista/artigos/direito/20121/desigualdade_imposta.pdf

DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anônima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.





**PIER PAOLO PASOLINI, 100 ANOS. COORDENAÇÃO E TRADUÇÃO DE RITA
MARNOTO E ANA BEATRIZ ANDRADE (2023)**

[10.29073/naus.v6i1.857](https://doi.org/10.29073/naus.v6i1.857)

RECEÇÃO: 10 de dezembro de 2023.

APROVAÇÃO: 14 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 28 de dezembro de 2023.

AUTOR/A: Martina Matozzi , Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, martina.matozzi@fl.uc.pt.

1.

A recente publicação do livro *Pier Paolo Pasolini, 100 Anos*, com a coordenação e a tradução de Rita Marnoto e Ana Beatriz Andrade, vem contrabalançar o espaço da receção crítica da obra de Pier Paolo Pasolini em âmbito lusófono, transcendendo a aura de mito que por vezes ainda assombra a figura do artista italiano.

As duas coordenadoras e tradutoras deste volume dedicam grande parte do seu trabalho às relações entre Portugal e Itália. Ana Beatriz Andrade é bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, encontrando-se a desenvolver um projeto de investigação que reflete a receção de Dante Alighieri em Portugal no âmbito do doutoramento em Línguas Modernas: Culturas, Literaturas, Tradução da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Rita Marnoto é Professora Catedrática dessa mesma Instituição, na qual leciona Estudos Italianos, Tradução, Literatura e Artes. É coordenadora da mais recente tradução para o italiano da edição *princeps* de *Os Lusíadas*, com Roberto Gigliucci [Bompiani, 2022], Comissária das Comemorações do V Centenário do Nascimento de Luís Vaz de Camões, fazendo também parte do “Comitato Scientifico” das Comemorações que a República Italiana instituiu na ocasião dos cem anos do nascimento de Pier Paolo Pasolini. A este propósito, contribuiu com várias iniciativas de estudo e divulgação da obra do artista em Portugal, entre as quais a organização do “XIII Encontro de Italianística. PPPasolini. 100A”, que teve lugar entre 24 e 25 de novembro de 2022 na sala da Biblioteca da Secção de Estudos Italianos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

É também a partir dos estudos apresentados no colóquio antes referido que as duas coordenadoras organizaram este volume, uma edição da Secção de Estudos Italianos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra que integra a Série “Leonardo”, vencedora, em duas edições consecutivas coordenadas por Rita Marnoto, do conceituado prémio internacional Flaiano (2005). O sétimo número que agora se publica dá continuidade a um conjunto de publicações tão cativantes quanto necessárias no âmbito dos estudos de italianística em língua portuguesa, que ultrapassam, como é característica da coleção, esferas de análise restritas.

Pier Paolo Pasolini, 100 Anos abrange a complexidade contraditória de um artista que fez tudo ao mesmo tempo: ser poeta, romancista, cineasta, argumentista, crítico, ensaísta, artista visual, entre outras atividades, e que, nos seus processos criativos, foi excessivo, escandaloso, polémico, transgressivo, por vezes também conservador, nunca silenciando a sua “disperata vitalità” (p. 15) nem a sua “disperata passione di essere al mondo” (p. 42). Estes versos são muitas vezes repetidos no volume, junto com o trágico desfecho da vida de Pasolini, há 47 anos, quando se juntou à construção póstuma da imagem do artista o mistério ainda não resolvido do seu homicídio, inaugurando, porventura, uma nova fase da sua imagem como ícone, amiúde usada e abusada em apropriações políticas indevidas.



2.

Vem então a propósito o ensaio de abertura de Giulio Ferroni, professor emérito na Universidade de Roma “La Sapienza” e presidente do já referido “Comitato nazionale per le celebrazioni del centenario della nascita di Pier Paolo Pasolini”, que destaca os elos que engendram a corrente entre a figura do poeta como mito — pela “intensidade dramática” (p. 15) que a sua vida e a sua morte ainda hoje transmitem — e o efetivo conhecimento crítico da sua obra. O estudioso propõe uma reflexão sobre a importância e a transversalidade da obsessão pela realidade de Pasolini, assumida em plena indeterminação, quer nas suas criações literárias, quer cinematográficas.

Da atração pelo real passa-se pela questão do tempo, que Giovanbattista Tusa nos apresenta através do que considera o pensamento filosófico de Pasolini. A sua obra, diz-nos o ensaísta, vive de fragmentos e de instabilidade e continua a instaurar um diálogo audaz e corajoso entre passado, presente e futuro, em sintonia com as frequências da nossa contemporaneidade.

Com Maura Locantore, estudiosa da obra da figura em análise e secretária do “Comitato nazionale” voltamos a captar a materialidade da criação do artista, viajando pelos arquivos de Florença, Bolonha e Casarsa della Delizia, terra natal da mãe de Pasolini e pequena cidade da região nortenha do Friuli onde passou a sua juventude e formação. O leitor poderá acompanhar uma análise detalhada de várias folhas autógrafas e cadernos conservados no Arquivo de Casarsa, acrescentando ao seu conhecimento a relevância da primeira produção poética, de facto menos divulgada e estudada.

De Itália voltamos a Portugal através do relato do Professor Catedrático da Universidade de Coimbra António Pedro Pita, autor da recensão de uma recolha de textos de Pasolini traduzida para português em 1977, *Últimos Escritos* [Centelha] que saiu no jornal *Zoom* do mesmo ano, uma publicação do Centro de Estudos Cinematográficos da Associação Académica da Universidade de Coimbra. As memórias de Pita contribuem para iniciar a alinhar uma clara exposição acerca da receção da sua obra depois do 25 de Abril de 1974 — que também continuará em outros ensaios deste volume — e servem ao autor para delinear uma análise contemporânea de *Últimos Escritos*, em que ressalta o interesse do artista pela alteridade e a marginalidade, num mundo que mudava sob os seus olhos, fazendo deflagrar aquela cultura de massas com a qual tão criticamente dialogou.

Disparidades e assimetrias sociais constituem questões centrais pelas quais passa também a pena de Roberto Gigliucci, que explora a extrema atenção de Pasolini pelos últimos e os inocentes. Valendo-se da curta-metragem *La sequenza del fiore di carta* (1968), o professor da Universidade de Roma “La Sapienza” chama a atenção para a sua voz incansável, interrogando as adversidades que os mais desfavorecidos da sociedade encaram.

O olhar voltado para os mais desfavorecidos leva o Professor de literatura e estética Abílio Hernandez a valorizar outro aspeto que, *a pari passu* com a obsessão pela realidade, resulta crucial para uma visão de conjunto da obra de Pasolini: a sacralidade, no seu sentido poético e utópico. Esta é mais uma via através da qual é possível aceder à complexidade pasoliniana: o sagrado que também é político e que, inequivocamente, não pertence à tão criticada burguesia desse mundo em mudança em que o artista viveu e criou.

De seguida, volta a ser tema de investigação dos três últimos contributos do volume a receção da obra de Pasolini no espaço lusófono.

Rita Marnoto, além de fornecer um sólido quadro acerca das primeiras traduções das obras de Pasolini em Portugal, leva o leitor a percorrer as viagens da edição italiana de *Os Lusíadas* pertencente à biblioteca pessoal do artista, que o acompanhou nas suas numerosas mudanças, servindo esse facto o propósito para referir as escassas, mas relevantes observações que o escritor fez, ao longo do tempo, de Portugal, e sublinhando o pouco tempo que separou o 25 de abril de 1974 da sua súbita morte.



Fecha o círculo o retorno à obsessão pela realidade, analisada no primeiro ensaio de Giulio Ferroni, que ganha mais valor através do estudo comparativo proposto por Ana Beatriz Andrade, num diálogo no qual a intertextualidade dantesca se encontra engatilhada entre *La Divina Mimesis* de Pasolini e *A Divina (Multi)comédia* de Alberto Pimenta, demonstrando a riqueza das trocas luso-italianas e a exigente atualidade de estudos que requerem.

Encerram o volume as palavras de Giovanni Ricciardi, *in memoriam*, (1937–2023), professor aposentado de literatura brasileira da Universidade dos Estudos de Nápoles “L’Orientale” e ilustre mensageiro das relações entre os mundos que falam italiano e português. Além das importantes referências que contribuem para uma reconstrução da recepção da obra de Pasolini no Brasil pós ditadura militar (1985), Ricciardi recorre quer ao exercício comparativo — o escritor que, como Jorge Amado, se serve das experiências linguísticas para recriar a linguagem dos mais marginalizados —, quer aos múltiplos laços que conjugam o mito pasoliniano a uma pessoa indissociável da sua obra, demonstrando, mais uma vez, toda a expressividade de quem, escreve Ricciardi, “se pretende testemunho lúcido da sua época” (p. 132).

3.

Os ensaios contidos em *Pier Paolo Pasolini, 100 Anos* apresentam uma concatenação catalisadora, perpassando uma heterogeneidade que, ao mesmo tempo, é o marco distintivo da vasta obra em estudo neste volume. Acolhem as facetas profusas do artista irrequieto e inquieto, não descurando uma perspectiva crítica e contemporânea, nem os diálogos que ainda é e será possível estabelecer com ela.

A grande fragmentação e a densa rede conceptual que suporta todo o trabalho artístico do poeta italiano são resolvidas com coerência e rigor pelas autoras e pelos autores dos ensaios e guiadas pelas coordenadoras, que fazem remeter a quase totalidade das referências às palavras de Pasolini para os volumes da sua obra completa publicada pela editora Mondadori na sua coleção “Meridiani” entre 1998 e 2003, sob a direção de Walter Siti.

De compreensão meridiana será também a leitura dos aspetos plurais que atravessam a produção de Pasolini a que este volume fortemente contribui.

REFERÊNCIAS

Marnoto, R., & Andrade, A. B. (2023). *Pier Paolo Pasolini 100 Anos*. Secção de Estudos Italianos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. ISBN: 978-989-8511-10-2.

DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.



MULHERES — TRILOGIAS E OUTROS CONTOS, DE ROSABELA AFONSO. EDITORIAL NOVEMBRO (2023)

[10.29073/naus.v6i1.867](https://doi.org/10.29073/naus.v6i1.867)

RECEÇÃO: 16 de dezembro de 2023.

APROVAÇÃO: 16 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 28 de dezembro de 2023.

AUTOR/A: Luísa Fresta, Angola/Portugal, lulotapt@yahoo.com.br.

Rosabela é uma autora realista (como referido pela Isabel Lousada, no prefácio, o qual proporciona uma leitura fundamental, sensível, pessoal e insubstituível, olhando com profundidade para o alcance dos textos e para a sua dimensão humana e interventiva). A autora tem uma pluma leve e fluida, coerente e sintética, acessível a vários públicos, sobretudo leitores jovens e adultos, no caso da obra sobre a qual refletimos hoje: *Mulheres — Trilogias e Outros Contos*. A sua escrita é sempre direta, cortante, clara, empolgante. De alguma forma podemos dizer que estas características compõem ou são parte da sua identidade literária, cada vez mais reconhecível.

A obra inclui seis contos independentes e quatro trilogias. As narrativas tanto se desenrolam ao longo do tempo, relativamente a uma mesma personagem e ao meio envolvente – como no caso de *CLARINHA/CLARA* e *CLARA, A VELHA DOS SILÊNCIOS* — como incluem vários textos entre os quais se desenha um paralelismo perceptível, como em *MARIA DA CONCEIÇÃO/MARIA DA GLÓRIA* e *MARIA DO CARMO*.

Nesta obra, destacamos o cunho dramático, o tom de tragédia anunciada. Exalta-se a inevitabilidade da vida e da morte e reflete-se a cada passo sobre os conceitos de determinismo e de livre-arbítrio. O livro de Rosabela é de leitura fácil, na melhor aceção do termo, sem jamais ser ligeiro: contém, como esperado, pouca adjetivação, muita informação e ação — resquícios, quem sabe, da sua faceta de jornalista, que marca, em muitos casos, o estilo das narrativas. Rosabela afirma-se cada vez mais claramente (e esta obra vem confirmá-lo) como uma exímia contista: segura e com voz própria, com um olhar maduro sobre a sociedade e o indivíduo.

São aqui tratados temas muito fortes e dolorosos em que as mulheres e as crianças¹ estão sempre em primeiro plano, sejam quais forem as idades, as origens familiares e a condição socioeconómica. Como vítimas, como cuidadoras, como heroínas e batalhadoras incansáveis, procurando sempre soluções nos escombros da vida, tentando juntar os cacos. Personagens fortíssimas, do ponto de vista emocional, cerebral e literário. Mulheres ou meninas inspiradoras que sofrem e renascem, que ressuscitam e se reconstroem como podem, que suscitam empatia e um olhar mais demorado. Os títulos dos contos são também bastante auspiciosos, curtos e abrindo um véu sobre a história, na medida certa.

Só a autora poderá falar com propriedade das suas fontes de inspiração (para esta obra em particular), mas depreendemos que se baseia na análise da sociedade portuguesa contemporânea, das suas fragilidades e capacidade de se reerguer das circunstâncias mais difíceis, no limite do suportável, resvalando para abismos insondáveis.

Ligam-me, a este livro, dois importantes pormenores citados afetuosamente por Rosabela Afonso no momento da apresentação pública da obra: o desenho da capa (nascido espontaneamente da observação de uma foto da autora) e o título do conto *A FADA DAS VINHAS*. A verdade é que a TRILOGIA II refere o nome pelo qual era conhecida a

¹ Logo a seguir ao prefácio, a autora optou por incluir o seu poema intitulado *SOU CRIANÇA NÃO AMADA*, inspirado numa tragédia que marcou a sociedade portuguesa. No dia 31/03/23 tive a honra de ler este texto na cerimónia de lançamento da obra, na biblioteca do Palácio Galveias, em Lisboa.



minha Mãe desde a infância: Clarinha. Trata-se de uma coincidência, mas marcante para mim, como leitora, de tal forma que li as narrativas de forma desordenada, desrespeitando o mais elementar bom senso e regras de leitura disciplinada, que se supõe respeitarem a sequência normal dos textos. O que prova que fazemos uma leitura cerebral, mas também emocional, espontânea, por vezes com sofreguidão, o que talvez nos permita assimilar a obra em vários planos.

Sobre as restantes trilogias, em *A QUESTÃO/A DECISÃO/A SOLUÇÃO* (TRILOGIA I) podemos conjecturar sobre o poder do amor sobre a morte, a insanidade e a dor. A narrativa apresenta-nos uma circunstância extrema, a qual desencadeia processos psicológicos de luto e revolta até se vislumbrar uma solução baseada na aceitação. Dir-se-ia que a própria esperança encontra raízes no sofrimento e daí brotam caminhos e vidas renovadas.

MARIA DA CONCEIÇÃO/MARIA DA GLÓRIA/MARIA DO CARMO, as histórias que compõem a TRILOGIA III, permitem à autora evidenciar o poder da fraternidade entre mulheres, também referida hoje como sororidade, um termo que ganha cada vez mais adeptos/adeptas. Aqui se fala de infidelidade e deslealdade, de estoicismo e determinação, de coragem para romper com relações tóxicas. E também da capacidade de dissimulação: algumas pessoas conseguem, com grande facilidade e durante longos períodos, manter uma imagem pública irrepreensível em simultâneo com comportamentos desrespeitosos, cruéis, violentos, inimagináveis e enganadores, em privado. Ou seja, trata-se de segmentar a sua vida mantendo o que consideram ser o melhor de vários mundos (inconciliáveis).

Já na TRILOGIA IV (*MENTIRAS/VERDADES/EQUILÍBRIOS*) destacam-se outros aspetos importantes nos relacionamentos e na construção da personalidade. O dom inato para a mentira, a mentira social, piedosa, ríspida, como forma de proteção/rejeição e de preservar um mundo intocável, a mentira como forma de vida, como reflexo automático, como recusa de escutar ativamente o outro, como gesto de rejeição do afeto e da intimidade e expressão do egocentrismo.

“[...] Aprendi que a verdade é a forma séria e ideal das pessoas se relacionarem, mas com cortesia, e aí está o equilíbrio das coisas [...]”, pensa Mariana em *VERDADES*, cogitando sobre a dignidade que resulta do equilíbrio entre verdade e mentira (p. 103).

Quanto às restantes narrativas, o leitor rapidamente descobrirá que os textos destacam o melhor e o pior do ser humano, como uma estranha tendência para o individualismo e a indiferença, inclusive no seio da família. Nos círculos onde esperaríamos ser mais protegidos e acarinhados deparamo-nos, muitas vezes, com ausência total de afeto, com agressões continuadas e convive-se com o ímpeto destruidor de quem não tem nada de positivo para oferecer. Mas também parece haver esperança quando existe apenas falta de habilidade e de treino para o convívio pacífico entre familiares e não exatamente uma distância cultivada, uma hostilidade estudada.

Muito mais haverá para desvendar pelos leitores de língua portuguesa. Esta obra sugere uma leitura por camadas: ler para compreender, tomar conhecimento, refletir e, por fim, talvez agir, com as ferramentas que cada um de nós possui sem sequer disso se aperceber. Em todo o caso, não seremos as mesmas pessoas depois de sermos tocados por *Mulheres — Trilogias e Outros Contos*.

REFERÊNCIAS

Afonso, R. (2023). *Mulheres — Trilogias e Outros Contos*. Editorial Novembro.



DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.

**Revista Lusófona de
Estudos Culturais e
Comunicacionais**
Cultivando conhecimento